UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

TALITA FERREIRA MATOS BARBOSA

VARIAÇÃO LEXICAL NAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: UM ESTUDO NA ÁREA DA *FAUNA* COM BASE EM DADOS DO PROJETO ALiB

Campo Grande – MS
Agosto, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

TALITA FERREIRA MATOS BARBOSA

VARIAÇÃO LEXICAL NAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: UM ESTUDO NA ÁREA DA *FAUNA* COM BASE EM DADOS DO PROJETO ALiB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, área de concentração Linguística e Semiótica, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – FAALC, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

Campo Grande – MS
Agosto, 2018

TALITA FERREIRA MATOS BARBOSA

VARIAÇÃO LEXICAL NAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: UM ESTUDO NA ÁREA DA *FAUNA* COM BASE EM DADOS DO PROJETO ALiB

APROVADA POR:

_____
PROFA. DRA. APARECIDA NEGRI ISQUERDO (UFMS)

_____
PROFA. DRA ELIZABETE APARECIDA MARQUES (UFMS)

_____
PROFA. DRA REGIANE COELHO PEREIRA REIS (UFMS)

Campo Grande, MS, 31 de agosto de 2018.

+

Deleita-te também no Senhor, e Ele concederá os desejos do teu coração. Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nEle, e Ele o fará.

Salmos 37:4, 5

DEDICATÓRIA

Ao meu melhor amigo, Espírito Santo.

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui realizado é produto de um sonho que nasceu em 2013 durante um convite para a iniciação científica feito pela querida pesquisadora Aparecida Negri Isquerdo, gerado com muito esforço e dedicação, hoje ele “nasce” permeado por superação. Faz saber que em 2016 com o término da graduação e, consequentemente, da Iniciação Científica, Deus permitiu que eu conquistasse grandes vitórias. A primeira delas foi a benção do matrimônio, seguida da aprovação no mestrado em Estudos de Linguagem e, como se não bastasse, a aprovação no concurso para professores da rede municipal de ensino em Campo Grande. Grandes desafios para uma jovem de, na época, 22 anos.

Não foi fácil lidar com grandes responsabilidades em um período tão curto de tempo, e é por isso que desejo fazer meus sinceros agradecimentos as principais pessoas que colaboraram para que este trabalho se concretizasse.

A palavra de Deus diz que “é da natureza humana fazer planos, mas é o senhor quem dirige nossos passos” (Provérbios 16:9). Assim aconteceu comigo. Ele dirigiu os meus passos a todo o momento, sozinha eu sei que não conseguiria. Sem o constante amor e cuidado do pai eu jamais teria chegado até aqui. Em primeiro lugar, obrigada, Deus, pelo impressionante, infinito e ousado amor a mim dispensado.

Gratidão à professora Dra. Aparecida Negri Isquerdo que investiu seu precioso tempo e acreditou em mim quando nem eu conseguia acreditar. Obrigada pela paciência desde a Iniciação Científica, seu caráter, força e honestidade me inspiram! Tens todo meu respeito, carinho e admiração.

Ao meu amado esposo, Cleyton da Silva Barbosa, pelo suporte e apoio em momentos difíceis, você me inspira, agradeço imensamente pelo amor dedicado a mim e aos meus sonhos, obrigada por existir, você é o reflexo do amor de Deus por mim.

Aos meus pais, Elton Ferreira Matos e Solange Aparecida Ferreira Matos. Faltam-me palavras. Ele por ser meu pai, professor e pastor, grande incentivador na busca do conhecimento, inspiração de ser humano em todos

os aspectos. Obrigada, pai, por investir em mim e nos meus irmãos, eu jamais vou me esquecer das abdicações feitas pelo senhor para que eu e meus irmãos tivéssemos uma educação de qualidade. Ela por ser uma mãe zelosa, obrigada mãe por orar e cuidar tão bem de mim, quero ser como você, minha rainha, minha inspiração de mulher honesta, sábia e temente a Deus.

Aos meus irmãos, Fabrício e Carol. Dizem que quem tem um irmão sempre terá um melhor amigo, e eu ganhei dois! Companheiros, pessoas singulares que possuem todo meu amor e admiração, obrigada pelas risadas e companheirismo, eu amo muito vocês!

Ter amigo é ter riqueza, sem dúvida, as riquezas do mundo não valem um bom amigo. Por isso, quero agradecer a todos os amigos que me fazem rica com suas amizades, em especial:

A todos os amigos que construí ao longo da graduação em especial à Gabriela e à Letícia que foram essenciais para que esse sonho fosse concretizado. Obrigada pelas palavras de apoio, pelos abraços reconfortantes. Comadres queridas, agradeço a Deus pela nossa amizade!

As queridas amigas Grasi e Carla que desde o Ensino Médio me presenteiam com amizade e muito carinho, obrigada por estarem presentes em todos os momentos da minha vida.

A todos os meus irmãos da Assembleia de Deus – Missões, aos amigos do departamento de jovens da Sexta+ e Sexta Out que intercederam por mim e entenderam a minha ausência em alguns períodos. Em especial: Fernanda, Jimmy, Jéssycca e Carlos, presentes de Deus na minha vida e do Cleyton.

Aos amigos que construí ao longo da Pós-Graduação, em especial à minha querida xará Talita que dividiu comigo umas das maiores emoções que o mestrado me proporcionou. Nossa viagem para Portugal foi inesquecível, obrigada pelo companheirismo e me desculpe pela escolha do hostel, que experiência! Rsrs.

As professoras Elizabete e Silvana que contribuíram com valiosas sugestões durante o Exame de Qualificação. E, as professores que aceitaram o convite para a banca de Defesa, Dra. Regiane e Elizabete. Obrigada!

Ao Projeto ALiB, por autorizar a utilização do *corpus* do Projeto para que este trabalho fosse realizado.

Finalizo agradecendo a todos que de alguma maneira contribuíram para que esse sonho fosse realizado. “Confie ao SENHOR tudo que você faz, e seus planos serão bem-sucedidos” (Provérbios 16:3).

BARBOSA, Talita Ferreira Matos. Variação lexical nas regiões Norte e Sul do Brasil: um estudo na área da *fauna* com base nos dados do Projeto ALiB. 2018. p.144. Dissertação (Mestrado em estudo de linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS.

RESUMO

A língua é um patrimônio social e, por isso é utilizada como instrumento de interação entre os indivíduos de uma determinada comunidade linguística. Por meio do léxico, acervo vocabular de uma língua, os falantes se comunicam, nomeiam costumes, ideologias, fenômenos, seres e objetos da realidade em que estão inseridos. A partir desse acervo exprimem, pois, ideias, credos e tradições, evidenciando, dessa forma, a identidade do grupo a que pertencem. Assim, por meio do estudo da norma lexical, o conjunto de escolhas lexicais próprias de grupo de falantes, pode-se detectar particularidades de cada região de um país em termos de vocabulário. Esta pesquisa teve por objetivo o estudo do léxico no campo semântico da *fauna*, com dados geolinguísticos do Banco de dados do Projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil, nas regiões Norte e Sul, em entrevistas realizadas com 308 informantes de dez capitais, sete na região Norte e três na região Sul. E de 51 localidades do interior, sendo 17 na região Norte e 34 na região Sul, com informantes de ambos os sexos, masculino e feminino, divididos em duas faixas etárias: Faixa Etária I (18 a 30 anos) e Faixa Etária II (50 a 65 anos) com dois níveis de escolaridade nas capitais (Ensino Fundamental incompleto e Curso Superior) e apenas o nível fundamental nas localidades do interior. O *corpus* estudado é constituído a partir de quatro perguntas do QSL – Questionário Semântico-Lexical: 065 – Como se chama o passarinho que bate muito rápido as asas tem o bico comprido e fica parado no ar?, 066 – Como se chama a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa? 077 – O que o boi tem na cabeça? e 081 – Como se chama a parte com que o boi espanta as moscas? (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.28-30). O trabalho teve como objetivo analisar em que proporção o vocabulário catalogado reflete características ambientais, crenças e atitudes dos falantes frente a fatos lexicais da sua própria língua, verificando, ainda em termos lexicais particularidades regionais, por meio da comparação entre os dados coletados nas duas regiões do Brasil. Analisa, enfim, a forma como os indivíduos das várias regiões do Norte e do Sul nomeiam a sua realidade a partir de sua condição cultural, histórica e social tendo como base teórica a Lexicologia, a Dialetologia, a Geolinguística e a Semântica.

Palavras-chave: 1) Léxico 2) Fauna 3) Projeto ALiB

BARBOSA, Talita Ferreira Matos. Lexical variation in the North and South regions of Brazil: a study in the *fauna* area based on the data from the ALiB Project. 2018. p.144. Dissertação (Mestrado em estudo de linguagem) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS.

ABSTRACT

Language is a social patrimony and, therefore, used as an instrument of interaction between the individuals of a given linguistic community. Through the lexicon, the vocabulary of a language, the speakers communicate, they name customs, ideologies, phenomena, beings and objects of the reality in which they are inserted. From this collection, they express ideas, creeds and traditions, thus evidencing the identity of the group to which they belong. Thus, through the study of the lexical norm, the set of lexical choices of the group of speakers, we can detect particularities of each region, of a country in terms of vocabulary. This study aimed to study the lexicon in the semantic field of fauna, with geolinguistic data from the ALiB - Linguistic Atlas of Brazil Project Database in the North and South regions, in interviews with 308 informants from ten capitals, seven in the North region and three in the southern region. Fifty-one inland regions, 17 in the northern region and 34 in the southern region, with male and female informants of both sexes, divided into two age groups: age group I (18 to 30 years old) and Age Group II (50 to 65 years old) with two levels of schooling in the capitals (incomplete Elementary and Higher Education) and only the fundamental level in the localities of the interior. The *corpus* studied consists of four questions from the QSL - Semantic-Lexical Questionnaire: 065 - What is the name of the bird that beats the wings very fast, has its long beak and stays in the air ?, 066 - What is the name of the bird that does the house with earth, in the poles, in the trees and even in the corners of the house ?, 077 - What the ox has in the head? and 081 - As it is called the part with which the ox amazes the cow (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.28-30). The aim of this study was to analyze the extent to which the cataloged vocabulary reflects environmental characteristics, beliefs and attitudes of the speakers in relation to the lexical facts of their own language, and also to verify regional particularities in lexical terms, by comparing the data collected in the two regions of Brazil. It analyzes, in short, how the individuals of the various regions of the North and South name their reality from their cultural, historical and social condition based on Lexicology, Dialecology, Geolinguistics and Semantics.

Keywords: 1) Lexicon 2) Fauna 3) ALiB Project

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Representação do signo linguístico proposto por Saussure	27
Figura 2 –	Sistema, norma e fala elaborado por Coseriu (1979)	32
Figura 3 –	Periodização dos estudos dialetais no Brasil	31
Figura 4 –	Divisão dialetal de Antenor Nascentes (1933/1953)	33
Figura 5 –	Rede de pontos do Projeto ALiB no Brasil	65
Figura 6 –	Mapa da rede de pontos do Projeto ALiB na região Norte do Brasil	76
Figura 7 –	Mapa da rede de pontos do Projeto ALiB na região Sul do Brasil	79
Figura 8 –	Planilha de armazenamento do *corpus* da pesquisa	83
Figura 9 –	Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Norte do Brasil	90
Figura 10 –	Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Sul do Brasil	91
Figura 11 –	Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior da região Norte do Brasil	95
Figura 12 –	Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior da região Sul do Brasil	96
Figura 13 –	Denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* nas capitais da região Norte do Brasil	102
Figura 14 –	Denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Norte do Brasil	107
Figura 15 –	Denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Sul do Brasil	108
Figura 16 –	Distribuição da espécie *joão-de-barro* nos biomas brasileiros	109
Figura 17 –	Denominações para *a parte com que o boi espanta as moscas* em localidades do interior da região Norte do Brasil	117
Figura 18 –	Denominações para *a parte com que o boi espanta as moscas* em localidades do interior da região Sul do Brasil	118
Figura 19 –	Denominações para *o que o boi tem na cabeça* nas capitais da região Sul do Brasil	124
Figura 20 –	Denominações para *o que o boi tem na cabeça* no interior das localidades da região Sul do Brasil	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Localidades do interior da região Sul do Brasil e respectivas imigrações	66
Quadro 2 –	Áreas semânticas do Questionário Semântico Lexical do Projeto ALiB	72
Quadro 3 –	Perfil dos informantes do Projeto ALiB	73
Quadro 4 –	Rede de pontos do Projeto ALiB na região Norte	70
Quadro 5 –	Rede de pontos do Projeto ALiB na região Sul	77
Quadro 6 –	Perguntas associadas à área semântica da *fauna* do QSL – Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB	80
Quadro 7 –	Agrupamento das variantes documentadas como resposta para a questão 065/QSL	86
Quadro 8 –	Dicionarização das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 065/QSL	91
Quadro 9 –	Agrupamento das variantes documentadas como resposta para a questão 066/QSL	103
Quadro 10 –	Dicionarização das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 066/QSL	103
Quadro 11 –	Dicionarização das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 081/QSL	111
Quadro 12 –	Agrupamento das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 077/QSL	125
Quadro 13 –	Dicionarização das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 077/QSL	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Produtividade das denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Norte do Brasil	88
Gráfico 2 –	Produtividade das denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Sul do Brasil	88
Gráfico 3 –	Produtividade das denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior da região Norte do Brasil	93
Gráfico 4 –	Produtividade das denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior da região Sul do Brasil	94
Gráfico 5 –	Produtividade das denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em capitais da região Norte do Brasil	101
Gráfico 6 –	Produtividade das denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Norte do Brasil	105
Gráfico 7 –	Produtividade das denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Sul do Brasil	105
Gráfico 8 –	Produtividade das denominações para *a parte com que o boi espanta as moscas* no interior da região Norte do Brasil	115
Gráfico 9 –	Produtividade das denominações para *a parte com que o boi espanta as moscas* no interior da região Sul do Brasil	115
Gráfico 10 –	Produtividade das denominações para *o que o boi tem na cabeça* nas capitais da região Sul do Brasil	123
Gráfico 11 –	Produtividade das denominações para o que *o boi tem na cabeça* no interior das localidades da região Sul do Brasil	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* nas capitais das regiões Norte e Sul do Brasil	87
Tabela 2 –	Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil	92
Tabela 3 –	O uso da variante *cuitelo* no Estado do Paraná	97
Tabela 4 –	Denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* nas capitais das regiões Norte e Sul	100
Tabela 5 –	Denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul	104
Tabela 6 –	Denominações para *a parte com que o boi espanta as moscas* nas capitais das regiões Norte e Sul do Brasil	113
Tabela 7 –	Denominações para *a parte com que o boi espanta as mocas* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil	114
Tabela 8 –	Denominações para a *o que o boi tem na cabeça* nas capitais das Norte e Sul do Brasil	122
Tabela 9 –	Denominações para o que *o boi tem na cabeça* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
AM	Amazonas
AP	Amapá
N	Norte
PA	Pará
PR	Paraná
QFF	Questionário Fonético Fonológico
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico-Lexical
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
S	Sul
SC	Santa Catarina
TN	Tradução Nossa
TO	Tocantins
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	**FUNDAMENTOS TEÓRICOS**	23
1.1	Léxico e as ciências do léxico	23
1.2	Norma linguística	29
1.2.1	Norma regional	33
1.3	Dialetologia e Geolinguística	35
1.4	Dialetologia no Brasil	36
2	**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA**	42
2.1	O Processo de colonização da região Norte	42
2.2	O processo de colonização da região Sul	47
2.3	Processos migratórios no Norte e no Sul do Brasil	51
2.4	Questões linguísticas: a língua geral	54
2.5	Histórico das localidades analisadas – Região Norte	57
2.6	Histórico das localidades analisadas – Região Sul	59
3	**PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS**	67
3.1	O Projeto ALiB	67
3.1.2	Rede de Pontos	69
3.1.3	Questionário linguístico	71
3.1.4	Informantes	73
3.2	O *corpus* da pesquisa	75
3.2.1	Tratamento e análise dos dados	84
4	**ANÁLISE DE DADOS**	86
4.1	**PÁSSAROS**	86
4.1.1	... o passarinho que bate muito rápido as asas tem o bico comprido e fica parado no ar? (QSL/065)	86
4.1.2	Análise diatópica – Capitais	83
4.1.3	Análise diatópica – Localidades do interior	92
4.1.4	Análise léxico-semântica	98
4.2	Como se chama a ave que faz a casa com barro, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa (QSL/066)	100
4.2.1	Análise diatópica – Capitais	100
4.2.2	Análise diatópica – Localidades do interior	103
4.2.3	Análise léxico-semântica	111
4.3	**PARTES DO CORPO DE ANIMAIS**	113

4.3.1 Como se chama a parte com que o boi espanta as moscas? (QSL/081) 113
4.3.2 Análise diatópica – Capitais 113
4.3.3 Análise diatópica – Localidades do interior 113
4.3.4 Análise léxico-semântica 120
4.4 O que o boi tem na cabeça? (QSL/077) 122
4.4.1 Análise diatópica – Capitais 122
4.4.2 Análise diatópica – Localidades do interior 125
4.4.3 Análise léxico-semântica 132

CONSIDERAÇÕES FINAIS 134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 136
ANEXOS 142

INTRODUÇÃO

A língua é um fenômeno social, heterogêneo e variável. Ela é definida por Cardoso (2010, p. 25), como o “instrumento responsável pelas relações sociais que se documentam entre membros de uma coletividade ou entre povos”. Nesse viés, a língua descortina os costumes e as características dos povos, revelando a realidade que cerca o sujeito, dando a ele a possibilidade de interagir e categorizar a realidade a sua volta a partir de sua concepção de mundo.

Ao conceber a língua como suporte de uma dinâmica social que opera como instrumento de relação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua, admite-se que os fatores extralinguísticos como a história de colonização e a ocupação do país ou região são imprescindíveis para a análise de um sistema linguístico pois, “a língua sofre materialmente influência do quadro ambiental em que se acham os seus falantes” (SAPIR, 1969, p. 44-45).

O nível linguístico que melhor expressa o dinamismo existente na língua é o léxico, pois é o meio pelo qual uma comunidade pode registrar a sua realidade. Assim, tendo em vista as relações indissociáveis entre o léxico e a realidade social, cultural e histórica do falante, considera-se esse acervo vocabular como um mecanismo de identidade daquele que o utiliza.

E é exatamente nesse nível da língua que há possibilidade de construção e manutenção na forma como os falantes percebem e nomeiam o mundo que os cerca, bem como interagem com todas as esferas da sociedade, a partir da adequação do vocabulário aos diversos contextos comunicativos.

Por esse motivo, o léxico pode ser considerado o nível linguístico que mais se aproxima de fato da realidade cultural de uma comunidade podendo demonstrar através de estudos, peculiaridades diversas além dos traços linguísticos, assemelhando-se ao léxico geral de grande parte dos falantes ou particularizando-se com as singularidades socioculturais, caracterizando, assim, a norma lexical de um grupo. Por *norma*, este estudo toma a definição proposta primeiramente por Hjelmslev (1975) e posteriormente sistematizada e aplicada por Coseriu (1979), definida como o conjunto de escolhas aceitas e legitimadas pelo grupo de falantes.

As particularidades lexicais se devem também a fatores interétnicos, pois, a partir do momento em que duas comunidades linguísticas interatuam no mesmo ambiente, também seu repertório lexical é partilhado, dado que "é fenômeno comum, nas zonas de contato, a troca de palavras ou de expressões que acompanham o deslocamento das populações e dos objetos culturais a que se aderem" (DICK, 2006, p. 05).

A norma linguística do português brasileiro (PB), por exemplo, se desenhou a partir da história de colonização e ocupação do país. Conforme Darcy Ribeiro (1990, p. 20), "a sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e negros africanos".

Ao contrapor duas regiões geográficas localizadas nos dois extremos do país, a Norte e a Sul, teve-se a expectativa de identificar duas normas lexicais opostas tendo em vista a distinta história de ocupação e de colonização, aspectos culturais, econômicos e sociais que as individualizam.

Este trabalho tem como objetivo o estudo da norma lexical de habitantes das capitais e das localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil, relacionada à área semântica da *fauna*, registrada no *corpus* inédito do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), de caráter nacional e interinstitucional que tem como meta mais ampla descrever o português brasileiro falado em todo território com resultados divulgados por meio de um atlas nacional.

A região Norte do Brasil concentra a maior porção territorial do país com 3.870.000 km², aproximadamente 45% da área geográfica do Brasil, e, embora possua essa imensa área geográfica, abriga o menor índice populacional em relação às demais, são 15.864.454[1] habitantes divididos em sete Estados, perdendo apenas para a região Centro-Oeste. Já a região Sul é composta por três Estados e ocupa apenas 7% do território nacional, contudo, reúne em cerca de 27.386.891[2] habitantes.

[1] Segundo os dados do IBGE – Censo 2013.

[2] Segundo os dados do IBGE – Censo 2013.

O *corpus* deste trabalho foi obtido das entrevistas realizadas com 308 informantes de dez capitais, sete na região Norte e três na região Sul. E de 51 localidades do interior, sendo 17 na região Norte e 34 na região Sul, com informantes de ambos os sexos, masculino e feminino, divididos em duas faixas etárias: Faixa Etária I (18 a 30 anos) e Faixa Etária II (50 a 65 anos) com dois níveis de escolaridade nas capitais (Ensino Fundamental incompleto e Curso Superior) e apenas o nível fundamental nas localidades do interior. Os informantes devem ser nascidos e criados na localidade pesquisada, tendo os pais provenientes da mesma área linguística preferencialmente.

As entrevistas foram orientadas pelo questionário linguístico do Projeto ALiB, neste trabalho, foram analisados dados obtidos por meio do Questionário Semântico-lexical do Projeto ALiB é constituído por 25 perguntas relacionadas à área semântica da *fauna.* Os resultados obtidos serão apresentados por meio da análise de quatro questões:

- 065 – Como se chama o passarinho que bate muito rápido as asas tem o bico comprido e fica parado no ar?
- 066 – Como se chama a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa?
- 077 – O que o boi tem na cabeça?
- 081 – Como se chama a parte com que o boi espanta as moscas? (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.).

Este trabalho vem somar aos estudos geolinguísticos já realizados em todo país, em especial na Regional Mato Grosso do Sul do Projeto ALiB com dados inéditos analisados por pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens/UFMS. Foram defendidas as seguintes dissertações: Marins (2012), que estudou a relação entre o rural x urbano no Centro Oeste; Benke (2012) com o estudo dos tabus linguísticos nas áreas semânticas: religião e crenças e ciclos da vida, com os dados das capitais do Brasil; Costa (2012) que analisou a influência do léxico indígena na língua portuguesa, baseada nos dados das capitais brasileiras; Portilho (2013) que estudou o falar amazônico a partir semântica das brincadeiras infantis; Oliveira

(2015), por sua vez, estudou a relação do léxico e ambiente com base em dados relativos às áreas: fenômenos atmosféricos e acidentes geográficos no Centro Oeste e Nunes (2016) que analisou denominações associadas a referentes vinculadas à área semântica do corpo humano nas capitais e localidades do interior das regiões Norte e Sul, com destaque para a questão dos tabus linguísticos.

Com o objetivo de apurar traços regionais das localidades, esta dissertação foi orientada pelos pressupostos da Dialetologia, ramo linguístico que tem como foco o estudo das variantes de uma determinada língua num espaço geográfico. De acordo com Cardoso (2010, p. 15), a disciplina visa "identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica". E, como resultado dos estudos dialetológicos surgem os Atlas Linguísticos que são constituídos de mapas que demonstram a realização da língua em diferentes níveis linguísticos representados diatopicamente.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar e discutir as escolhas lexicais de falantes das capitais e das localidades do interior da rede de pontos do ALiB nas regiões Norte e Sul do Brasil para nomear elementos da área semântica da *fauna*. Como objetivos específicos, o estudo pretende:

- Analisar as unidades lexicais apuradas como resposta para as perguntas selecionadas nos níveis diatópico e semântico;
- Contrapor os dados nas duas regiões com vistas a estabelecer paralelos em relação lexical;
- Averiguar possíveis mudanças ou manutenções lexicais na nomeação de referentes associados à *fauna*;
- Contribuir com o conhecimento da variedade lexical do português brasileiro relacionado à área semântica *fauna,* a partir das análises realizadas a partir de um *corpus* de natureza linguística.

Destaca-se que os dados aqui analisados são inéditos e foram disponibilizados pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB conforme Carta de Autorização disponibilizada em anexo ao trabalho.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. O Capítulo 1 contextualiza as teorias linguísticas que embasam a pesquisa, discute-se também a influência cultural e social no léxico e na norma linguística regional de uma comunidade. Já o Capítulo 2, teve como objetivo contextualizar historicamente cada região, para isso tratou a respeito da colonização, das migrações e da influência da língua geral e das línguas em contato no léxico dos habitantes das regiões Norte e Sul.

O capítulo 3 é dedicado à discussão da metodologia que norteou a pesquisa, bem como a metodologia do Projeto ALiB. Por fim, o Capítulo 4 apresenta e analisa o *corpus* selecionado, tendo como base principalmente, a distribuição diatópica das variantes por meio de cartas linguísticas e a análise semântica das unidades lexicais. Por fim, as Considerações Finais, as Referências Bibliográficas e o Anexo.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo tem por objetivo discutir os pressupostos teóricos que embasam o estudo aqui desenvolvido. Para isso, foi dividido em quatro tópicos que focalizam a língua e suas relações com aspectos históricos da sociedade, a relação entre léxico e cultura, perpassando pela questão da norma linguística e, por fim, trata sobre as disciplinas que fornecem os fundamentos teóricos para a execução deste trabalho.

1.1 Léxico e as ciências do léxico

O nível da língua que melhor evidencia a relação entre língua, cultura e sociedade é o léxico, "lugar do conhecimento, sob o rótulo sintético de palavras – os signos linguísticos" [3] (BIDERMAN, 1996, p.27). Em razão disso, o estudo do léxico cria possibilidades de análise e depreensão de aspectos da realidade social, linguística e cultural de uma comunidade de falantes, funcionando como uma representação das transformações sofridas pela sociedade no decorrer dos anos.

Três são as áreas do saber que se ocupam do estudo e da descrição do léxico: a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia. De acordo com Biderman (2001), a primeira delas tem como objetivo principal a categorização e a estruturação lexical. Os lexicólogos têm-se "ocupado da problemática da formação de palavras, província em que essa ciência confina com a Morfologia, dita lexical" (BIDERMAN, 2001, p.16).

A segunda área que tem como objeto de estudo o léxico é a Lexicografia, a ciência dos dicionários que teve início nos séculos XVI e XVII com a elaboração de dicionários monolíngues e bilíngues (latim e outra língua moderna). A língua portuguesa, por exemplo, teve seu léxico registrado por meio de um dicionário no século XVIII no *Vocabulário Português-Latino* de Rafael Bluteau (1712-1728).

[3] De acordo com Saussure ([1916] 2012, p. 80), "o signo linguístico une não uma coisa a uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica".

A terceira disciplina que tem como objeto de estudo o léxico é a Terminologia, que se ocupa de subconjuntos do léxico de uma língua, a saber, o léxico de diferentes especialidades do conhecimento humano. Esse subconjunto lexical que constitui seu objeto insere-se no universo referencial" (BIDERMAN, 2001, p. 19).

De maneira geral,

> O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através das idades. Os membros dessa comunidade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico na língua (BIDERMAN, 2001a, p.179).

O acervo vocabular de uma língua, ou seja, o léxico, bem como sua estruturação semântica decorre da tensão entre o indivíduo e a sociedade. Nesse sentido, entende-se que cada usuário da língua atua diretamente sobre a estruturação do léxico dado seu caráter dinâmico. Ao longo do tempo os itens lexicais podem ter seu significado alterado, ou até mesmo cair em desuso, bem como podem ser ressemantizados ou resgatados de acordo com a necessidade dos falantes.

Cada usuário da língua, ao longo da vida, domina uma parcela do léxico dessa língua. Em maior ou menor escala, o domínio desse nível linguístico está diretamente ligado às experiências vividas pelo falante. Todo repertório léxico é estruturado na mente dos falantes e a sua aquisição relaciona-se de acordo com os hábitos da comunidade a que pertencem, ou seja:

> a) o conhecimento do mundo e da taxionomia que a sua língua e a sua cultura atribuem a essa mesma realidade;
> b) o seu esforço cognitivo pessoal de armazenar e catalogar os denotadores léxicos, segundo o modelo semântico da sua língua e, eventualmente, de potencialidades linguísticas de cunho universal, de que ele seria dotado desde o seu nascimento (BIDERMAN, 1979, p. 142).

Considerada o nível da linguagem mais concreto e alcançável, a *palavra*[4] é analisada sob diferentes perspectivas. Biderman (1998) apresenta e discute três dimensões da palavra: a mágico-religiosa, a cognitiva e a linguística.

Historicamente, muitas culturas acreditavam que a palavra era dotada de poder. Segundo Biderman (1998), o ápice da dimensão mágico-religiosa ocorre na passagem bíblica do evangelho de João sobre o Verbo de Deus:

> No início era o Verbo, e o Verbo estava voltado para Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no início voltado para Deus. Tudo se fez por meio dele; e sem ele nada se fez do que foi feito. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens, e a luz brilha nas trevas, e as trevas não a compreenderam.[...] E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (João, I, 1– 5, 14 apud BIDERMAN, 1998, p. 87).

Já na perspectiva cognitiva, analisa-se a *palavra* na sua relação com o processo de categorização do conhecimento e da nomeação da realidade. Conforme a autora apenas os seres humanos têm a capacidade biológica para nomear referentes extralinguísticos, pois

> A nomeação resulta do processo de categorização. Entende-se por categorização a classificação de objetos feita por um sujeito humano, resultando numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente. A categorização supõe também a capacidade de discriminação de traços distintivos entre os referentes percebidos ou apreendidos pelo aparato sensitivo e cognitivo do indivíduo (BIDERMAN, 1998. p. 88).

Assim, ao utilizar o léxico, o indivíduo inconscientemente retrata o ambiente em que vive por meio de suas escolhas lexicais visto que "o 'mundo real' é construído [...] inconscientemente segundo os hábitos linguísticos do grupo" (ELIA, 1987, p. 54), motivados por condicionantes culturais e históricos. O homem tem necessidade de nomear e classificar o mundo ao seu redor e,

[4] O termo *palavra* neste trabalho é entendido como equivalente a unidade lexical, item lexical.

> [...] ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas unidades descriminadas (BIDERMAN, 2001b, p.13).

O universo conceitual de uma língua corresponde ao seu sistema de categorias, enquanto a significação de um item lexical é obtida pelo contexto. Nesse sentido, toda unidade lexical está relacionada a uma rede semântica, "o léxico engloba todo o universo da significação, o que inclui toda a nomenclatura e interpretação da realidade" (BIDERMAN, 1979, p. 155).

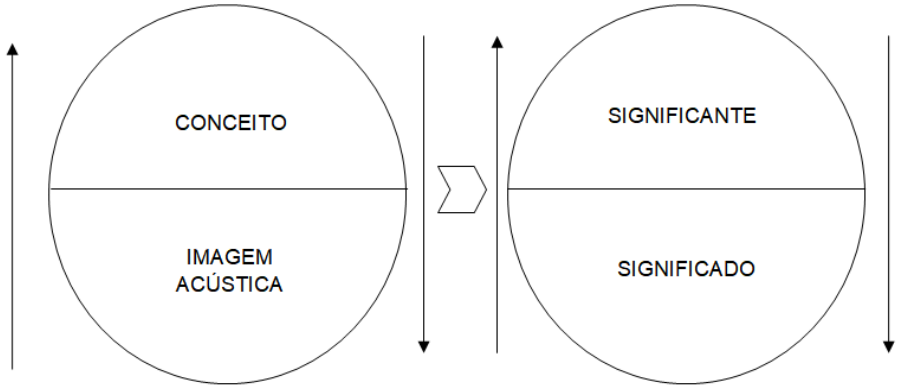
Pautando-se na noção de rede associativa proposta por Saussure ([1916] 2012), muitos estudiosos como Geckeler (1971), em busca de decifrar o funcionamento do processo cognitivo na mente dos seres humanos, desenvolveram teorias sobre campos semânticos, léxicos conceituais, entre outros:

> [...] conciebe el vocabulario de un Estado linguístico sincrônico como una totalidad semanticamente articulada estructurada precisamente em campos léxicos, que puedem estar entre si em uma relación de coodinación o jeráquica (GECKELER, 1971, p.118)[5].

Por fim, a dimensão linguística cunhada por Biderman (1998) relaciona-se à concepção de signo de Saussure ([1916] 2012, p.81), para quem o signo linguístico é uma entidade psíquica definida pela união de um conceito a uma imagem acústica. Assim, o signo linguístico é estruturado em duas partes indissociáveis: o significado (conceito, plano do conteúdo) e o significante (imagem acústica, plano de expressão). Da associação dessas partes surge a palavra, como se pode observar por meio da Figura 1, a seguir:

[5] "Concebe o vocabulário de um Estado linguístico sincrônico como uma totalidade semanticamente articulada, estruturada precisamente em campos léxicos que podem estar entre si em uma relação de coordenação ou hierarquia" (TN: tradução nossa).

Figura 1 – Representação do signo linguístico elaborado por Saussure.



Fonte: Saussure ([1916] 2012 p. 81). Redesenhado pela autora.

Ao conceituar signo linguístico, Saussure ([1916] 2012) considera a arbitrariedade como uma de suas características básicas, pois, sempre se configura como uma convenção reconhecida pelos falantes. Ou seja, entre o significante e o significado não existe motivação, pois em relação ao significado a comunidade linguística impõe ao usuário da língua um significante.

O significante é concebido por Saussure ([1916] 2012, p. 23) como uma imagem acústica e

> [...] pode traduzir-se numa imagem visual constante. [...] cada imagem acústica não passa [...] da soma dum número limitado de elementos ou fonemas, suscetíveis, por sua vez, de serem evocados por um número correspondente de signos na escrita enquanto o significado se situa no plano do conteúdo.

Contudo, nem todos os teóricos que sucederam o mestre genebrino entendiam a relação entre significante/significado como arbitrária. O semanticista Guiraud (1980)[6], por exemplo, defende que “a palavra é sempre motivada, seja porque exista uma relação natural entre forma acústica e a coisa significada (onomatopeias, exclamações), ou seja, porque haja uma relação intralinguística entre as palavras no interior da língua” (GUIRAUD, 1980, p.33).

[6] A primeira publicação da obra data 1955.

Em suma, “as palavras rotulam os processos cognitivos mediante os quais o homem interage cognitivamente com seu meio ambiente” (LENNENBERG, 1975, p. 374 apud BIDERMAN, 1998, p.90).

Nesse sentido, torna-se impossível analisar o signo linguístico isolado da sociedade, visto que é o léxico que melhor transparece os aspectos de vida social dos falantes. O lexicólogo francês George Matoré (1953), por exemplo, ao discutir a relação entre léxico e visão de mundo, propõe a noção de *palavra-testemunha,* ou seja, "elementos particularmente importantes em função dos quais a estrutura lexicológica se hierarquiza e se coordena" (MATORÉ, 1953, apud ISQUERDO, 1994, p. 181).

As *palavras-testemunhas* são, pois, “unidades fundamentais que expressam noção de valor e que possuem peso semântico significativo no âmbito de determinado vocabulário” (ISQUERDO, 1994, p. 181). Em vista disso, o conjunto de unidades léxicas utilizadas pelos falantes de uma determinada comunidade se torna um dado relevante não só para pesquisas linguísticas como também para estudos no âmbito das ciências humanas.

Ao relacionar léxico e ambiente, Sapir (1969) defende que o léxico, dentre todos os níveis da língua,

> [...] é o que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as idéias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade (SAPIR, 1969, p. 45).

Frente ao exposto, verifica-se que o estudo do léxico favorece a retomada de fatores extralinguísticos, evidenciando a presença de regionalismos léxicos, a norma lexical[7] de determinado grupo social. Ao analisar o estudo da norma linguística no nível lexical, Isquerdo (2003) salienta que se deve considerar, sobretudo, a questão da variação ao classificar um item léxico como regionalismo em detrimento de outro, pelo fato de a norma

[7] Ver tópico 1.2 Norma linguística.

lexical de uma comunidade linguística ser solidificada na variação espacial, analisada a partir de dados dialetais.

> Nessa perspectiva, ao examinar um léxico regional significa considerar o eixo do espaço e o eixo do tempo. O primeiro, ligado às especificidades regionais e à consequente mobilidade dessas especificidades de um espaço geográfico para outro, em decorrência de processos migratórios; o segundo, relacionado à tendência conservadora da língua, que normalmente se manifesta de forma mais acentuada em regiões menos susceptíveis a influências dos meios de comunicação de massa (ISQUERDO, 2003, p. 166).

Tecidas essas considerações a respeito do termo *palavra*, *signo* e *motivação linguística*, cabe ressaltar que neste trabalho não foi utilizado o termo palavra para nomear os designativos encontrados a partir dos dados orais que constituem o *corpus*, pois, seguindo a concepção de Biderman (1998, p.176), esse termo é pouco preciso. Para este estudo, foram utilizados os termos: denominações, forma lexical, unidade lexical, item lexical e variante lexical. O tópico seguinte trata da noção de norma linguística.

1.2 Norma linguística

A norma pode ser entendida como o padrão linguístico que uma comunidade de fala usa para se comunicar nos mais diferentes níveis da língua (fonológico, morfológico, sintático e lexical). Faraco (2008, p.37) esclarece que [...] "é possível, conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala". Normal, nesse caso, é concebido como algo usual, recorrente no âmbito de um grupo de falantes.

O conceito de norma é atribuído a Eugenio Coseriu (1979), entretanto, outro linguista[8] já discorria sobre o tema. A partir da publicação póstuma do Curso de Linguística Geral ([1916] 2012), de Ferdinand de Saussure, os

[8] Louis Hjelmslev (1975, p.80) é o responsável pela 1ª formulação da proposta tricotômica: língua/norma/fala.

conceitos de *língua* e *fala* foram amplamente discutidos, dando origem a inúmeras discussões sobre a natureza dessa dicotomia assim definida pelo linguista genebrino:

> A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação. A fala é, ao contrário, um ato individual da vontade e inteligência, no qual convém distinguir 1º as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações (SAUSSURE, [1916] 2012, p. 45).

Dentre os linguistas que se dedicaram ao estudo da dicotomia *língua*/*fala*, situa-se Coseriu (1979) que assim define *língua* e *fala*:

> 1) a língua existe como forma no próprio falar; 2) os 'fatos de língua' se comprovam e se distinguem concretamente só no falar; 3) são 'fato de língua' não só as palavras, mas também as funções e modelos sintáticos 4) a 'linguagem individual' tem caráter de 'língua'; 5) o falar é uma atividade que se fundamenta num saber; 6) é possível e justificável dar o nome de 'fala' a um aspecto particular do falar; 7) a 'fala', como 'falar', é em certa medida 'língua', ou, se tal não for, nem é mesmo falar, não é atividade linguística propriamente dita, mas algo precedente a ela" (COSERIU, 1979, p. 25).

Na tentativa de melhor explicitar a proposição da dicotomia *língua* e *fala* de Saussure ([1916] 2012), Coseriu entende que entre o nível concreto, fala, e o abstrato, a língua, situa-se a norma, "um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e (que) varia segundo a comunidade" (COSERIU, 1979, p. 74).

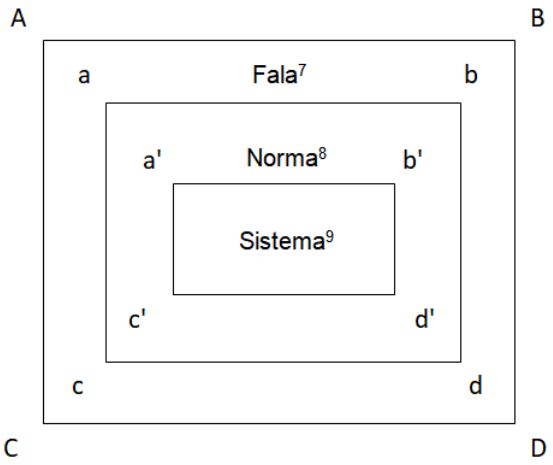
Essa definição acrescenta uma nova perspectiva à dicotomia concebida por Saussure, pois, a partir desse nível, entende-se que a língua não é um sistema fechado que não admite variações. Coseriu pretendeu eliminar o que considerou uma das mais graves imprecisões da dicotomia saussuriana: "a identificação entre o sistemático e social entre o assistemático e individual, pois o que é sistemático na língua se comprova no falar individual e o que é social não é necessariamente sistemático" (LUCCHESI, 2015, p. 72).

Nessa perspectiva, Coseriu defende que uma língua não é uma coisa feita, um produto estático, mas um conjunto de “modos de fazer”, um sistema de produção que, a todo instante, surge como já realizado historicamente em produtos linguísticos (COSERIU, 1982, p. 23).

Na perspectiva desse teórico, é impossível conceber a existência de uma língua sem variação, fenômeno esse não considerado por Saussure na definição da dicotomia *língua* x *fala*. Nesse particular, Lucchesi, (2002, p. 71) argumenta que Coseriu (1982) “para dar conta dessas variantes, propõe um nível de abstração intermediário entre a fala e o sistema que seria ocupado pelo que ele chama de sistema normal, ou simplesmente norma”. Assim, os conceitos de norma e sistema foram elaborados com base no falar concreto, aspecto linguístico passível de investigação. Consideram-se, dessa forma, as relações entre atos linguísticos e seus modelos.

Os atos linguísticos são criações inéditas feitas pelo falante, bem como recriação de um modelo preexistente, quando o falante se expressa de forma inédita utilizando formas que já existem. Essas estruturas da língua encontradas nas comunidades de fala “são simplesmente normais e tradicionais na comunidade, constituem a norma; mas, num plano de abstração mais alto, depreende-se delas mesmas uma série de elementos essenciais e indispensáveis de oposições funcionais: o que chamamos sistema” (COSERIU, 1979, p. 72). A concepção de sistema, norma e fala foi esquematizada pelo teórico por meio de um diagrama que a seguir reproduzido na Figura 2:

Figura 2 – Sistema, norma e fala elaborado por Coseriu (1979)



Fonte: Coseriu (1979, p. 72). Redesenhado pela autora.

De acordo com Coseriu (1979), o sistema é um conjunto formado pelas oposições funcionais, que admite diversas combinações, e se refere ao conhecimento internalizado na mente do falante de uma língua. O sistema é caracterizado por sua virtualidade revelada na norma. Com efeito, a norma é a realização coletiva do sistema nas mais diversas possibilidades. Difere-se do sistema, pois é coercitiva, limita o uso de determinadas expressões na comunidade linguística. Por fim, a fala, considerada um ato linguístico, é a produção inédita ou mesmo a recriação de produção em modelos já existentes.

Esse conjunto de padrões linguísticos, ou seja, a norma atua em dois polos distintos, opera como um padrão uniforme de realizações linguísticas que atua sobre os falantes, atua também como um conjunto de particularidades de determinadas comunidades linguísticas. Seguindo a segunda acepção que aborda a dimensão social da língua, infere-se que o sistema linguístico é composto por variações sociais, teoria essa elaborada por Weinreich, Labov e Herzog ([1975] 2006). Nesse viés, o conceito de norma linguística sistematiza os estudos sociolinguísticos por conta das peculiaridades existentes em uma comunidade de fala doravante representados pela norma.

A respeito disso, Lucchesi (2015) propõe um novo conceito para norma, a *norma sociolinguística*. De acordo com o autor, dois são os fatores que motivaram sua proposta, o primeiro está relacionado ao conjunto de variantes

que caracterizam determinados grupos sociais em detrimento de outros e o segundo se estabelece pela avaliação que o grupo faz de sua forma de falar, a percepção desse grupo em relação ao outro.

De acordo com Lucchesi (2015), três são os parâmetros que amparam a *norma sociolinguística*, "(I) a frequência relativa de uso das variantes linguísticas entre os membros de cada grupo social; (II) a avaliação subjetiva das variantes linguísticas comum aos membros de cada grupo; (III) as tendências de mudança em curso em cada grupo social" (LUCCHESI, 2015, p. 75). Na sequência, discute-se a noção de norma regional.

1.2.1 Norma regional

Ao se circunscrever a norma ao âmbito lexical, torna-se possível recuperar aspectos históricos da colonização de território e da tradição cultural de uma determinada localidade, por meio dos itens lexicais utilizados pelos falantes. Isso se dá pelo fato de o léxico funcionar como veículo de identificação daqueles que o utilizam. Nesse sentido "uma primeira distinção se faz necessária: existe uma *norma geral* – da sociedade global ou da nação – e as *normas parciais*, regionais ou normas de grupos minoritários dentro da comunidade" (BIDERMAN, 2001a, p. 20).

No vasto território brasileiro, por exemplo, embora exista uma norma que aproxima os falantes, há também *normas regionais* que evidenciam particularidades motivadas por fatores externos à língua. No tocante ao português brasileiro,

> [...] essa norma foi se desenhando de forma distinta nas diversas regiões brasileiras, motivada por condicionantes extralingüísticos, como os fatores físico-geográficos que os individualizam, os contatos étnicos que ali se processaram, as atividades econômicas predominantes, enfim, pela história social das várias áreas culturais que foram se formando, nos mais diferentes rincões do Brasil, ao longo da sua história (ISQUERDO, 2006a, p.18).

A delimitação do conceito de regionalismo nos estudos do léxico é uma tarefa complexa que inclui posições teóricas distintas. Biderman (2001b), por

exemplo, ao recuperar o conceito de regionalismo proposto por Boulanger (1985), e o adapta ao contexto brasileiro:

> [...] qualquer fato lingüístico (palavra, expressão, ou seu sentido) peculiar a uma ou outra variedade regional do português falado no Brasil, exceptuando a variedade empregada no eixo linguístico Rio/São Paulo, considerada a variedade de referência, ou seja, o português brasileiro padrão, e excluindo também as variedades usadas em outros territórios lusófonos (BIDERMAN, 2001b, p.136).

Neste trabalho segue-se o conceito elaborado por Oliveira (1999) que em sua Tese de Doutorado definiu regionalismo como "todo fato linguístico, de caráter geral ou regional que caracterize o português em uso no Brasil em contraste com o usado na Europa" (OLIVEIRA,1999, p. 93). A autora ainda propôs a seguinte tipologia para classificação desse fato linguístico:

> [...] "indigenismos; africanismos; lexias transplantadas que, no Brasil, assumiram novos matizes – brasileirismos semânticos; formações e derivações brasileiras de base vernácula e de base híbrida – vernácula/indígena e vernácula/estrangeira e lexias de origem expressiva próprias do uso brasileiro" (OLIVEIRA, 1999, p.959).

Feita a explanação a respeito do conceito de norma linguística e norma lexical, o tópico a seguir focaliza fundamentos da Dialetologia e da Geolinguística.

1.3 Dialetologia e Geolinguística

O estudo das variedades de uma língua dentro de um determinado espaço geográfico é objeto de investigação da Dialetologia, disciplina linguística que tem como objetivo "identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica" (CARDOSO, 2010, p. 15).

A variação de usos a que se refere Cardoso (2010) tem sido motivada por diversos fatores, em grande parte os de natureza extralinguísticas como o

espaço social e geográfico no qual a língua está inserida. Nessa perspectiva, o espaço geográfico

> [...] evidencia a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço no curso da história (CARDOSO, 2010, p.15).

Como método da Dialetologia, a Geolinguística tem a incumbência de recolher, de forma sistemática, "o testemunho das diferentes áreas dialetais refletidas nos espaços considerados" (CARDOSO, 2008, p. 21). Conforme Coseriu a Geografia Linguística "[...] pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território" (COSERIU, 1982, p. 79).

Entende-se que o aspecto social é inerente à questão espacial no estudo dialetológico e geolinguístico. Assim, na contemporaneidade, essas disciplinas se valem de conceitos da Sociolinguística para a escolha dos informantes que fornecem o material necessário à construção das cartas linguísticas. Embora ambas tratem da variação, a Dialetologia e a Sociolinguística atribuem cada qual um caráter particular no tratamento de variantes,

> [...] a dialetologia, nada obstante considerar fatos sociais como elementos relevantes na coleta e tratamento de dados, tem como base da sua descrição a localização espacial dos fatos considerados, configurando-se, dessa forma, eminentemente diatópica. A sociolinguística, ainda que estabeleça a intercomparação entre dados diferenciados do ponto de vista espacial, centra-se na correlação entre os fatos linguísticos e os fatores sociais, priorizando, dessa forma, as relações sociolinguísticas (CARDOSO, 2010, p. 26).

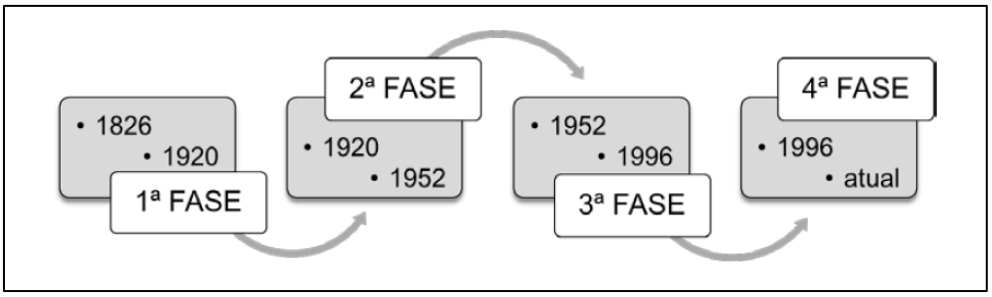
A Sociolinguística observa, na linguagem de um povo, os reflexos das estruturas sociais. A ela, cabe sistematizar a variação existente na língua por considerar que o sistema linguístico não é de caráter homogêneo, mas

heterogêneo e dinâmico. O tópico a seguir trata sobre a história da Dialetologia no Brasil.

1.4 Dialetologia no Brasil

No Brasil, a história dos estudos dialetais é reconhecida por diferentes períodos, a primeira divisão entre períodos foi realizada por Antenor Nascentes (1953). O estudioso dividiu os estudos em duas fases. Posteriormente, Ferreira e Cardoso (1984) ampliaram a divisão feita por Nascentes, acrescentando mais uma fase, dividindo assim os estudos em três momentos. Em 2006 Mota e Cardoso propuseram uma quarta fase para os estudos dialetais do português no Brasil, tendo como marco o lançamento do Projeto ALiB em 1996. A Figura 3 apresenta a periodização desses períodos dialetais no Brasil:

Figura 3 – Periodização dos estudos dialetais no Brasil.



Fonte: Ribeiro (2012, p. 56).

Considera-se como início da primeira fase dos estudos dialetais no Brasil o ano de 1826, com as contribuições de Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, ao *Atlas Etnographique Du Globe (1826)*, de Adrien Balbi (CARDOSO, 2010, p. 11). Nesse estudo, o autor realizou comparações entre o português do Brasil e o de Portugal do ponto de vista lexical.

A princípio, os estudos eram de caráter semântico-lexical e apontavam os diferentes caminhos pelos quais as palavras percorriam e as inovações identificadas no vocabulário do “novo mundo” com ênfase na elaboração de

glossários e dicionários regionais. A primeira fase dos estudos dialetológicos no Brasil encerra-se em 1920, ano da publicação do *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, que dá início à segunda fase dos estudos dialetológicos propriamente ditos, segundo Ferreira e Cardoso (1984).

Amadeu Amaral, na obra *Dialeto Caipira* ([1920] 1976)[9] analisa aspectos da dialetação portuguesa em São Paulo, já que, para ele, havia a necessidade de estudos mais minuciosos sobre a língua no contexto dialetológico:

> [...] fala-se muito num "dialeto brasileiro", expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialetação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões (AMARAL, 1976, p. 43).

Amadeu Amaral (1976) já constatava a diferença dialetal entre as regiões geográficas que compõem o Brasil, defendia o autor que "o falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou do Sul" (AMARAL, 1976, p. 43). A sua obra foi considerada um marco nos estudos dialetológicos brasileiros, pois, possuía técnicas e métodos avançados para a época, além de ser dar início às pesquisas sistemáticas em determinadas áreas geográficas.

Somando-se à obra de Amadeu Amaral, outros trabalhos se destacaram no período que compreende a segunda fase dos estudos dialetológicos (1920 a 1952), dentre elas estão: *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes (1922-1953) e *A língua do nordeste*, de Mário Marroquim (1934).

Antenor Nascentes (1953), em *O linguajar carioca,* propõe uma nova divisão dialetal com bases linguísticas para o país. Anos antes, Júlio Ribeiro, em 1891, propôs uma divisão baseada em critérios estritamente geográficos, não considerando aspectos históricos e linguísticos das regiões. Após a divisão feita por Júlio Ribeiro em 1891, Rodolfo Garcia propôs uma nova divisão dialetal combinando critérios históricos e geográficos divisão essa criticada por

[9] A primeira versão da obra foi publicada em 1920. Para este trabalho foi consultada a 3ª edição.

Antenor Nascentes que publicou a obra *O linguajar carioca em 1922* (1922) propondo uma nova divisão dialetal para o Brasil com base na reformulação da proposta de Rodolfo Garcia (1915), levando em consideração, aspectos geográficos e históricos.

O autor aponta para a importância de se estudar a língua em uso, justificando que “uma língua não se espalha através de uma região sem alterar-se aqui e ali” (NASCENTES, 1953, p. 253).

Enfatiza, também, a necessidade do estudo dialetológico do português do Brasil, dada a dimensão continental do país e a variada composição étnico-social-cultural da população que em muito contribui para uma grande diversificação lexical no português brasileiro.

Ainda no século XX, argumenta o autor que após explorar todo Brasil “do Oiapoque ao Chuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade” (NASCENTES, 1953, p. 24). O autor considera a existência de dois grandes grupos de falares no território brasileiro, o do Norte e o do Sul, como se pode observar por meio da Figura 4:

Figura 4 – Divisão dialetal de Antenor Nascentes (1933/1953)

Fonte: BARBADINHO NETO (2003, p. 700).

O autor salienta que os grupos de falares:

> [...] estão separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país. Tal zona se estende, mais ou menos, da foz do Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, passando perto de Teófilo Otoni, Minas Novas, Bocaiúva, Pirapora, serra da mata da Corda, Carmo do Paranaíba, rio Paranaíba, rio São Marcos, Arrependidos, Santa Luzia, Pirenópolis, foz do rio dos Araés, Cuiabá e Mato Grosso (NASCENTES, 1953, p. 217).

Nascentes (1953) esclarece que a divisão dialetal entre as regiões Norte e Sul é nítida não só pelo uso das vogais pretônicas abertas antes do acento como são produzidas pelos habitantes da região Norte, e no Sul como são produzidas as vogais pretônicas fechadas, como também pela história de povoamento das localidades.

Por isso, subdivide esses dois grupos de falares, esclarecendo que o falar do Norte inclui os subfalares *nordestino* e *amazônico*, este último é um dos focos de interesse deste estudo. Já o falar do Sul é subdividido em quatro subfalares: *baiano, fluminense, mineiro e sulista*, o último também um dos focos deste trabalho.

Destaca-se de igual forma a obra de Mário Marroquim: *A língua do Nordeste*, de 1934, em que o autor faz um estudo dos aspectos fonético-fonológicos, léxicos e sintáticos do falar de dois Estados nordestinos: Alagoas e Pernambuco.

Ainda na segunda fase, foram desenvolvidos trabalhos que podem ser divididos em quatro grupos, são eles:

> [...] glossários regionais; obras de caráter geral que tratam de questões mais abrangentes da língua portuguesa no Brasil; estudos monográficos de caráter regional que abordam, particularmente, fenômenos específicos de dada região e estudos acerca da contribuição do elemento africano à língua (ISQUERDO;ROMANO, 2012, p. 900).

A terceira fase proposta por Ferreira e Cardoso (1994) se inicia em 1952, mais precisamente em 20 de março desse ano, data em que o governo brasileiro publicou o Decreto 30.643 que definia as finalidades da Comissão de

Filologia da Casa de Rui Barbosa, apontando como a principal delas a elaboração de uma atlas linguístico do Brasil. De acordo com Mota e Cardoso (2006, p. 19):

> [...] não só se sedimenta a mentalidade dialectológica preconizada por Serafim da Silva Neto no seu Guia para estudos dialectológicos no Brasil (1957), mas, também, se dá início aos trabalhos de natureza geolinguística, com as pesquisas para o Atlas Prévio dos Falares Baianos e com a sua publicação em 1963. A esse primeiro atlas, seguem-se-lhe outros de caráter regional o que consolida, na opinião das autoras [Ferreira e Cardoso] uma terceira fase, cuja ênfase está no desenvolvimento dos estudos geolinguísticos.

Durante o período que compreendeu a terceira fase dos estudos dialetológicos (1952-1996) muitos linguistas começaram a dedicar seus esforços aos estudos dialetais a fim de concretizar o sonho de um atlas linguístico no Brasil que só teve início no século XX. Contudo, chegaram a conclusão de que, naquele momento, o mais viável seria a produção de atlas regionais para que num futuro o atlas do Brasil fosse concretizado.

Durante esse período, muitos estudiosos como Antenor Nascentes, Celso Cunha, Nelson Rossi se empenharam no início dos estudos de Geografia Linguística.

Destaca-se o papel de Serafim da Silva Neto, na contribuição para o avanço dos estudos dialetológicos. O autor em 1957 publicou o *Guia para Estudos Dialectológicos*, livro que traz importantes informações sobre a Dialetologia e o português do Brasil, além de orientações sobre a produção de um atlas linguístico. Associada à Dialetologia, a Geolinguística fornece o método para a representação dos dados dialetológicos por meio de mapas linguísticos. Para tanto, a Geolinguística:

> [...] pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território (COSERIU, 1979, p. 79).

Pode-se considerar, pois, os atlas linguísticos como produtos de trabalhos dialetológicos, com metodologia específica que consiste em “reuniões

de cartas em que o material linguístico está distribuído topograficamente" (SILVA NETO, 1957, p.53).

O mesmo autor ainda considera que "cada carta apresenta um instantâneo dialetal da área explorada: nela podemos observar sincronicamente, todas as maneiras de dizer, pronunciar, construir frases, enfim, todos os meios de expressão de que dispõe o grupo humano estudado" (SILVA NETO, 1957, p. 55).

Os atlas linguísticos podem abranger diferentes domínios. Alinei (1994 apud CARDOSO 2010, p. 21) classifica os atlas em quatro tipos, do menor ao maior, "(i) regional, (ii) nacional, (iii) de grupo linguístico, (iv) continental". Cardoso (2010), ainda explorando o tema abordado por Alinei, destaca que o autor ainda salienta que não existem atlas de uma família linguística inteira tão quanto um atlas mundial.

A quarta fase dos estudos dialetológicos no Brasil inicia-se a partir de 1996, com a retomada do projeto de um atlas para o Brasil. Mota e Cardoso (2006, p. 20-21) elencam três motivos para a determinação do inicio de uma nova fase:

> i) o crescimento de pesquisas nessa área, em sua maioria, direta ou indiretamente, relacionadas ao Projeto ALiB;
> ii) as discussões acerca de questões metodológicas nas reuniões nacionais do Comitê Nacional de coordenação do Projeto ALiB e nos workshops nacionais organizados pelo projeto;
> iii) o aumento do número de atlas regionais e início de outros projetos de atlas regionais.

No dia 06 de novembro de 1996, durante o Seminário Nacional *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* em Salvador, na Bahia, as bases do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), foram lançadas. Então, o objetivo para o atlas nacional era "[...] documentar o país de Norte a Sul, de Leste a Oeste, e lembrando [Antenor] Nascentes, do Oiapoque ao Chuí: são 250 pontos a constituírem a sua rede de localidade que reunirão 1.100 informantes a serem documentados" (CARDOSO, 2006, p. 29). Ainda nesse seminário, a linha metodológica foi delineada e o Comitê Nacional foi constituído. Em continuidade, o capítulo 2 apresenta a contextualização histórico-geográfica das regiões em estudo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Este capítulo aborda concepções histórico-geográficas das regiões Norte e Sul do Brasil sob os pressupostos teóricos da Sociologia, Geografia e História, buscando refletir sobre questões concernentes a processos históricos, políticos e sociais ocorridos na região a partir do período de ocupação e colonização.

2.1 O processo de colonização da região Norte

Atualmente, a região Norte do Brasil abriga uma população estimada em 17.7 milhões de habitantes (IBGE, 2013), distribuídos em sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. A região é conhecida por acomodar o maior bioma do mundo: a floresta amazônica.

A riqueza da fauna e da flora típica da floresta amazônica passou a ser de interesse dos portugueses que, a princípio, viam a região "ora como paraíso tropical, ora como um inferno verde" (WEINSTEIN, 1993, p. 21). Os colonizadores tinham "uma noção inconcreta e muito verde de um deserto hostil, povoado de bichos, índios, mosquitos e doenças, que se opunha eternamente ao engatinhar tímido do Brasil, rumo ao seu inatingível norte" (GOMES, 1972, p. 23).

Originalmente, toda floresta tropical era ocupada por etnias indígenas adaptadas à vida na imensidão do verde que somavam, aproximadamente, um milhão de índios, divididos em inúmeros grupos tribais.

> Eram, todavia, sociedades de nível tribal, classificáveis como aldeias agrícolas indiferenciadas, porque não chegaram a desenvolver núcleos urbanos, nem se estratificaram em classes, já que todos estavam igualmente sujeitos às tarefas de produção alimentar (RIBEIRO, 1990, p. 229).

Grande parte dessas etnias dominavam as técnicas de lavoura praticada pelo grupo Tupi, do litoral atlântico. À época, o povo Tupi dava os primeiros passos para a revolução agrícola, deixando de vez a condição paleolítica e desenvolvendo a sua própria maneira a domesticação de ervas e plantas

como a mandioca e o milho. Com a chegada dos europeus, as tribos que habitavam no litoral se deslocaram para o interior, fugindo do homem desconhecido e dominador. Contudo, ainda assim, o indígena teve significativa importância para a ocupação portuguesa na região amazônica.

> A espinha dorsal da ocupação portuguesa da Amazônia foi o indígena: seu braço, seu cérebro e o ventre da mulher índia. O índio amazônico foi a ponta de lança, que garantiu a Portugal, à época do Tratado de Madrid (1750), o maior território possível na Amazônia. Por isso, como afirmou Joaquim Nabuco, "os gentios foram às muralhas do sertão" (RIBEIRO, 1990, p. 96).

O processo de colonização da região teve início no século XVII, mais precisamente em 1612, quando os franceses se estabeleceram no Maranhão, fundando São Luís. Durante esse período, a Coroa Portuguesa não demonstrou grande interesse em ocupar a região, contudo, diante dos riscos de perder o território, os portugueses travaram uma luta contra os franceses que ali haviam se instalado e, em 1616, os portugueses reconquistaram o território e fundaram Belém.

A Coroa Portuguesa preocupou-se em controlar os rios, não somente por questões fronteiriças, mas também por serem rotas fluviais que favoreciam o comércio internacional e local. A base econômica da bacia amazônica

> [...] era sempre a mesma especiaria extraída da floresta que havia tornado possível a penetração jesuítica na extensa região [...]. O aproveitamento dos demais produtos da floresta deparava-se sempre com o mesmo obstáculo: a quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção com base no escasso elemento indígena local (FURTADO, 2003, p. 131).

Com efeito, após perceberem que o valor comercial das especiarias da floresta substituía as que Portugal trazia das índias, um grande esforço foi feito para racionalizar e ampliar o negócio na mata. Dessa maneira, como forma de obter maior produção sem grandes custos, os portugueses iniciaram o processo de escravização dos índios. A prática portuguesa consistia em "escravizar aldeias inteiras, mantendo as mulheres e as crianças praticamente como reféns, enquanto os homens trabalhavam nas expedições que batiam as florestas" (RIBEIRO, 1990, p. 231).

A reação indígena contra esse tratamento deu início a guerras e provocou o afastamento de tribos, outrora aliadas, em refúgios para não serem encontradas e escravizadas. A fim de encontrar os índios acoitados, os portugueses se organizaram em grandes expedições que subiam os rios em busca dos índios arredios. Essa prática ficou conhecida como *tropas de resgate. C*ontudo, os portugueses perceberam que essa prática era cara e precária, pois ocupava mais pessoas na guerra do que no trabalho, matavam mais indígenas do que escravizavam, o que resultou num contingente humano menor. Em decorrência disso, julgaram que a melhor saída era o aliciamento dos indígenas gentios:

> Os índios eram caçados como animais, violentados culturalmente e destruídos como comunidade. O objetivo dos brancos era tomar posse de suas terras e obrigar os próprios índios ou a trabalhar como escravos para produzir mais lucro ou a realizar outras conquistas como soldados subordinados ao exército português (DI PAOLO, 1985, p. 81).

Outra solução encontrada pelos portugueses foi a instalação de núcleos missionários, principalmente dos jesuítas, das carmelitas e dos franciscanos. Dessa forma, os catecúmenos[10] de cada missão-aldeamento eram separados em três partes, de acordo com Ribeiro (1990): aos padres eram dedicados um terço dos índios, incluindo preferencialmente, os recém preados “aos quais não se poderia impor todo peso do grande escravizador” (RIBEIRO, 1990, p. 231). Outro terço era dedicado ao serviço das autoridades da Coroa Portuguesa além de serem usados para a construção de obras públicas. Por fim, o terço restante, era distribuído entre os colonizadores para serviços de coleta nas matas. Em síntese,

> Desde o início da colonização, a maioria da população indígena foi colocada sob o controle das missões religiosas em seu papel de agentes da Coroa portuguesa. Sob a cortina da catequização, abusos e até massacres tiveram lugar nas aldeias missioneiras (RIBEIRO, 1990, p. 92).

Aos colonizadores não era de grande valia que os índios vivessem em aldeias autônomas, dispersos pelo litoral, ao contrário era necessário que os

[10] Aquele que recebe instrução religiosa para ser admitido ao batismo.

indígenas habitassem espaços próximos do controle português. Então, no século XVII, após uma epidemia que dizimou inúmeros indígenas acrescida da produção intensa de cacau, a demanda com a mão-de-obra aumentou, ampliando também as buscas por índios que habitavam nas regiões litorâneas.

Dá-se início, então, a etapa dos *descimentos*, fase que consistia em expedições promovidas pelos missionários, com o objetivo de convencer os índios a descerem de suas aldeias originais para viverem em novas aldeias. O objetivo era, pois, criar um "armazém" de mão-de-obra indígena para trabalhar e guerrear pelos interesses da Coroa.

Estima-se que em 1740 aproximadamente 50 mil índios viviam em aldeias jesuíticas e/ou franciscanas. Fausto (2008) acentua a importância de um dos jesuítas mais conhecidos, o Padre Antônio Vieira que "chegou ao Brasil em 1653 como provincial da ordem dos jesuítas e desenvolveu intensa pregação no sentido de limitar os abusos cometidos contra os índios" (FAUSTO, 2008, p. 91).

Inúmeros foram os conflitos ocorridos entre os religiosos, colonizadores e representantes da Coroa Portuguesa, principalmente os jesuítas, que eram muito visados, pois tinham maior controle sobre os indígenas em decorrência da forma como os aculturavam. Além disso, possuíam grandes fazendas de gado, plantações de algodão e muitos engenhos, além do que participavam ativamente na venda de drogas do sertão, a saber: "[...] a base econômica da província era a coleta de produtos nativos, conhecidos como 'drogas do sertão': cacau, salsaparrilha, urucu, cravo, canela, anil, sementes, raízes aromáticas, puxuri e baunilha" (RIBEIRO, 1990, p. 111).

Essas matérias-primas eram colhidas pelos índios na floresta e levadas às metrópoles. Segundo Fausto (2008, p. 90), todas as regiões do país sofreram com a escassez de moeda, mas, na região Norte, isso foi acentuado, razão pela qual, em meados do século XVIII, as trocas diretas de produtos foram intensas ou a utilização de pano de algodão ou cacau como moeda.

Em 1750, o então rei de Portugal nomeia Marquês de Pombal para ocupar o cargo de primeiro-ministro no Brasil cuja atuação bem como seu conjunto de reformas são até os dias atuais conhecidos, pois Pombal por meio

de suas reformas não apenas manteve o monopólio comercial entre Brasil e Portugal como também aprofundou a dominação da metrópole.

As mudanças começaram pela parte administrativa com a extinção das capitanias hereditárias. Decorridos quatro anos a então capital do país, Salvador, foi transferida para o Rio de Janeiro, em 1763.

A região amazônica recebeu certa atenção do Marquês de Pombal, “seus atos relativos à região demonstravam claramente a estratégia de lusitanizar e garantir maior subordinação da economia amazônica aos interesses comerciais metropolitanos” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 17).

Além disso, a fim de atingir seus objetivos, o Marquês em 1759 expulsou e confiscou os bens dos jesuítas que até então haviam acumulado uma enorme fortuna, estimulou a imigração negra para a região Norte, fez inúmeras modificações no sentido político administrativo, proibiu o uso da língua geral, além de monopolizar o comércio, Pombal integrou definitivamente os índios na sociedade colonial e criou uma lei que incentivava a ocupação da região: “o soldado ou colono que se casasse com mulher indígena teria prêmios em terras, armas, dinheiro e instrumentos agrícolas, além de não ficar com infâmia alguma” (RIBEIRO, 1990, p. 126).

Surge então uma nova sociedade de mestiços, “que constituiria uma variante cultural diferenciada da sociedade brasileira: a dos caboclos da Amazônia” (RIBEIRO, 1990, p. 111).

Ao longo do século XIX, a região Norte sofreu dois movimentos insurrecionais. O primeiro deles se deu com a independência do Brasil. Em consequência da situação crítica em que viviam o índio e o mestiço na Amazônia, surgiu “um dos maiores levantes populares que há notícia na Amazônia e no Brasil, a Cabanagem” (TEIXEIRA; FONSECA, 2003, p. 18). A situação de abandono e miséria criada pelos europeus resultou na revolta dos mestiços e durou aproximadamente seis anos (1834-1840), “a cabanagem eclode num período de estagnação econômica [...]. A rebelião assume o caráter de movimento nitidamente *antieuropeu* das populações indígenas e mestiças, que buscavam recuperar sua identidade perdida” (RIBEIRO, 1990, p. 131).

Como consequência, o Amazonas em 1850 foi reconhecida como província. O segundo movimento insurrecional, a balaiada, eclodiu na província do Maranhão entre 1838 e 1841:

> Os balaios eram, em essência, rebeldes da massa negra concentrada no Maranhão para produzir algodão, os quais igualmente deculturados e desafricanizados, lutavam, tal como o faziam os quilombos, por uma ruptura da ordem social que os faziam escravos (RIBEIRO, 1990, p. 238).

A principal causa do movimento estava ligada à miséria e à pobreza da população que habitava a província maranhense, assim como a insatisfação dos mesmos com os grandes fazendeiros da região que ignoravam a miséria da população e lutavam pela hegemonia política. De igual forma, o próximo tópico focaliza o processo de colonização da região Sul do Brasil.

2.2 O processo de colonização da região Sul

Embora seja a menor do país, a região Sul do Brasil reúne cerca de 26,16 milhões de habitantes (IBGE, 2013). Nesse sentido, a população é distribuída em três unidades federativas: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Darcy Ribeiro (1990) classifica essa região do ponto de vista antropológico como *brasis sulino* e divide a história da composição étnica da população em três: *gaúchos, matutos e gringos*. De acordo com o autor,

> Tais são os lavradores *matutos* de origem principalmente açoriana, que ocupam a faixa litorânea do Paraná para o sul; os representantes atuais dos *antigos gaúchos* da zona de campos da fronteira rio-platense e dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná e, finalmente, a formação *gringo-brasileira* dos descendentes de imigrantes europeus, que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas (RIBEIRO, 1990, p. 299).

Originalmente, o território que compreende a região Sul era habitado por povos indígenas, em grande parte da tribo guarani e, posteriormente, por jesuítas espanhóis com a missão de catequização. Nesse sentido, Ribeiro (1990, p. 405) esclarece que “o Brasil sulino surge à civilização pela mão dos

jesuítas espanhóis, que fazem florescer no atual território gaúcho de missões a principal expressão de sua república cristão-guaranítica". Entretanto, a região só se desenvolveu em meados do século XVII após a imigração de estrangeiros.

A presença dos jesuítas espanhóis, ainda de acordo com Ribeiro (1990), contribuiu para a implementação de uma nova forma de existência humana, que diverge do caráter escravista empregado pelo modelo colonialista. Dessa forma, os jesuítas buscavam assegurar ao índio "uma existência própria dentro de uma comunidade que existia para si, isto é, que se ocupava fundamentalmente de sua própria subsistência e desenvolvimento" (RIBEIRO, 1990, 410).

Os bandeirantes paulistas, em busca de ouro nos planaltos, também se interessaram pela região. Entraram pelo então Estado do Paraná, desbravando a região, seguindo por Santa Catarina até chegar no Rio Grande do Sul. Entretanto, o objetivo de encontrar minério na região se frustrou, contudo,

> [...] se ouro não foi encontrado, encontrou o bandeirante, entretanto, outro motivo de continuar a caminhada: apareceram campos e campinas adequados para o criatório. Esse fato contribuiu para que completando a marcha que vinha pelo sul tivesse o paulista outro motivo de ocupação, fixando às populações à terra. E esse motivo era a criação de gado (DIÉGUES JR., 1960, p. 303).

Com a falta de minério, muitos bandeirantes se fixaram na região Sul executando um novo ofício: a criação de gado. Posteriormente, a fim de vender os animais, seguiam de volta para a região Sudeste. O caminho percorrido entre a região Sul e Sudeste com fins comerciais foi conhecido como tropeirismo.

> Os tropeiros partiam das campinas gaúchas tão logo terminasse o inverno, quando os pastos, ressequidos pelas geadas, rebrotavam. Viajavam lentamente parando mais nos locais em que as pastagens fossem melhores, como no sopé de Santa Catarina, menos onde houvesse escassez de capim, fazendo os animais chegarem ao seu destino (feira de Sorocaba) em boas condições para o comércio, alcançando bons preços (ROMANO, 2015, p. 38).

Após essa primeira fase de ocupação e povoamento da região, ao sentir que muitos espanhóis ocupavam o território sulista, o governo português começou a estimular a vinda de estrangeiros para a região, com a promessa de uma porção de terra. Percebe-se que o estímulo para o povoamento do Sul do país por meio da vinda de imigrantes estrangeiros significava, para Coroa Portuguesa, a garantia de posse do território pela consolidação dos limites territoriais que esse povoamento propiciava.

Por isso, a Coroa Portuguesa estimulou a vinda dos açorianos para o Brasil: “facilitavam-se aos casais açorianos não só o transporte e estabelecimento, como igualmente os primeiros elementos úteis à criação de uma agricultura estável” (DIÉGUES JR., 1960, p. 309). Então, no século XVIII, os açorianos passaram, principalmente, a povoar a faixa litorânea de Santa Catarina. Entretanto, de acordo com Ribeiro (1990, p. 427),

> A colonização açoriana foi um fracasso no plano econômico, como seria inevitável. Ilhados em pequenos nichos no litoral deserto, despreparados, eles próprios, para o trabalho agrícola em terras desconhecidas, estavam condenados a uma lavoura de subsistência, porque não tinham mercado consumidor para a colheita.

Na perspectiva étnico-cultural, a região Sul do Brasil configura-se como uma região heterogênea, pois, foi obra de povos oriundos de diferentes nações. A participação estrangeira, na metade do século XIX, foi muito significativa na formação do Sul do Brasil, além dos portugueses e espanhóis a região também recebeu grandes contingentes de alemães, italianos, russos, poloneses e ucranianos.

Na perspectiva de Diégues Jr. (1960), três foram os principais motivos para que os estrangeiros ocupassem a região Sul:

> 1) a abolição da escravatura a partir de 1889;
> 2) a existência de terras devolutas concedidas aos estrangeiros, tornando-se, assim, pequenos proprietários;
> 3) o clima favorável da região ocupada, com características similares ao dos países de origem dos imigrantes” (DIÉGUES JR., 1960, p. 343-344).

Considerando a condição de fronteira com a Argentina e o Uruguai, a situação de contato estimulou a imigração de pessoas desses países para a fronteira brasileira. Darcy Ribeiro (1990, p. 414) trata a formação histórica dos gaúchos brasileiros e platinos de igual forma, pois, de acordo com o autor, ambas:

> [...] surgem da transfiguração étnica das populações mestiças de varões espanhóis e lusitanos com mulheres Guarani. Especializaram-se na exploração de gado, alçado e selvagem, que se multiplicava prodigiosamente nas pradarias naturais das margens do rio da Prata.

Os maiores fluxos migratórios ocorreram com os italianos e os alemães, povos que mais contribuíram para o povoamento e, consequentemente, desenvolvimento de Santa Catarina. De acordo com Santos (1994, p. 10), os alemães e italianos que deixaram seus países para tentar a sorte em terras estranhas, além de não estarem satisfeitos com a situação econômica e política de seus países, tinham de estar subjetivamente predispostos a enfrentar o desconhecido. A participação de estrangeiros no processo migratório foi divida da seguinte forma por Diégues Jr. (1960): no Rio Grande do Sul, destacam-se os italianos e os alemães, enquanto os poloneses e japoneses tiveram intensa participação no Paraná, enquanto os italianos, russos e sírios em Santa Catarina.

É importante salientar que a vinda desses diferentes grupos étnicos para região Sul não significou apenas aumento de mão-de-obra, pois eles influenciaram diretamente o modo de vida da região. A forma de vestir, de se alimentar, de edificar as moradias entre outras coisas. Diégues Jr (1960, p. 352) assim descreve a contribuição econômica trazida pelos imigrantes:

> “[...] introdução da uva pelos italianos e a exploração agrícola pelos alemães. No Paraná e em Santa Catarina, os italianos contribuíram para o fabrico do vinho. Teve-se também a contribuição dos poloneses, sobretudo no Paraná, na introdução do tipo de carroça chamado “colonial”.

Dessa forma,

> A característica básica do Brasil sulino, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras é sua heterogeneidade cultural. Os modos de existência e de participação na vida nacional dos seus três componentes principais, não só divergem largamente entre si, como também com respeito às outras áreas do país (RIBEIRO, 1990, p. 407).

Em continuidade, o tópico 2.3 apresenta os principais processos migratórios nas duas regiões em estudo.

2.3 Processos migratórios no Norte e no Sul do Brasil

Partindo do pressuposto de que “o repertório lexical de uma comunidade linguística renova-se, transforma-se à medida que atuam sobre ele fatores históricos, geográficos, culturais” (ISQUERDO, 2003, p. 65), faz-se necessário considerar os grandes contingentes migratórios ocorridos na região Norte entre os séculos XIX e XX que contribuíram para formação da norma lexical local.

A miscigenação étnica ocorrida na região Norte não se restringiu apenas ao período colonial entre os europeus e indígenas, pelo contrário, após esse primeiro período a região ainda recebeu inúmeros migrantes advindos de várias localidades do país em busca das riquezas que a floresta aparentava oferecer.

O ato de migrar, trocar de país, Estado ou município é um fenômeno tão antigo quanto a humanidade, contudo, neste trabalho focaliza-se a migração enquanto fenômeno compulsório, que impele grandes contingentes populacionais a se deslocarem de forma penosa, em grande parte, para “atender a interesses do capital, quer nacional, quer estrangeiro, aprofundando o abismo que existe entre o mundo da riqueza e o mundo da pobreza” (VALIM, 1996, p. 8).

As diferentes ondas migratórias foram o resultado de processos políticos e econômicos do país que atraíram muitos migrantes para trabalhar nas safras agrícolas, nos seringais ou em projetos no comércio das cidades, atraídos por promessas oficiais dos governantes, aliados ao sonho de uma vida melhor ou à

necessidade de sobrevivência. Esses processos migratórios deixaram marcas profundas no processo histórico social e econômico do Brasil.

Na passagem do século XIX para o século XX ocorreu um fluxo migratório considerável para a Amazônia. Trata-se do primeiro ciclo da borracha que atraiu milhares de nordestinos para a região Norte do país. fugindo da aridez que assolou a região Nordeste em 1877, os nordestinos adentraram as matas do Pará ao Acre em busca de melhores condições de vida por meio da extração de seringa, contudo, em virtude da precariedade do trabalho, muitos deixaram a saúde e a vida nos seringais:

> Frequentemente o seringueiro carecia de conforto material que poderia ter amenizado a dureza da vida nos seringais. É provável que poucos tenham passado fome, mas muitos sobreviveram com uma dieta inadequada de farinha de mandioca mofada e carne enlatada (WEINSTEIN, 1993, p. 21).

Uma área semideserta como a da região Norte, escassa de mão-de-obra, facilitava o endividamento do empregado. Na verdade, “as dívidas começam logo ao ser contratado: ele adquire a crédito os instrumentos que utilizará, e que embora muito rudimentares (o machado, a faca e a tigela de recolher a goma) estão acima de suas posses” (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 244). Dessa maneira, essas dívidas iniciais nunca seriam saldadas, pois, sempre haveria um meio de fazer com que o empregado se mantivesse endividado.

Visando à exportação e ao escoamento da borracha para outros países surge em 1907, no governo de Affonso Penna, a proposta de construção de uma ferrovia às margens dos rios Madeira e Mamoré. O grande propósito da ferrovia era escoar borracha para a Bolívia e para os portos do Atlântico. Contudo, apesar favorecer a exportação dos produtos brasileiros, a ferrovia ficou conhecida como “ferrovia do diabo”, pois, durante o processo de constituição muitas vidas foram perdidas e foi desativada em 1972 anos depois da sua inauguração.

O Brasil perde o monopólio da produção de borracha por volta de 1912, em consequência de os ingleses terem plantado sementes levadas da Amazônia em diferentes países como a Malásia e África. Quando os seringais

estrangeiros passaram a produzir látex com maior produtividade e eficiência sufocaram a produção brasileira.

Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1945), os seringais na Amazônia retomam suas atividades tendo em vista a falta de borracha no mercado internacional, então, o presidente em exercício, Getúlio Vargas, cria o "Batalhão da Borracha", recrutando grandes levas de trabalhadores, em especial, jovens nordestinos para o trabalho na região.

> Após a convocação, o jovem nordestino era submetido a rigoroso exame médico. Os mais fracos eram rejeitados. Em seguida eram embarcados em navios, rumo à Amazônia. A viagem durava cerca de três meses. Muitos adoeciam e morriam. Os doentes eram deixados nos barrancos dos rios onde morriam no mais completo e abandono e solidão (VALIM, 1996, p. 11).

Entre as décadas de 60 e 70 do século XX o governo, novamente, estimulou por meio de projetos oficiais ou particulares, como a abertura da rodovia transamazônica, a transferência de contingentes populacionais para a região Norte movidos pelo projeto "A marcha para o Eldorado".

Nesse mesmo período, Rondônia foi alvo do maior fluxo migratório, motivado pela implementação do polo noroeste criado em 1979, tido como a última iniciativa do regime militar no projeto "Brasil Grande" que prometia ao país um "novo Eldorado".

A região Sul, por sua vez, viveu seu fluxo migratório na década de 1930, momento do deslocamento da "fronteira agrícola" do Brasil, ou seja, "áreas ainda não desbravadas, cuja a ocupação é estimulada pelo governo através de projetos de colonização oficiais ou particulares" (VALIM, 1996, p. 21).

Com a expansão da economia voltada para o café no Estado do Paraná, desenvolvido por empresas colonizadoras que tinham como foco o pequeno e médio produtor, teve início a grande migração com destinos às áreas rurais daquele Estado intensificadas nas décadas de 40 a 60 do século XX.

Em consequência disso, o Paraná teve de acordo com os censos demográficos realizados taxas de crescimento populacional bastante elevadas, nas palavras de (VALIM, 1996, p. 21-22) "em termos absolutos, esses dados representam a passagem de uma população de 1,2 milhões de pessoas no

início do período (1930-1940) para uma população de 6,9 milhões de pessoas (1961-1970)". Portanto, nesse período, o Paraná foi a maior fronteira agrícola do país recebendo dois grandes fluxos migratórios. O primeiro vindo do Norte, de São Paulo e de Minas Gerais e, o segundo, vindo da própria região Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contudo, em 1970 o Paraná perde grande contingente de migrantes, pois, a política do Regime militar voltada para a exportação, afunda o pequeno produtor. Dessa forma, os pequenos produtores migram para outros Estados como Rondônia, Mato Grosso do Sul e Acre.

Em continuidade, o próximo tópico discute questões linguísticas relacionadas a história das regiões Norte e Sul do Brasil.

2.4 Questões linguísticas: a língua geral

A língua geral na Amazônia assumiu diferentes papéis ao longo da construção da história de ocupação da região Norte. Entre os séculos XVIII e XX, o uso dessa forma de comunicação inicialmente visava a interação entre os europeus e tupinambás. De acordo com Barros (1996, p. 192), a língua geral pode ser dividida em três momentos históricos, a princípio "considerada como "língua de branco", na colônia, "língua brasileira", no Império, e "língua de índio", nas últimas décadas no Rio Negro" (BARROS, 1996, p. 192).

No primeiro momento, a Língua Geral se firmou como uma língua surgida entre os europeus a partir de uma língua indígena, o tupinambá. Era, pois, "um veículo fundamental como instrumento de interação linguística entre os portugueses [...] e os indígenas predominantemente do tronco linguístico tupi" (MATTOS E SILVA, 2004, p. 77). Dessa forma, o europeu se apropriou da fala do outro como elemento cultural e a transfigurou num elemento chave para a colonização, pois a partir dela, impôs sua religião e seu modo de vida às etnias que habitavam o território conquistado.

A política linguística imposta pela colônia no século XVIII institucionalizou, por meio de Carta Régia (1689), a Língua Geral como língua oficial da Amazônia. Dessa maneira, a variante tupi deveria ser ensinada pelos padres até aos próprios filhos dos colonos portugueses. Naquela época, a

língua geral era praticamente a língua do Brasil, por isso, inúmeras etnias indígenas foram forçadas a falar essa língua.

Como descreve Grenand e Epaminondas (1989, p.12), essa língua “foi falada à força por milhares de índios, sejam do tronco tupi, caribe, aruaque, tucano, gê ou pano, agrupados nas aldeias de repartição ou em trabalho nas fazendas”. Essa prática consistiu em firmar e tornar obrigatório o uso da língua geral como língua da conversão. Segundo Daniel (1975), os Nheengaíbas (“língua ruim”) eram conhecidos como tapuias, denominação atribuída para os índios não-tupis, que não tinham como língua materna o tupi, por conta disso sofriam repressões por parte dos jesuítas.

> [...] Como, porém, as confissões dos tapuias por intérprete trazem consigo muitos inconvenientes tem-se empenhado muitos missionários a desterrar-se este abuso de não falar a [língua geral], já com prácticas, e já com castigos [...] tanto que já houve algumas, as quais, o seu missionário mandou dar palmatoadas até eles dizerem “basta” ao menos, pela língua geral, antes se deixavam dar até lhes inchar as mãos e arrebentar o sangue, até que se resolviam a fazer, o que deviam logo, que era falar a língua comum (DANIEL, 1975 p. 271).

Os principais meios de difusão da Língua Geral foram as missões jesuíticas, intensificadas nas regiões onde a produção econômica contava majoritariamente com a mão-de-obra indígena, como São Vicente e o Grão-Pará. Fato é que as primeiras gramáticas descrevendo a Língua Geral no Brasil foram publicadas por dois padres jesuítas: José de Anchieta (1594) e Luís Figueiras (1621), além disso, o primeiro colégio jesuítico na região Norte foi obra dos catequizadores.

Contudo, após a expulsão dos jesuítas da colônia em 1759 e com as mudanças no âmbito político e econômico decorrente da nomeação do Marquês de Pombal como primeiro-ministro, em 1759 o uso da Língua Geral e todas as outras línguas indígenas foi proibido na colônia:

> [...] Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem

> capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado (Diretório de 1758, parágrafo 6 apud EDELWEISS, 1969, p. 18).

A língua geral outrora difundida na colônia e ensinada nas escolas passa a ter caráter diabólico, “uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica” (Diretório de 1758, parágrafo 6 apud EDELWEISS, 1969, p. 18). Contudo, a lei pombalina não foi a única responsável pelo desaparecimento da Língua Geral, pois, embora os colonos e os filhos de brasileiros brancos fossem privados do estudo da língua nas escolas, fato que impediu que o seu uso alcançasse a elite, o segundo fator responsável pelo apagamento da língua na região Norte, principalmente no Solimões e no alto Amazonas, foi o fluxo migratório de nordestinos em busca da borracha.

Já no segundo período imperial entre 1822 e 1889, segundo Barros (1996), a Língua Geral adquire novo *status*, esta é tomada pelos intelectuais da época como

> [...] traço cultural típico e demarcador, no campo simbólico e ideológico, da originalidade cultural brasileira, objetivando estabelecer as diferenças entre a história brasileira e a europeia. Nesse momento, as elites intelectuais brasileiras tornam a Língua Geral, a língua do "outro", como um recurso ideológico fundamental para a construção da identidade nacional brasileira, no século XIX. Neste caso, ela deixa de ser do "índio" para ser do "brasileiro", que teria uma genealogia cultural diversa daquela do europeu (BARROS, 1996, p. 192).

A terceira fase elencada por Barros (1996) ocorre nas últimas décadas do século XIX, no Rio Negro, período em que, o povo Baré se apropria da Língua Geral no sentido de torná-la sua como instrumento político de afirmação étnica e cultural. Em um sentido histórico amplo, pode-se dizer que a expressão Língua Geral se refere ao processo estabelecido no Brasil para fins de comunicação e de catequização dos povos já estabelecidos na terra além-mar pelo colonizador. Nas palavras de Borges (2001), vê-se que a língua geral: “a) diz respeito às línguas surgidas como consequência dos contatos entre agentes das frentes de colonização e os grupos indígenas; b) designa

as línguas, de base indígena, desenvolvidas e instituídas na Amazônia, e faladas por uma população supraétnica" (BORGES, 2001, p. 211).

2.5 Histórico das localidades analisadas – Região Norte

Com o intuito de dispor de informações históricas a respeito das localidades do interior das regiões Norte e Sul, selecionadas para este estudo, bem como a justificativa para a inclusão desses pontos na rede de pontos do Projeto ALiB, toma-se aqui como referência básica o capítulo: "A rede de pontos do ALiB – Atlas Linguístico do Brasil" de Isquerdo e Teles (2014) e os dados disponibilizados no site do IBGE (2013).

A localidade número um da rede de pontos do ALiB localiza-se no Estado do Amapá, Oiapoque, situada no extremo Norte do Brasil, área que outrora fora dominada pela república francesa. Oiapoque foi integrado ao território brasileiro em 1900 e elevado a município em 1945.

O Estado do Amazonas abriga cinco localidades da rede de pontos do ALiB, a capital e quatro localidades no interior: São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Benjamin Constant e Humaitá. O ponto de número (004), São Gabriel da Cachoeira, está situado a 852km da capital Manaus e conta com 74% da população de origem indígena, recebeu *status* de município em 1935, embora já fosse considerado vila desde 1858. Já Tefé, ponto (005), está situado a aproximadamente 575 km da capital, foi elevado à categoria de município em 1855 e recebeu, nos seus primórdios, uma contribuição étnica importante de etnias indígenas.

O ponto (007), Benjamin Constant, localiza-se, por sua vez, na divisa entre o Brasil e o Peru, elevada à condição de cidade em 1938 e está a 1118 km distante da capital. Foi batizada com esse nome por sugestão de Cândido Mariano Rondon. O último ponto no Estado do Amazonas é Humaitá (008), fundada pelos jesuítas as margens do Rio Preto em 1693, recebeu *status* de cidade em 1888 e fica a 675km de distância da capital.

A rede de pontos no Estado do Pará no interior é constituída por dez localidades, a capital e nove localidades do interior: Soure, Óbidos, Almeirim, Bragança, Altamira, Marabá, Jacareanga, Conceição do Araguaia e Itaituba. É

importante salientar o fato de que todas localidades estão situadas próximas de rios. Soure (009), por exemplo, localiza-se próxima ao oceano Atlântico e foi elevada à cidade em 1755, enquanto Bragança (013) localiza-se às margens do rio Caetê e é um dos municípios mais antigos do Estado, contabilizando aproximadamente quatro séculos de história.

Os municípios de Almeirin (011) e Óbidos (010) estão situados às margens do rio Amazonas. Almeirin recebeu *status* de cidade em 1890 embora tenha sido fundada por frades e capuchos de Santo Antônio em meados de 1758. Já Óbidos, teve origem em 1697 e foi elevado a município em 1755, o nome é uma homenagem à uma vila portuguesa. Jacareanga (016) e Itaituba (018) fazem caminho para o rio Tapajós, o primeiro foi elevado a município em 1961 enquanto o segundo possui história de ocupação pré-cabraliana, em meados do século XVII, mas, recebem *status* de cidade somente em 1883.

Altamira (014) e Marabá (015) permeiam, respectivamente, os rios Itacaiúnas e Xingu. Altamira foi considerado em 2009 o maior município em extensão territorial no mundo, sendo elevado a município em 1911. Marabá, por seu turno, viveu sua emancipação municipal em 1913, embora tenha sido povoada por volta do século XIX com a chegada de imigrantes maranhenses. O município de Conceição do Araguaia (017), conforme o próprio nome atesta, é banhado pelo rio Araguaia e teve seus primeiros registros em 1888 com a chegada de um frei que tinha como propósito catequizar os índios Kaiapó. Foi elevado a município em 1933.

Já o Acre abriga dois pontos na rede de pontos do ALiB: a capital Rio Branco (018) e Cruzeiro do Sul (019). Este Estado pertencia a Bolívia até o início do século XX. Em acordo feito entre os dois países, o governo boliviano cedeu o território do Estado do Acre ao governo brasileiro em troca da construção, pelo governo do Brasil de uma ferrovia para facilitar o escoamento de borracha. Cruzeiro do Sul foi elevado a município em 1904.

Apenas Guajará-Mirim (022) representa o Estado de Rondônia – RO como localidade do interior, o município fica em segundo lugar em maior extensão territorial do Estado, tem origem no século XIX e exerceu grande importância durante o ciclo da borracha. A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré acelerou o povoamento da região e contribuiu para a

exploração do extrativismo vegetal. Porém, só foi elevado à categoria de município em 1928. Além de reunir uma população basicamente nordestina, Guajará-Mirim é uma cidade que surgiu a partir dos seringais.

> A população dessa região representa uma população *sui generis,* pois, se, de um lado a região abrigou grandes contingentes de nordestinos que se deslocaram para o trabalho nos seringais, de outro, recebeu uma enorme massa de estrangeiros - espanhóis, portugueses, antilhanos (sobretudo barbadianos), americanos, alemães, [...], bolivianos, venezuelanos, peruanos, gregos, franceses, dentre muitos outros – para participar da construção da ferrovia Madeira-Mamoré (1907-1912) que ligava Guajará-Mirim (fronteira com a Bolívia) a Porto Velho, com o fim de precípuo de transportar a borracha produzida na Bolívia e na fronteira brasileira com esse país limítrofe (ISQUERDO; TELES, 2014, p. 67).

Por fim, o Estado do Tocantins abriga dois municípios que integram a rede de pontos do Projeto ALiB no interior do Estado, são elas: Pedro Afonso (023) e Natividade (024). O Estado do Tocantins foi desmembrado de Goiás em 1988, “uma conquista da população que empreendeu muitas lutas nesse sentido, também em busca de melhores condições de desenvolvimento daquela porção territorial marcada pelo isolamento” (ISQUERDO; TELES, 2014, p. 67). Pedro Afonso e Natividade foram elevados a município, respectivamente, em 1903 e 1734.

2.6 Histórico das localidades analisadas – Região Sul

A região Sul conta com 44 localidades na rede de pontos do ALiB, a saber 17 no Paraná, 10 em Santa Cataria e, por fim, 17 no Rio Grande do Sul. De igual forma feito com a região Norte, este trabalho utilizou dados disponibilizados no site do IBGE (2013)

A começar pelo Estado do Paraná, a localidade (207) Nova Londrina foi elevada a categoria de município em 1954 após o desmembramento do território do Paranavaí. A cidade teve como primeiros colonizadores os irmãos Volpato, proprietários das terras às margens do Rio Paraná.

A colonização de Londrina (208) foi marcada por homens saídos de Minas Gerais e de São Paulo que foram chegando à área de Cambará, entre

1904 e 1908. O município foi elevado a essa categoria em 1934 e recebeu este nome em homenagem a Londres, pois, cidade também recebeu um grande contingente de imigrantes ingleses por conta de empreendimentos na região.

Terra Boa (209) recebeu *status* de município em 1955. Os primeiros moradores da região foram atraídos pelo solo fértil, próprio para o cultivo de café. Todavia decorrência de geadas na região, o município vive atualmente de outras culturas como soja, trigo e cana-de-açúcar.

O nome Umuarama (210) é um neologismo que significa “lugar alto, ensolarado, para encontro de amigos” dado em 1929 por Waddel, então diretor-presidente do Mackenzie College. A colonização de Umuarama se deu pela Companhia *Melhoramentos Norte do Paraná*, a antiga *Paraná Plantations Limitada de Londres*, que também colonizou Londrina.

As terras onde atualmente se situam o município de Tomazina (211), por sua vez, foram povoadas por Tomaz Pereira da Silva, em 1865. Só em 1889, o povoado foi elevado à categoria de município. O nome da cidade homenageia o pioneiro da localidade onde surgiu o município.

Campo Mourão (212), por sua vez, recebeu o *status* de município em 1947, embora essas terras tivessem sido descobertas em 1760 por D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão Morgado de Mateus, na Capitania de São Paulo. O nome do município foi uma homenagem ao organizador da expedição.

Já Cândido de Abreu (213) foi fruto da colonização estrangeira no Paraná, a população desse município foi formada sobretudo por imigrantes: poloneses, ucrainos, alemães e alguns brasileiros que se instalaram na mesma região e fundaram a *Colônia Cândido de Abreu* que recebeu este nome em homenagem ao diretor do Serviço de Colonização no Estado. Apenas em 1954 foi elevado à categoria de município.

Piraí do Sul (214) foi elevada à categoria de município em 1943 com o nome Piraí-Mirim. Após quatro anos em, 1947, a denominação do município para Piraí do Sul, que significa rio do peixe.

Toledo (215) surgiu como rota de descanso dos tropeiros que tinham por objetivo abrir picadas para facilitar o transporte de produtos como a erva-mate,

comercializados por estrangeiros na região oeste do Paraná. O povoado tornou-se município em 1951.

Já município de Adrianópolis (216) foi elevado a essa categoria em 1960. Adriano Seabra Fonseca em 1937 deu início a exploração de recursos minerais da região, pratica que até os dias atuais faz parte da economia do município.

São Miguel do Iguaçu (217) teve início em 1542 por meio de uma expedição realizada por um capitão espanhol juntamente com sua expedição de índios guaranis. Posteriormente foi colonizada por imigrantes europeus, na sua maioria alemães e italianos, que asseguravam sua fonte de renda por meio da produção de erva-mate e do corte de madeira, as duas principais atividades econômicas da época.

Imbituva (218) também foi rota dos tropeiros que seguiam para São Paulo. Em 1871 um bandeirante que decidiu abandonar o comércio das tropas fundou uma Vila juntamente com seus companheiros. Posteriormente, a região recebeu colonos alemães, poloneses e russos. Foi elevada à categoria de município em 1910.

Ate o século XVIII habitavam a região de Curitiba (219) índios, mamelucos, portugueses e espanhóis. Após o incentivo dado à colonização da área, Curitiba recebeu uma intensa colonização de europeus no século XIX. Foi criado como Distrito em 1654 e em 1891 recebe *status* de cidade.

Guarapuava (220) do tupi significa “lobo bravo”, o nome foi dado em 1770. O povoado teve início no século XVIII, após a construção do Fortim Atalaia, pelas tropas comandadas por Diogo Pinto Portugal, em 1810. Oficialmente, recebeu o *status* de cidade em 1871.

Já a ocupação de Morretes (221) data o século XVI, a região atual do município era território dos índios carijós. Então, a partir de 1646, com a descoberta de jazidas de ouro, a região passou a ser ocupada por mineradores provenientes de São Paulo. Foi elevada à categoria de município e recebeu o nome atual em 1870, anteriormente era chamado de Nhundiaquara.

Lapa (222), por sua vez, teve início como povoado em 1731, época em que os tropeiros por ali passavam após expedições que vinham do Rio Grande do Sul rumo a São Paulo Embora tenha iniciado como povoado em 1731, Lapa

registra indícios arqueológicos da habitação de povos indígenas das tribos Kaigang e Guarani. Foi elevada à condição de cidade apenas em 1872.

Barracão (223) era o nome de uma hospedaria construída no povoado que servia de local de pouso e descanso de tropeiros O povoado recebeu um grande contingente de colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em virtude da fertilidade da terra.

Porto União (224) surgiu de um acordo realizado entre os Estados de Paraná e de Santa Catarina. A história da região se dá em 1842, com a descoberta do Rio Iguaçu, que por possuir águas rasas facilitava a passagem dos tropeiros que vinham dos campos de Palmas. Só em 1917, é criado do lado catarinense, o município de Porto União.

São Francisco do Sul (225) é considerada a terceira localidade mais antiga no Brasil. Foi descoberta no século XV em 1504 por franceses e povoada por português em 1641. Só então elevada à categoria de cidade em 1874.

O município de São Miguel do Oeste (226) só foi emancipado no ano de 1953. Contudo, sua história remonta ao Tratado de Tordesilhas. Àquela época, a região pertencia aos espanhóis, então, após o Tratado de Madri, em 1795, tornava-se dono das terras quem as ocupasse, neste caso os portugueses.

Blumenau (227) era originalmente habitada por índios Kaigangs, Xoklengs e Botocudos. Foi Colonizada no início por alemães, seguidos de italianos e poloneses, também recebeu habitantes do Vale do Rio Tijucas, descendentes de portugueses. Mesmo assim, as cidades da microrregião incorporaram principalmente a cultura alemã e italiana. Blumenau recebeu o *status* de município em 1880.

Itajaí (228) era ocupada inicialmente por índios Botocudos ou Caigangues, do grupo Tapuia (hoje conhecidos por Xokleng). Foi colonizada durante todo o século XVII por açorianos vindos de Portugal motivados pela abundância de madeira, pesca e fertilidade das terras. Em 1950 recebeu o *status* de cidade.

Já Concórdia (229), originalmente habitada por índios Tupi-Guarani, foi colonizada em 1925. Os primeiros imigrantes chegaram da Itália e da Alemanha. O território foi elevado à categoria de município em 1934.

Os primeiros habitantes de Florianópolis (230) foram os índios Tupi-Guarani. Eles praticavam a agricultura e a pesca como meio de subsistência. Desterro (primeiro nome da cidade) foi fundada principalmente por paulistas e vicentistas em 1726. O nome da cidade foi alterado em 1894 como uma homenagem Marechal Floriano de Peixoto.

Lages (231), por sua vez foi fundada em 1766 por um bandeirante paulista. O local servia de estalagem para a rota comercial entre o RS e SP, principalmente na passagem do gado. A localidade recebeu *status* de cidade em 1898.

O município de Tubarão (232) foi possivelmente povoado em 1721, porém não há uma data específica para tal acontecimento. Inicialmente, a região foi povoada por lagunenses[11] com o objetivo de criação de gado sendo elevada à condição de cidade em 1890.

Por fim, Criciúma (233) foi fundada com o ciclo da imigração europeia na região Sul. Inicialmente, os italianos desbravaram a região. Em seguida, em 1980 levas de poloneses, alemães e portugueses ocuparam a cidade que recebeu esta condição em 1925.

O último Estado da região Sul do Brasil, Rio Grande do Sul, é composto por 17 localidades a primeira delas na rede de pontos do Projeto ALiB é a cidade de Três Passos (234) que só pôde ser assim considerada a partir de 1944. Contudo, os primeiros vestígios de ocupação do município remontam o ano de 1879. Foi inicialmente pensada como lugar propício para a construção de uma Colônia Militar. Em 1919, muitos colonos ali chegaram especialmente os alemães.

O território que compreende o município de Erechim (235) foi primeiramente habitada pelos índios Guarani, conhecidos por serem hostis e irredutíveis à catequização jesuítica. Esses índios lutaram bravamente pelo território que havia sido doado pelo governo para os paulistas descendentes de bandeirantes que acabaram ali se fixando. A localidade foi elevada à condição de município em 1918.

[11] Pessoa nascida em Laguna/SC.

Já Passo Fundo (236) era originalmente habitado pelas tribos indígenas Tapes e Caingangs, foi utilizado pelas missões jesuíticas que fundaram a redução de Santa Tereza com o objetivo de catequizar os índios da localidade. O povoado teve inicio no século XIX, período em que os colonizadores e os tropeiros a caminho de São Paulo passaram a fazer pouso na região. O município fez parte do chamado “Caminho dos Paulistas” por este motivo. Muitas colônias se instalaram na região, a maior delas foi de origem italiana. A freguesia do Passo Fundo tornou-se município em 1847.

Inicialmente, em 1700, Vacaria (237) foi ocupada pelos missionários jesuítas que criavam o gado solto trazido das Missões. Em 1727 e 1729 foram abertas as estradas para as tropas, destinadas ao comércio de gado, a estrada ligava a região de Campos de Cima da Serra a Lages, Curitiba e São Paulo. Tornou-se oficialmente cidade em 1890.

O povoado de Ijuí (238) foi fundado em 1890 por imigrantes de várias nacionalidades: africanos, índios, portugueses, franceses, italianos, alemães, poloneses, austríacos, letos, holandeses, suecos, espanhóis, japoneses, russos, árabes, lituanos, ucranianos, entre outros. Foi então elevada à categoria de município em 1912.

São Borja (239), por sua vez, recebeu *status* de cidade em 1887, período em que se desmembra do município de Rio Pardo. Tornou-se conhecido por ter sido território de pecuária extensiva dos jesuítas. Contudo, após a expulsão dos mesmos, imigrantes europeus colonizaram a região intensificando a pratica da lavoura no campo nativo.

Já Flores da Cunha (240) foi colonizada pelos italianos, outrora chamada Novo Trento, em homenagem a Itália, teve o nome alterado após 11 anos depois da emancipação em 1924. É considerado o município mais italiano do Rio Grande do Sul.

O município de Santa Cruz do Sul (241) tem suas origens na antiga colônia de Santa Cruz, criada a partir de 1847. Inicialmente colonizada por alemães, a região também recebeu imigrantes da Silésia e da Prússia em 1849. O território recebeu *status* de município em 1905.

Santa Maria (242) inicialmente foi criada a partir de acampamentos de uma comissão que visava demarcar limites entre as terras de domínio

português e espanhol. Em 1828 soldados alemães, a serviço do Brasil, chegaram à região e por lá permaneceram. A localidade foi elevada à condição de cidade em 1876.

Porto Alegre (243) tem como ano oficial de fundação 1772, com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais. O povoamento da região, entretanto, iniciou-se em 1752 após a chegada de portugueses açorianos na região que se instalariam nas Missões. Em 1824, o território recebeu imigrantes de todo mundo, particularmente alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses. A então capital do Estado do Rio Grande do Sul recebeu condição de cidade em 1812.

Osório (244) conhecido anteriormente por Vila da Serra, recebeu o nome atual como forma de homenagear o marechal Manuel Luís Osório, ali nascido. Foi povoado por casais açorianos advindos de Laguna/SC. O território obteve registro de cidade em 1938.

Uruguaiana (245), por seu turno, faz fronteira fluvial com a Argentina e o Uruguai. Foi formada inicialmente por grupos indígenas nômades conhecidos como charruas, e, posteriormente, ocupada por colonizadores espanhóis. Recebeu condição de cidade em 1874.

Já Caçapava do Sul (246), é considerado um dos mais antigos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sua história remonta o século XVIII, com o território originalmente ocupado pelos charruas. Em 1777 foi criado na região um acampamento militar, em razão da sua localização privilegiada para combate dos conflitos na época. Tornou-se cidade em 1885.

Santana do Livramento (247) foi também originalmente ocupada pelos índios charruas e minuanos. Os primeiros núcleos de colonização no território foram estabelecidos por oficiais que guarneciam as fronteiras após o combate entre forças portuguesas e espanholas. Foi elevada à categoria de cidade em 1876.

Predominantemente ocupada até o século XVII pelos índios charruas, Bagé (248), recebeu uma redução jesuítica com o objetivo de catequização dos indígenas, estes resistentes à catequização católica, foram dizimados.

São José do Norte (249) foi desbravada por um tropeiro chamado Cristóvão Pereira de Abreu entre os anos de 1720 e 1725. Posteriormente, em

1732, as terras atraíram os primeiros fazendeiros da região. O povoado foi elevado à categoria de cidade em 1938.

Chuí (250) faz fronteira com o Uruguai e é a cidade mais ao Sul do Brasil. As terras desse município foram centro entre disputa de portugueses e espanhóis nos séculos XVIII e XIX, período em que Portugal pretendia explorar os campos com a criação de gado pelos jesuítas enquanto a Espanha queria manter o Tratado de Tordesilhas. A emancipação municipal da região completou-se apenas em 1995.

Frente ao exposto, pode-se observar que a região Sul do Brasil foi povoada por imigrantes oriundos dos mais diversos países, motivo pelo qual grande parte das localidades da rede de pontos do ALiB é marcada pelo bilinguismo como atesta Isquerdo e Teles (2014) utilizaram o critério da importância da localidade do ponto de vista do fenômeno do bilinguismo. Observa-se o Estado do Rio Grande do Sul, na localidade de Santa Cruz do Sul (241), com início de povoamento em 1847, concentrou grande parte dos imigrantes alemães, bem como, em Flores da Cunha (240) “fundada em 1924 considerada a cidade mais italiana de todas as que receberam imigrantes em 1877, em cujas pequenas colônias, marcadas pela hospitalidade, são fabricados licores, queijos, vinhos, e outros produtos coloniais” (ISQUERDO; TELES, 2014, p. 55).

O Quadro 1 demonstra oito localidades da rede de pontos do Projeto ALiB que foram povoadas por imigrantes e se tornaram parte da rede de pontos do Projeto ALiB pela importância da localidade do ponto de vista do bilinguismo.

Quadro 1 – Localidades da região Sul do Brasil e respectivas imigrações.

Estado	Localidade	Origem dos imigrantes
Paraná	Cândido de Abreu (213)	poloneses, italianos, franceses e ucranianos
	Morretes (221)	italianos
	Guarapuava (219)	alemães, poloneses e ucranianos
Santa Catarina	Blumenau (227)	italianos e alemães

	São Francisco do Sul (225)	espanhóis
	Concórdia (229)	italianos e alemães
Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul (241)	alemães
	Flores da Cunha (240)	italianos

Fonte: Isquerdo; Teles (2014, p. 55).

Na sequência, o Capítulo 3 discute os pressupostos metodológicos que orientaram a pesquisa.

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo discutir as opções metodológicas tomadas no decorrer para a pesquisa. Primeiramente, foi contextualizado o Projeto ALiB, fonte dos dados aqui estudados, destacando aspectos históricos e os princípios metodológicos que orientam uma pesquisa geolinguística. Na sequência, são descritos aspectos diretamente relacionados a esta pesquisa, como a constituição do *corpus*, e as formas de armazenamento e sistematização dos dados e, por fim, a proposta de análise dos dados.

3.1 O Projeto ALiB

A proposta de elaborar um Atlas Linguístico no Brasil remete ao ano de 1952, período em que o decreto nº 30.643 assegurava como principal função da *Comissão de filologia da Casa de Rui Barbosa* a elaboração de um atlas que contemplasse todo território nacional.

Lançado o decreto, em 1957 no *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros,* Serafim da Silva Neto e Celso Cunha dão os primeiros passos na busca de atender o previsto em lei e apontam para a necessidade de serem produzidos atlas regionais, tendo em vista as dificuldades advindas da dimensão territorial do país, além da precariedade das vias de comunicação. Antenor Nascentes (1958; 1960) lança a obra *Bases para a elaboração de um atlas linguístico do Brasil* em dois volumes que fornece diretrizes gerais para a constituição da rede de pontos, elaboração do questionário linguístico e seleção de informantes. Durante 30 anos o caminho foi a elaboração de atlas estaduais e regional (ALERS).

É no final do século XX (1996), durante o Seminário Nacional *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* em Salvador, na Bahia que a proposta é retomada e discutida e as as bases para a retomada da ideia de elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB).

Assim, definiu-se o seguinte objetivo “[...] documentar o país de Norte a Sul, de Leste a Oeste, e lembrando [Antenor] Nascentes, do Oiapoque ao Chuí: são 250 pontos a constituírem a sua rede de localidade que reunirão 1.100

informantes a serem documentados" (CARDOSO, 2006, p. 29). Ainda nesse evento, teve início a discussão da linha metodológica que orienta o Projeto e foi constituído um Comitê Nacional para coordenar as ações. Na ocasião, o Comitê foi formado pelos representantes dos cinco atlas regionais publicados até aquele momento e um representante dos atlas em andamento.

O Comitê Nacional dirige e coordena todas as atividades realizadas pelo Projeto ALiB. Atualmente é constituído por treze membros integrantes de diferentes universidades do Brasil tendo como Diretora-Presidente até 02 de maio de 2018 Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (*in memoriam*) (Universidade Federal da Bahia). Além da Diretora executiva, Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia), reúne mais cinco Diretores Científicos: Maria do Socorro Silva Aragão (Universidade Federal do Ceará), Vanderci Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina), Aparecida Negri Isquerdo (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará) e Felício Wessling Margotti (Universidade Federal de Santa Catarina).

Cada Diretor Científico conta, desde 2016, com um suplente com voz e voto no Comitê: Silvana Soares Costa Ribeiro (Universidade Federal da Bahia), Marilúcia Barros de Oliveira (Universidade Federal do Pará), Regiane Coelho Pereira Reis (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Fabiane Cristina Altino (Universidade Estadual de Londrina) e Valter Pereira Romano (Universidade Federal de Lavras).

Os principais objetivos do Atlas Linguístico do Brasil, de acordo com Cardoso et al (2014b, p. 32) são, em primeiro lugar: "descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais [...] consideradas na perspectiva da Geolinguística Pluridimensional", a autora esclarece ainda que o ALiB visa a

> [...] oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, filólogos, etimólogos), aos pesquisadores das áreas afins (história, antropologia, sociologia) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livro-texto, para o ensino fundamental e básico, professores), subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizado e para uma melhor interpretação do

> caráter multidialetal do Brasil (CARDOSO et al, 2014b, p.29).

A fim de alcançar êxito nessa empreitada, os princípios metodológicos foram traçados seguindo os parâmetros da Dialetologia pluridimensional e da Geolinguística. A seguir, são discutidos os pressupostos metodológicos básicos do Projeto ALiB, começando pela rede de pontos, seguido do questionário e, por fim, o perfil dos informantes.

3.1.2 Rede de pontos

A rede de pontos do Projeto ALiB é composta por 250 localidades distribuídas por todo território brasileiro e foi selecionada a partir dos seguintes critérios: “a) análise da rede de pontos apresentada por Nascentes; b) exame das redes de pontos dos atlas regionais já publicados; c) conhecimento sistemático da história do povoamento e do processo de desenvolvimento das diferentes áreas brasileiras” (CARDOSO et al, 2014b, p. 36-37). A partir desses critérios a rede de pontos foi definida: 225 pontos no interior e 25 capitais. A Figura 5, na sequência, traz a distribuição dos 250 pontos da rede do Projeto ALiB no mapa do Brasil.

Figura 5 – Rede de pontos do Projeto ALiB no Brasil

Fonte: Site do Projeto ALiB. Disponível em: <https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>. Acesso em: 05 jul 2018.

Para que as 250 localidades fossem estabelecidas, considerou-se também a densidade demográfica de cada região e Estado brasileiro,

> A definição da rede de pontos para levantamento de dados requereu aprofundado conhecimento no campo da história, da antropologia, da demografia, da geografia, física, humana e política sobretudo, dos estudos culturais, da economia de cada região, do desenvolvimento social e político, do aspecto religioso. A seleção de localidades reflete não apenas o interesse linguístico, mas o perfil sócio-histórico das zonas a serem mapeadas (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p. 10).

3.1.3 Questionário Linguístico

Com o objetivo de coletar os dados de maneira produtiva e de garantir a representação e a comparabilidade dos dados, os membros do Comitê Nacional do Projeto ALiB elaboraram o questionário linguístico que serviu de orientação para a coleta de dados. Para tanto, tomou como base os questionários linguísticos utilizados para a elaboração dos atlas estaduais e regionais brasileiros. Também foram utilizados os questionários do ALiR – *Atlas Linguistique Roman* e do *Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza.* Após a elaboração, a testagem e o refinamento, o questionário definitivo foi publicado em 2011 e tem como objetivo "apurar a variação diatópica, com vistas no estabelecimento e a caracterização de áreas dialetais" (CARDOSO et al, 2014a, p.42). Composto por sete partes, o Questionário Linguístico do Projeto ALiB tem a seguinte configuração:

> (1) QFF - Questionário fonético-fonológico (159 perguntas, às quais se juntam 11 questões de prosódia);
> (2) QSL - Questionário semântico lexical (202 perguntas);
> (3) QMS - Questionário morfossintático (49 perguntas);
> (4) QP - Questões de pragmática (04 perguntas);
> (5) TDS - Temas para discurso semi-dirigido (04 temas - relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal);
> (6) PM - Perguntas metalinguísticas (06 perguntas) e

(7) LE - Texto para leitura (“Parábola dos sete vimes”). (RIBEIRO, 2012, p. 123).

Neste estudo, foram analisados dados lexicais recolhidos por meio do QSL – Questionário semântico lexical, constituído por 202 perguntas divididas em 14 áreas semânticas como o especificado no Quadro 2:

Quadro 2 – Áreas semânticas do Questionário Semântico Lexical do Projeto ALiB

ÁREAS SEMÂNTICAS		**Nº DE QUESTÕES**
1	Acidentes geográficos	06
2	Fenômenos atmosféricos	15
3	Astros e tempo	17
4	Atividades agropastoris	25
5	Fauna	25
6	Corpo humano	32
7	Ciclos da vida	15
8	Convívio e comportamento social	11
9	Religião e crenças	08
10	Jogos e diversões infantis	13
11	Habitação	08
12	Alimentação e cozinha	12
13	Vestuário e acessórios	06
14	Vida urbana	09
TOTAL		**202**

Fonte: Ribeiro (2012, p. 123) adaptado pela autora.

Salienta-se que para este estudo foram analisadas questões da área semântica da *fauna*. Por fim, percebe-se que o Questionário Linguístico elaborado pelo Comitê Nacional “garante a distribuição espacial de variantes apontadas para nomear um mesmo referente em diferentes localidades do território investigado” (ISQUERDO, 2006b, p. 117).

3.1.4 Informantes

Conforme a metodologia do Projeto ALiB todo o informante precisa, necessariamente, ser nascido e criado na localidade e, preferencialmente, ter os pais nascidos na mesma região linguística. Além disso, foram consideradas as variáveis: sexo, escolaridade e faixa etária, como se pode observar por meio do Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Perfil dos informantes do Projeto ALiB

Nº de informantes	Escolaridade	Faixa etária	Sexo
1	Ensino Fundamental	18 a 30 anos	Masculino
2	Ensino Fundamental	18 a 30 anos	Feminino
3	Ensino Fundamental	50 a 65 anos	Masculino
4	Ensino Fundamental	50 a 65 anos	Feminino
5	Curso Superior	18 a 30 anos	Masculino
6	Curso Superior	18 a 30 anos	Feminino
7	Curso Superior	50 a 65 anos	Masculino
8	Curso Superior	50 a 65 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pela autora com base na metodologia do Projeto ALiB.

Ressalta-se que, apenas nas capitais de Estado foi considerado o grau de escolaridade, formação universitária completa, razão pela qual nas capitais do estudo foram entrevistados quatro informantes com curso superior completo e quatro alfabetizados/ com ensino fundamental incompleto.

Cabe ressaltar, ainda, que a pessoa entrevistada não pode ter morado em outra localidade por mais de 1/3 de sua vida para que não haja discrepâncias, evitaram-se profissões como caminhoneiro, militar, entre outros, ou seja, profissões que exigem grande mobilidade.

3.2 O *corpus* da pesquisa

A escolha da área semântica da *fauna* teve como propósito, examinar a relação entre léxico e ambiente, partindo-se do pressuposto que a forma como os falantes nomeiam determinada espécie revela a cultura, as crenças, a história e as tradições de um povo. De acordo com Sapir (1969, p. 46), "o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes".

No caso da região Norte, originalmente povoada por povos indígenas, cenário que mudou em decorrência de processos migratórios motivados, sobretudo, pelos ciclos da borracha nos períodos de (1879 -1912) e (1942-1945), além de projetos de governo que favoreceram também a migração de habitantes de outras regiões para o Norte do Brasil. Já na região Sul, a influência linguística decorre da situação de fronteira, do movimento dos tropeiros que favoreceu a interpenetração de outros itens lexicais no português falado na região, além dos intensos movimentos de imigração, sobretudo europeia, que muito contribuiu para a formação linguística e cultural dos sulistas.

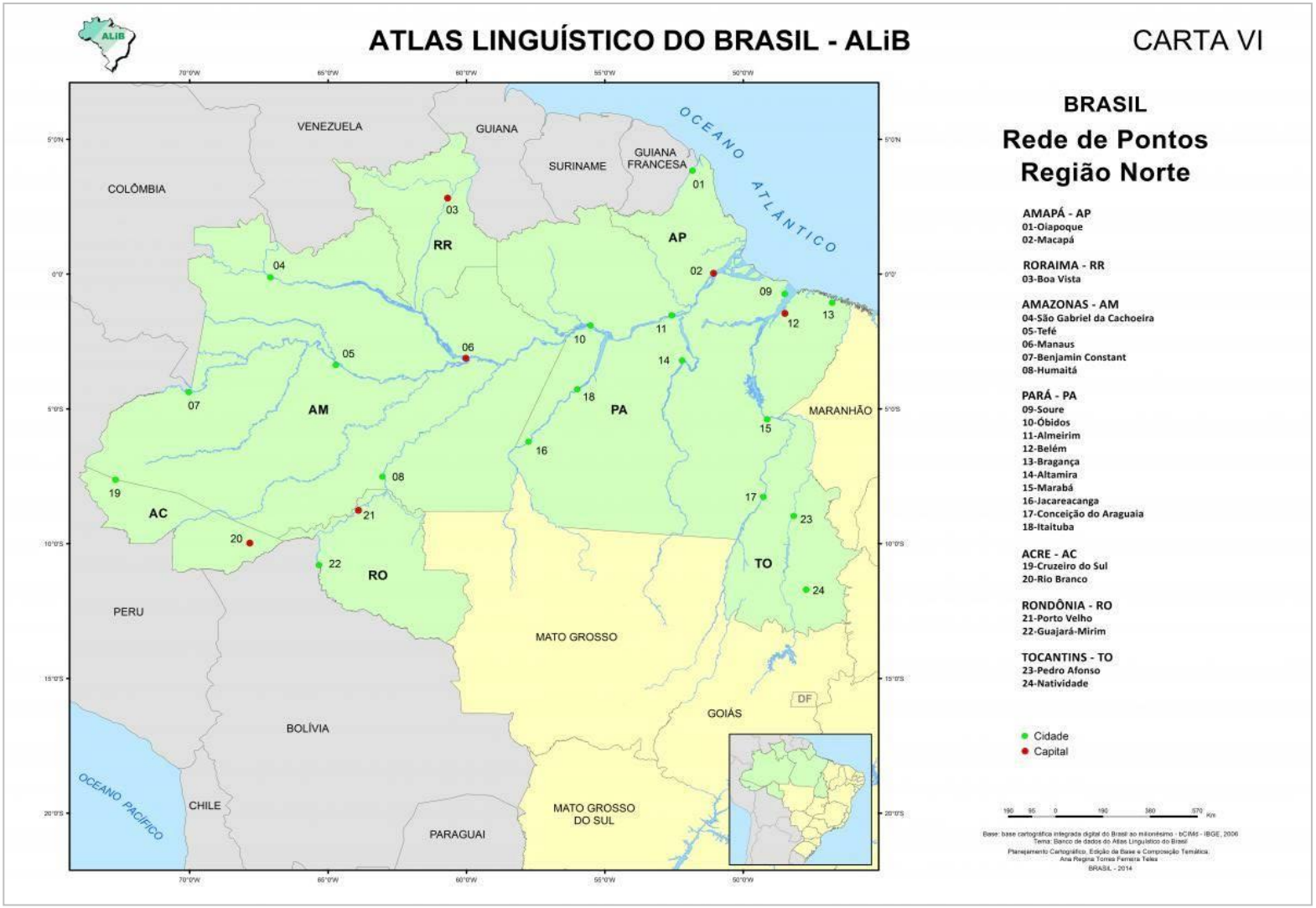
A escolha das duas regiões se justifica pelo interesse em contrapor os dados de duas regiões que possuem elementos distintos na constituição da sociedade, na economia e na relação com o ambiente em que atuam. Assim, seguindo-se a ordem da numeração dos pontos da rede do ALiB, inicia-se a análise pela região Norte que abriga o ponto 001 da rede (Oiapoque), seguida da região Sul onde se situa o ponto 250 (Chuí). O Quadro 4 lista as localidades da região Norte e, na sequência, a Figura 6 apresenta a disposição das localidades no mapa.

Quadro 4 – Rede de pontos do Projeto ALiB na região Norte

Rede de pontos da pesquisa	
Nº	**Nome da localidade**
Amapá – AP	
01	Oiapoque
02	*Macapá*
Roraima – RR	
03	*Boa Vista*
Amazonas – AM	
04	São Gabriel da cachoeira
05	Tefé
06	*Manaus*
07	Benjamin Constant
08	Humaitá
Pará – PA	
09	Soure
10	Óbidos
11	Almeirin
12	*Belém*
13	Bragança
14	Altamira
15	Marabá
16	Jacareacanga
17	Conceição do Araguaia
18	Itaituba
Acre – AC	
19	Cruzeiro do Sul
20	*Rio Branco*
Rondônia – RO	
21	*Porto Velho*
22	Guajará Mirim
Tocantins – TO	
23	Pedro Afonso
24	Natividade

Fonte: Site do Projeto ALiB. Disponível em: https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos. Acesso em: 05 maio de 2018.

Figura 6 – Mapa da rede de pontos do Projeto ALiB na região Norte do Brasil



Fonte: Site do Projeto ALiB. Disponível em: <https://alib.ufba.br/content/rede-de- pontos>. Acesso em: 05 jul 2018.

Igualmente, o Quadro 5 apresenta as localidades que constituem a rede de pontos do Projeto ALiB na região Sul e a Figura 7 demonstra geograficamente a disposição delas.

Quadro 5 – Rede de pontos do Projeto ALiB na região Sul

Rede de pontos da pesquisa	
Nº	**Nome da localidade**
Paraná –PR	
207	Nova Londrina
208	Londrina
209	Terra Boa
210	Umuarama
211	Tomazina
212	Campo Mourão
213	Cândido de Abreu
214	Piraí do Sul
215	Toledo
216	Adrianópolis
217	São Miguel do Iguaçu
218	Imbituva
220	*Curitiba*
219	Guarapuava
221	Morretes
222	Lapa
223	Barracão
Santa Catarina – SC	
224	Porto União
225	São Francisco do Sul
226	São Miguel do Oeste
227	Blumenau
228	Itajaí
229	Concórdia
230	*Florianópolis*
231	Lages
232	Tubarão
233	Criciúma
Rio Grande do Sul – RS	
234	Três Passos
235	Erechim
236	Passo Fundo
237	Vacaria
238	Ijuí
239	São Borja

240	Flores da Cunha
241	Santa Cruz do Sul
242	Santa Maria
243	*Porto Alegre*
244	Osório
245	Uruguaiana
246	Caçapava do Sul
247	Santana do Livramento
248	Bagé
249	São José do Norte
250	Chuí

Fonte: Site do Projeto ALiB. Disponível em: https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos. Acesso em: 05 maio de 2018.

Figura 7 – Mapa da rede de pontos do Projeto ALiB na região Sul do Brasil

Fonte: Site do Projeto ALiB. Disponível em: <https://alib.ufba.br/content/rede-de-pontos>. Acesso em: 05 jul 2018.

O *corpus* deste trabalho é constituído pelas respostas para as quatro perguntas selecionadas obtidas por meio das entrevistas realizadas com 308 informantes de dez capitais, sete na região Norte e três na região Sul, e 51 localidades do interior, sendo 17 na região Norte e 34 na região Sul, de ambos sexos, masculino e feminino, de duas faixas etárias: Faixa Etária I (18 a 30 anos) e Faixa Etária II (50 a 65 anos) com dois níveis de escolaridade nas capitais (Ensino Fundamental incompleto e Curso Superior) e Nível Fundamental (localidades do interior), nascidos e criados na localidade pesquisada, tendo os pais provenientes da mesma área linguística.

Tratando-se do Questionário Semântico-Lexical do ALiB, encontra-se a área semântica da *fauna* composta por 25 perguntas, distribuídas entre nomes de animais e partes do corpo dos animais. Observa-se a disposição dessas questões por meio do Quadro 6:

Quadro 6 – Perguntas associadas à área semântica da *fauna* do QSL – Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB.

	Nº	**Pergunta**
Fauna	064	Como se chama a ave preta que come animal morto, podre?[12]
	065	Como se chama o passarinho que bate muito rápido as asas tem o bico comprido e fica parado no ar?
	066	Como se chama a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa?
	067	Como se chama a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?
	068	Como se chama a ave de penas coloridas que, quando presa pode aprender a falar?
	069	Como se chama uma galinha sem rabo?
	070	Como se chama um cachorro de rabo cortado?
	071	Como se chama o bicho que solta um cheiro ruim quando se sente ameaçado?

[12] As questões sombreadas estão sendo analisadas por outros pesquisadores do Projeto ALiB, por isso não foram incluídas na análise dos dados.

	072	Como se chama as patas dianteiras do cavalo?
	073	Como se chama o cabelo em cima do pescoço do cavalo?
	074	Como se chama o cabelo comprido na traseira do cavalo?
	075	Como se chama a parte do cavalo onde vai a sela?
	076	Como se chama a parte larga atrás do boi?
	077	O que o boi tem na cabeça?
	078	Como se chama o boi sem chifre?
	079	Como se chama a cabra que não tem chifre?
	080	Em que parte da vaca fica o leite?
	081	Como se chama a parte com que o boi espanta as moscas?
	082	Como se chama o animal que tem uma perna mais curta e que puxa de uma perna?
	083	Como se chama um tipo de mosca grande, esverdeada, que faz barulho quando voa?
	084	Como se chama um bichinho que gruda na perna das pessoas quando elas entram num córrego ou banhado?
	085	Como se chama o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira na água?
	086	Como se chama aquele bichinho branco, enrugadinho, que dá em goiaba, em coco?
	087	Como se chama aquele bicho que dá em esterco, em pau podre?
	088	Como se chama aquele inseto pequeno de perninhas compridas que canta no ouvido das pessoas no meio da noite?

Fonte: Comitê Nacional do Projeto ALiB (2001, p. 28-30).

Em virtude da dimensão do *corpus* com as respostas de todas as perguntas foram selecionadas para análise, neste trabalho, as questões: 065, 066, 077 e 081. Reservando-se o restante do *corpus* para estudos futuros.

O levantamento das respostas documentadas para as perguntas da área semântica da *fauna* foi realizado por meio de consulta aos áudios e às transcrições dos inquéritos relativos às capitais e às localidades do interior das

regiões Norte e Sul, disponibilizados e autorizados pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB por meio da Diretora-Presidente.[13]

Considerou-se, para fins de análise, as respostas fornecidas e os contextos de fala, inseridos como comentários. Os casos em que os informantes não souberam responder a pergunta formulada pelo inquiridor foram marcados pela sigla *NR* (não resposta).

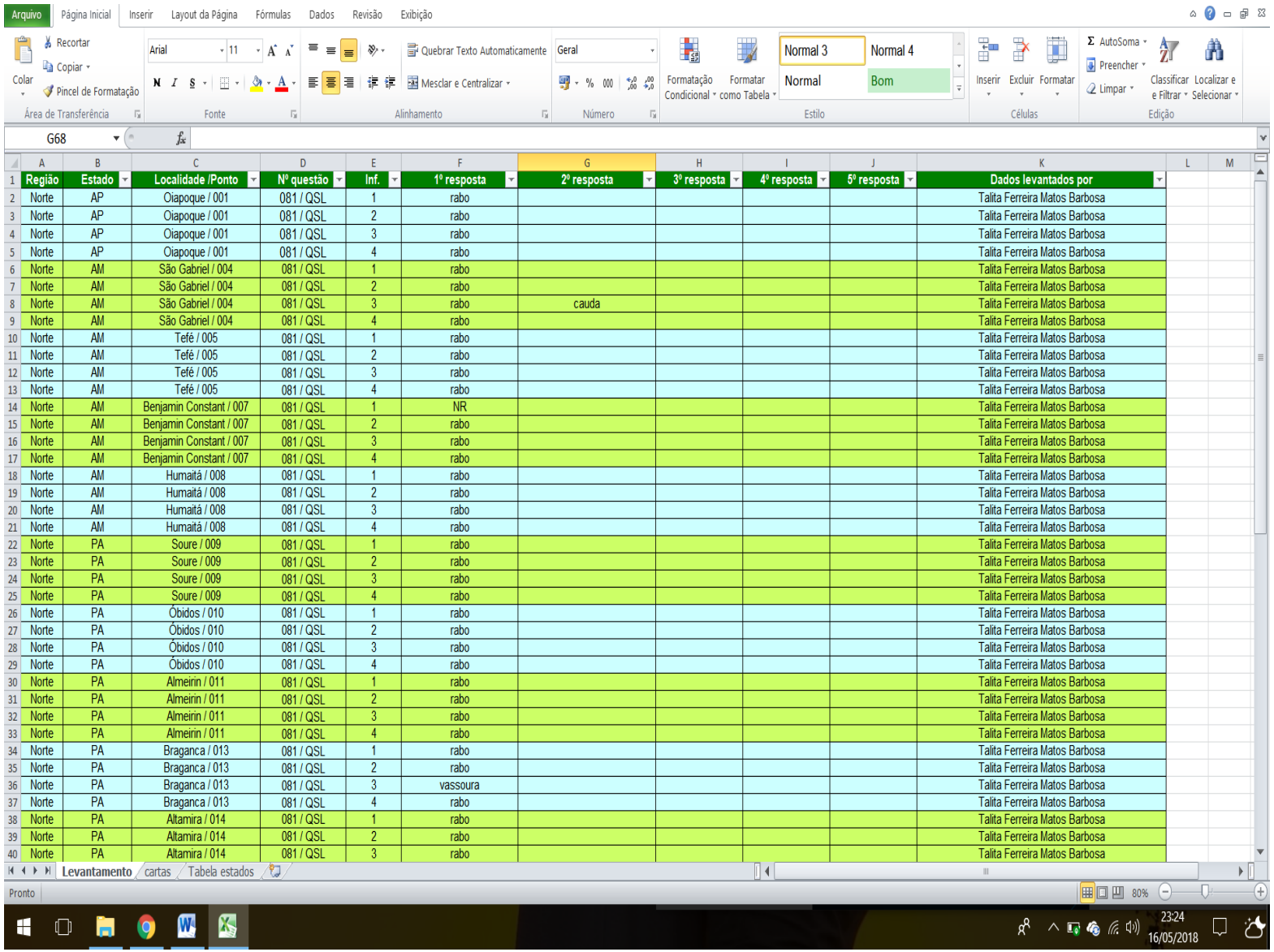
A equipe Regional do MS tem utilizado há algum tempo o programa Excel da Microsoft para a sistematização dos dados lexicais, tendo em vista o programa favorecer o manuseio dos dados de forma prática e permitir a aplicação de filtros por variante analisada dentre outras facilidades. Na sequência, observa-se que a Figura 8 exemplifica a forma como as planilhas são divididas em colunas identificadas pelos seguintes itens: região, localidade, número da questão, informante e respostas.

Verifica-se, também, que há a possibilidade de aplicar o recurso do filtro para levantamentos parciais como, por exemplo, apenas uma pergunta, todos os informantes de determinada faixa etária além da distribuição de uma variante no universo pesquisado.

Os dados levantados foram organizados de acordo com as respostas por pergunta que gerou a resposta, recurso que, facilita a análise das denominações para cada conceito, por localidade como se pode observar por meio da Figura 8. Ainda é possível notar que os filtros são grandes facilitadores no momento da consulta das variantes, pois permite a geração de uma amostra geral dos dados catalogados para cada pergunta, facilitando, dessa forma, o cálculo da produtividade de cada item lexical documentado.

[13] Em tempo, cabe salientar que a orientadora desta dissertação, Prof.ª Dr.ª Aparecida Negri Isquerdo é Diretora Científica do Projeto ALiB e integra o Comitê Nacional, condição para a liberação dos dados inéditos.

Figura 8 – Planilha de armazenamento do *corpus* da pesquisa



Região	Estado	Localidade /Ponto	Nº questão	Inf.	1º resposta	2º resposta	3º resposta	4º resposta	5º resposta	Dados levantados por
Norte	AP	Oiapoque / 001	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AP	Oiapoque / 001	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AP	Oiapoque / 001	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AP	Oiapoque / 001	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	São Gabriel / 004	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	São Gabriel / 004	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	São Gabriel / 004	081 / QSL	3	rabo	cauda				Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	São Gabriel / 004	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Tefé / 005	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Tefé / 005	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Tefé / 005	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Tefé / 005	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Benjamin Constant / 007	081 / QSL	1	NR					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Benjamin Constant / 007	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Benjamin Constant / 007	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Benjamin Constant / 007	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Humaitá / 008	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Humaitá / 008	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Humaitá / 008	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	AM	Humaitá / 008	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Soure / 009	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Soure / 009	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Soure / 009	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Soure / 009	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Óbidos / 010	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Óbidos / 010	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Óbidos / 010	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Óbidos / 010	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Almeirin / 011	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Almeirin / 011	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Almeirin / 011	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Almeirin / 011	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Braganca / 013	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Braganca / 013	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Braganca / 013	081 / QSL	3	vassoura					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Braganca / 013	081 / QSL	4	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Altamira / 014	081 / QSL	1	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Altamira / 014	081 / QSL	2	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa
Norte	PA	Altamira / 014	081 / QSL	3	rabo					Talita Ferreira Matos Barbosa

Fonte: Modelo de planilha elaborada pela equipe de pesquisa da Regional MS.

3.2.1 Tratamento e análise dos dados

Para o desenvolvimento desta pesquisa, sete etapas foram cumpridas. Levando em consideração os dados empíricos e o caráter descritivo do estudo, a primeira etapa do trabalho consistiu na apuração e na organização do *corpus*. Para isso, foram seguidas as seguintes etapas por meio de audição sistemática:

I) levantamento dos dados fornecidos pelos informantes do Projeto ALiB como respostas para as perguntas relacionadas à área semântica da *fauna* nas duas regiões selecionadas para o trabalho, capitais e localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil.

II) sistematização dos dados em planilhas no formato EXCEL com colunas que permitiram a visualização de variáveis por região, Estado/nº do ponto ou localidade, nº do informante e a questão que motivou a resposta.

III) consulta a dicionários de diferentes fases históricas do português: o *Diccionario da lingua portugueza*, de Silva (1813), Aulete (2006) e Houaiss (2001), a obra de base indígena elaborada por Tibiriçá (1984), *O dicionário Tupi-Português*, e dois dicionários de língua espanhola: Dicionário Real da Academia Espanhola – DRAE (2013), e Diccionario de americanismos – DAMER (2013) como um dos recursos para validar as variantes.

IV) elaboração de cartas lexicais disponibilizadas como base pelo Projeto ALiB, sobre dados das capitais e das localidades do interior das duas regiões em questão.

V) cotejo, quando possível, com dados de atlas linguísticos regionais às duas regiões pesquisadas (cartas semelhantes aos conceitos contemplados pelas questões do questionário linguístico do ALiB).

VI) análise das designações lexicais segundo ponto de vista diatópico e léxico-semântico, conjecturando-se possíveis causas para a escolha de determinadas variantes em detrimento de outras.

VII) comparação entre os dados oriundos das localidades do interior da região Norte com os da região Sul.

Organizado o *corpus*, os dados selecionados foram analisados em duas perspectivas: qualitativa (a partir do viés diatópico e do semântico-lexical) e quantitativa (por meio dos gráficos e das tabelas apresentadas).

O viés diatópico averiguou a demarcação das variantes nos limites geográficos de cada Estado, enquanto o viés léxico-semântico explorou a motivação do significado de cada designação documentada, na história de colonização de cada região.

A análise dos dados foi dividida em duas partes, a primeira, tendo em vista o viés das perguntas relacionadas à aves, foi intitulada *pássaros* enquanto o segundo bloco de questões se refere a *partes de animais*.

A seguir, inicia-se a análise dos dados pelas perguntas relacionadas às aves.

4 Análise de dados

4.1 PÁSSAROS

O Brasil é conhecido mundialmente por possuir uma fauna rica e diversificada, em especial, relacionada aos pássaros nos diversos biomas que constituem o país. De Norte a Sul, o território brasileiro é considerado como o segundo maior em números de espécies catalogadas. Essa diversidade de espécies acrescida da extensão territorial e grandeza cultural contribuem signitivamente para a pluralidade de nomes em diferentes regiões, uma espécie pode ser nomeada de diversas maneiras segundo a cultura de uma localidade, motivo pelo qual as perguntas 065/QSL e 066/QSL foram selecionadas e serão analisadas a seguir.

4.1.1 ... o passarinho que bate muito rápido as asas tem o bico comprido e fica parado no ar? (QSL/065)

4.1.2 Análise diatópica – Capitais

O levantamento de dados nos inquéritos relativos às capitais das regiões Norte e Sul do Brasil resultou em 77 respostas. Visando organizar os dados brutos, foi realizado o agrupamento das variantes encontradas. O agrupamento resultou em quatro variantes consideradas válidas: *beija-flor, cuitelo, colibri e guainumby*. Como apresenta o Quadro 7, apenas as variantes *beija-flor* e *cuitelo* necessitaram do agrupamento:

Quadro 7 – Agrupamento das variantes documentadas como resposta para a questão 065/QSL

Agrupamentos lexicais	Itens agrupados
Beija-flor	beija-frô, beija-fulô.
Cuitelo	cutelo, coitelo, cuitelinho, coitelim.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

As 77 ocorrências das variantes lexicais registradas nas capitais das regiões Norte e Sul estão distribuídas na Tabela 1:

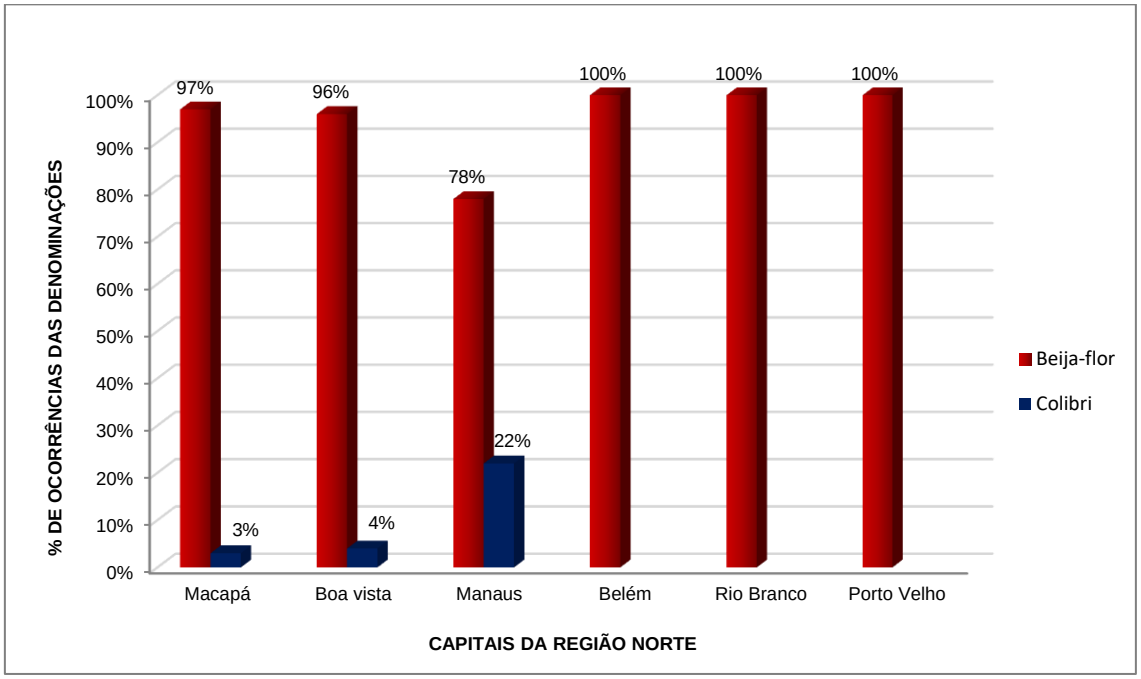
Tabela 1 – Denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* nas capitais das regiões Norte e Sul do Brasil.

Item lexical	REGIÃO NORTE		REGIÃO SUL	
	Ocorrências	Percentual	Ocorrências	Percentual
Beija-flor	42	95%	24	96%
Colibri	05	5%	03	2%
Cuitelo			03	2%
TOTAL	47	100%	30	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

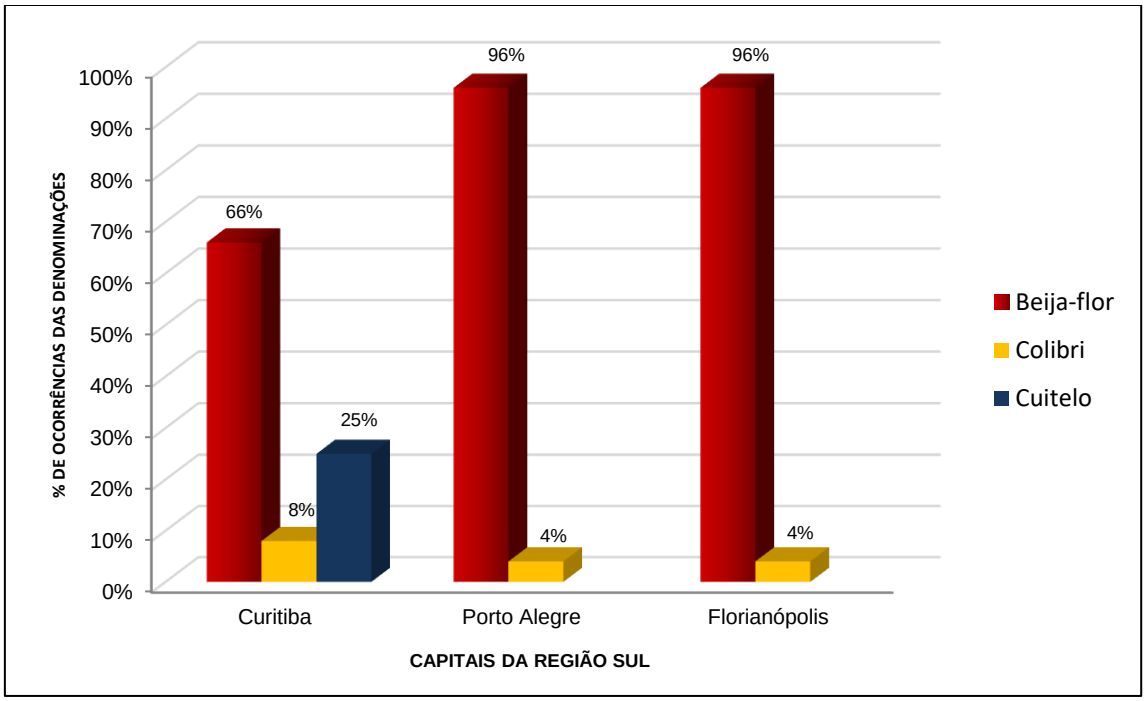
Nota-se, pelos dados da Tabela 1 que *beija-flor* foi a unidade léxica mais produtiva entre as capitais das duas regiões em análise. Com índices de ocorrência de 95% na região Norte e 96% na região Sul. Embora, em menor proporção que o item lexical *beija-flor* ,surge a variante *colibri* com 5% na região Norte e 2% na região Sul. Por fim, o item lexical *cuitelo* está presente apenas na fala dos habitantes da região Sul do Brasil com 2% de produtividade. Na sequência, por meio dos Gráficos 1 e 2, podem ser visualizadas as unidades lexicais conforme a produtividade nas capitais das respectivas regiões.

Gráfico 1 – Produtividade das denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Gráfico 2 – Produtividade das denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Sul do Brasil



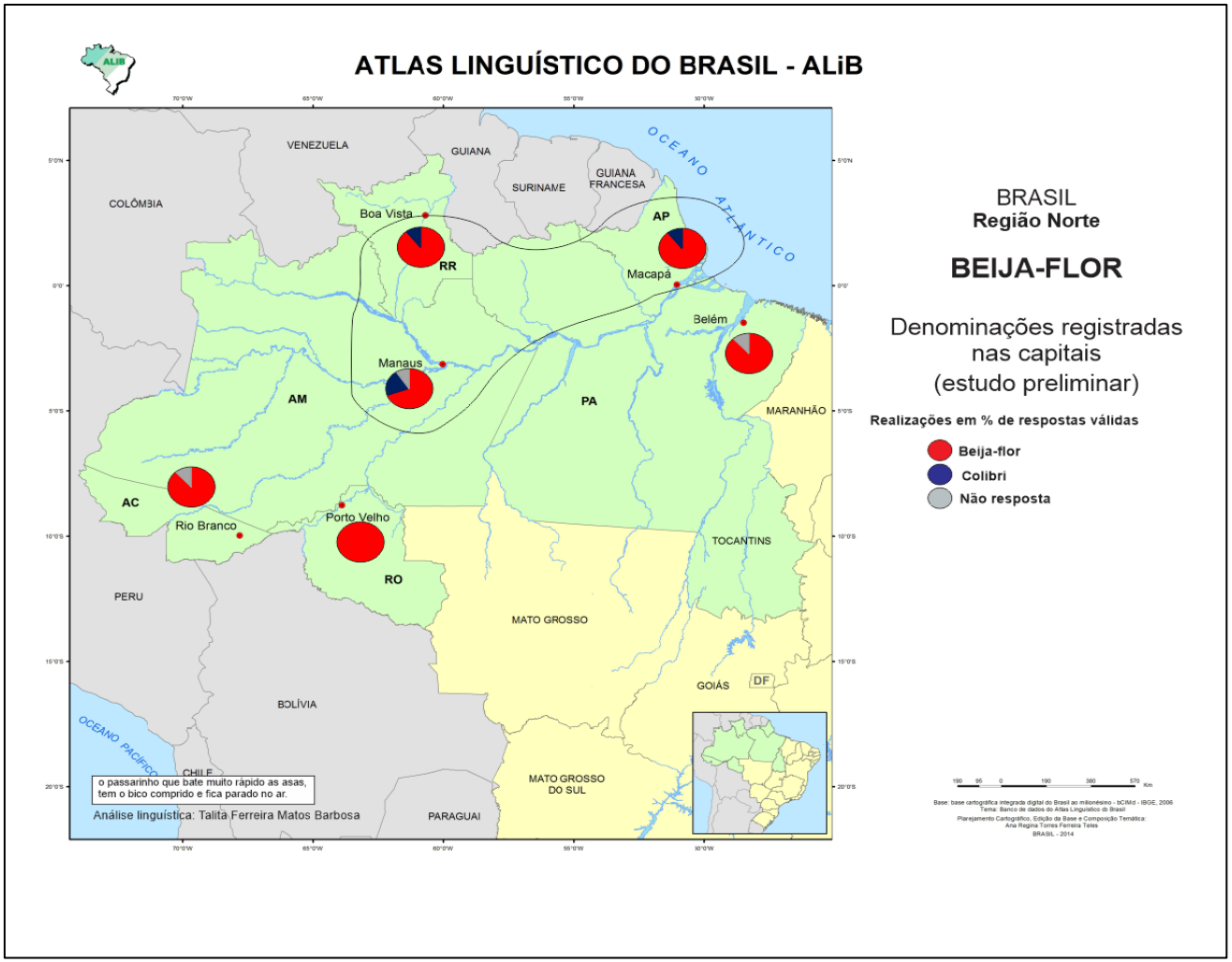
Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

A distribuição dos dados aponta o item lexical *beija-flor* como variante padrão entre os habitantes das capitais das regiões analisadas. Na região Norte, observa-se que em Belém, Rio Branco e Porto Velho ela alçou 100% de produtividade. A segunda variante mais produtiva, *colibri*, foi registrada em três capitais: Macapá, Boa Vista e Manaus.

Nas capitais dos Estados da região Sul, apenas em Curitiba foram registradas as três variantes em estudo. Com maior índice de produtividade figura a forma lexical *beija-flor* (66%), seguida de *cuitelo* (25%) e de *colibri* (8%). Florianópolis e Porto Alegre atingiram percentuais equivalentes, 96% das respostas para *beija-flor* e 4% para *colibri*. *Cuitelo* só foi documentada em Curitiba.

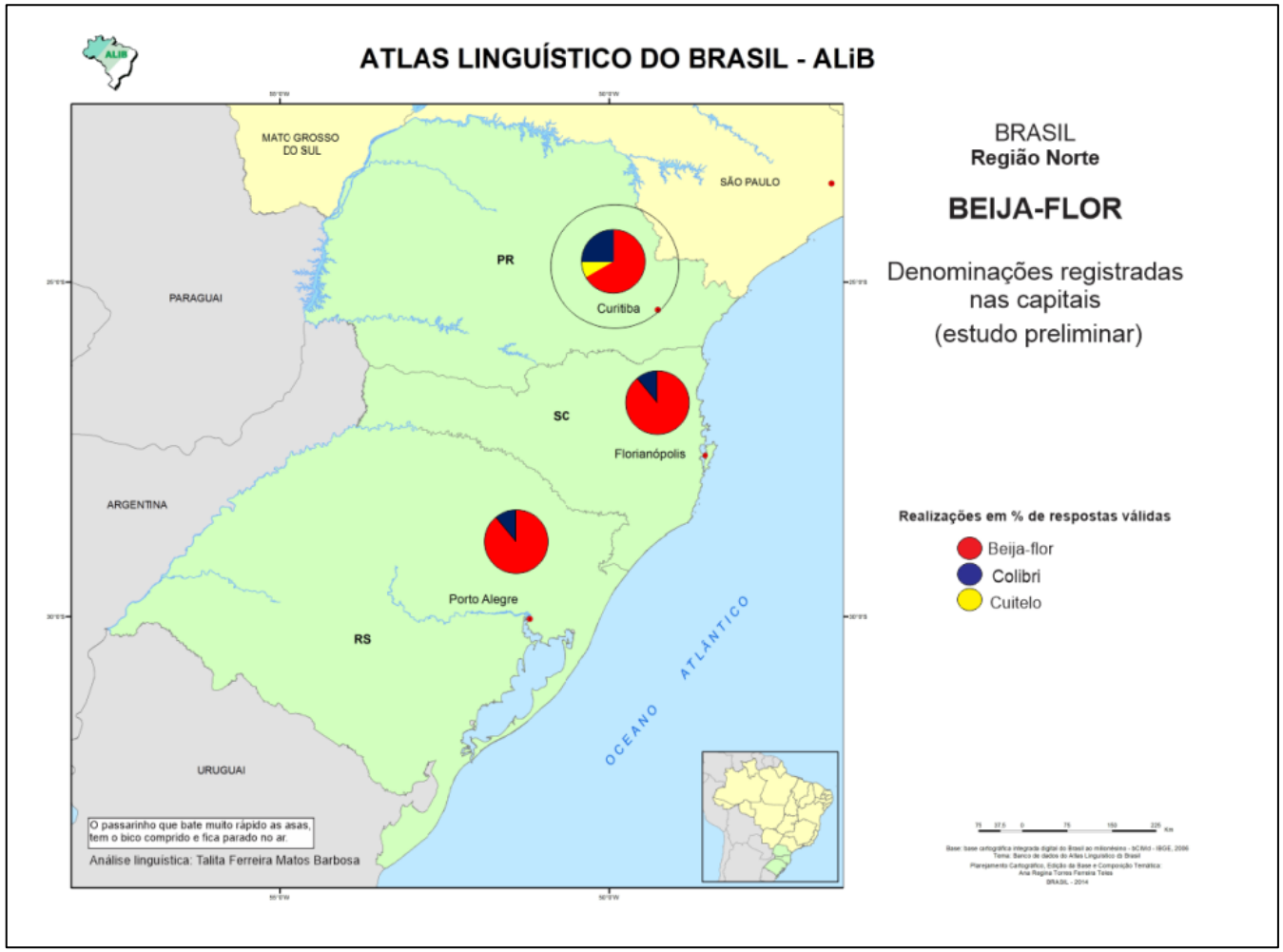
As Figuras 9 e 10 trazem as cartas lexicais que contém a distribuição diatópica das variantes lexicais em estudo nas capitais das regiões Norte e Sul. Cabe ressaltar que a base das cartas foi disponibilizada pelo Projeto ALiB e elaborada no programa CorelDraw com base na resposta de cada informante.

Figura 9 – Denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Figura 10 – Denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* nas capitais da região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Pode-se visualizar por meio das cartas lexicais apresentadas que, como já salientado anteriormente, a variante lexical *beija-flor* foi registrada em todas as capitais das regiões Norte e Sul sempre com maior índice de ocorrência que as demais unidades léxicas registradas. Apenas na capital do Estado do Paraná, Curitiba, houve a ocorrência da forma lexical *cuitelo* indicando uma ilha linguística. Ademais, os registros apontam que das três respostas encontradas para o designativo, duas foram fornecidas por informantes femininas da Faixa Etária II (50 a 65 anos), a primeira com Ensino Fundamental e a segunda com Curso Superior, enquanto a terceira foi citada pelo informante masculino da mesma faixa etária (50 a 65 anos) com Curso Superior.

Foi possível demarcar uma isoglossa nas capitais que estão mais ao norte da região, a isoléxica compreendeu as capitais: Boa Vista, Manaus e Macapá. Por fim, no universo das capitais pesquisadas, apenas Rio Branco/AC, Porto Velho/RO e Belém/PA não registraram o item lexical *colibri*. O tópico a seguir analisa os dados documentados nas localidades do interior dos Estados pertencentes às duas regiões em estudo.

4.1.3 Análise diatópica – Localidades do interior

Para a pergunta 065 do Questionário Semântico-Lexical/ALiB, nas localidades do interior foram apuradas cinco variantes em um total de 277 ocorrências. Na Tabela 2 apresenta-se o conjunto de variantes registradas de acordo com cada região geográfica.

Tabela 2 – Denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil

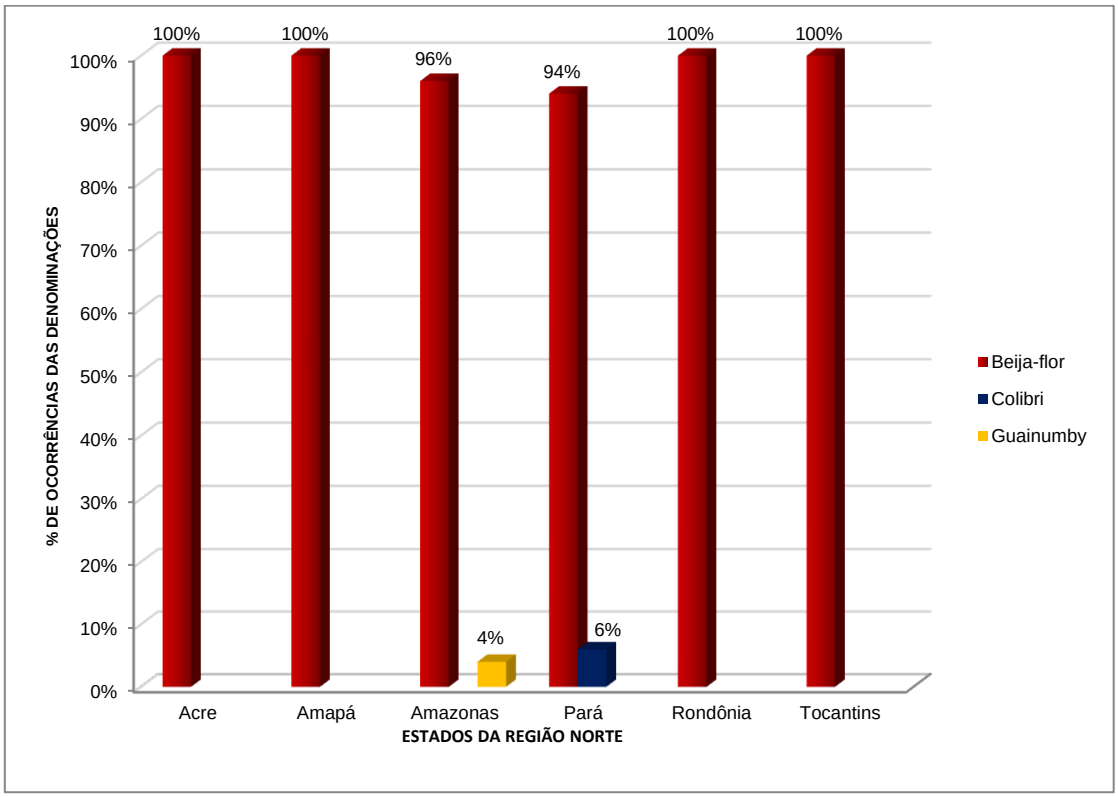
Item lexical	REGIÃO NORTE		REGIÃO SUL	
	Ocorrências	Percentual	Ocorrências	Percentual
Beija-flor	71	96%	168	75%
Colibri	03	3%	14	10%
Cuitelo			20	15%
Guainumby	01	1%		
TOTAL	75	100%	202	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Os dados recolhidos nas localidades do interior das regiões em causa evidenciam similaridade em relação aos resultados encontrados nas capitais, o item lexical *beija-flor* segue sendo a variante mais produtiva com 96% de registros no Norte e 75% no Sul.

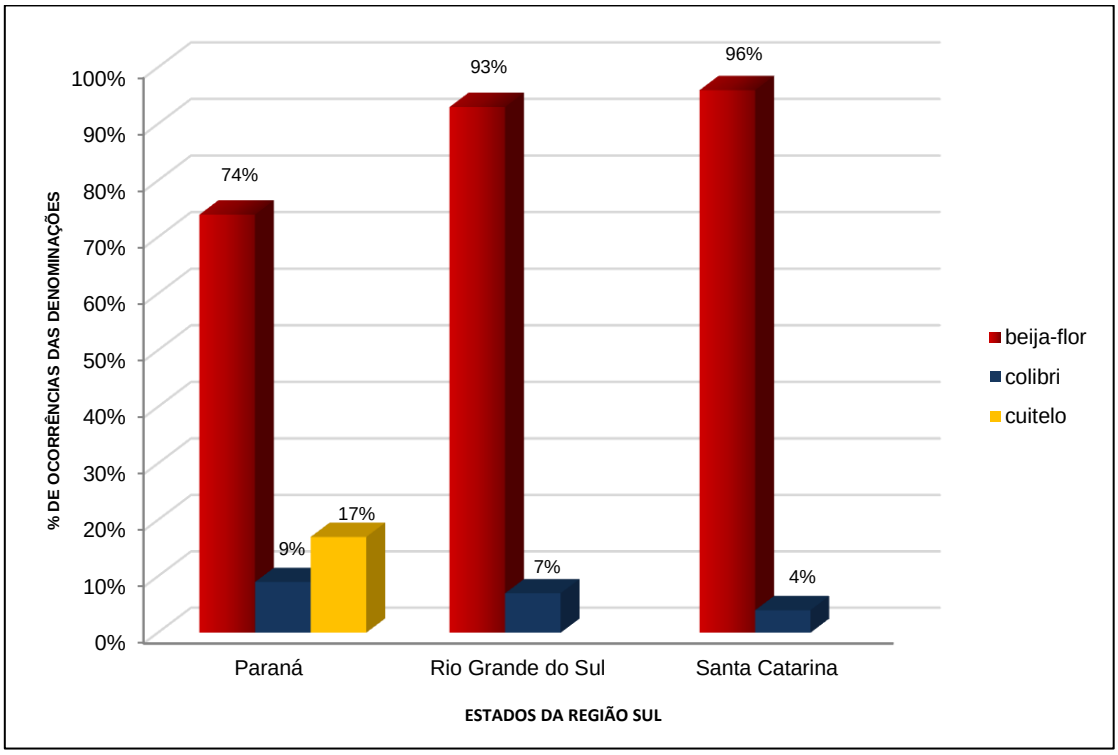
A variante *colibri* aparece em menor proporção em comparação ao designativo *beija-flor*, na região Norte onde obteve 3% contra 10% na região Sul. O item lexical *cuitelo* foi apurado apenas na região Sul (15%), enquanto *guainumby* (1%) foi localizado apenas na região Norte. Os Gráficos 3 e 4 apresentam a distribuição percentual das variantes registradas nas localidades do interior das regiões Norte e Sul, distribuídas conforme o Estado da Federação:

Gráfico 3 – Produtividade das denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior dos Estados da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Gráfico 4 – Produtividade das denominações para a *ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior dos Estados da região Sul do Brasil.

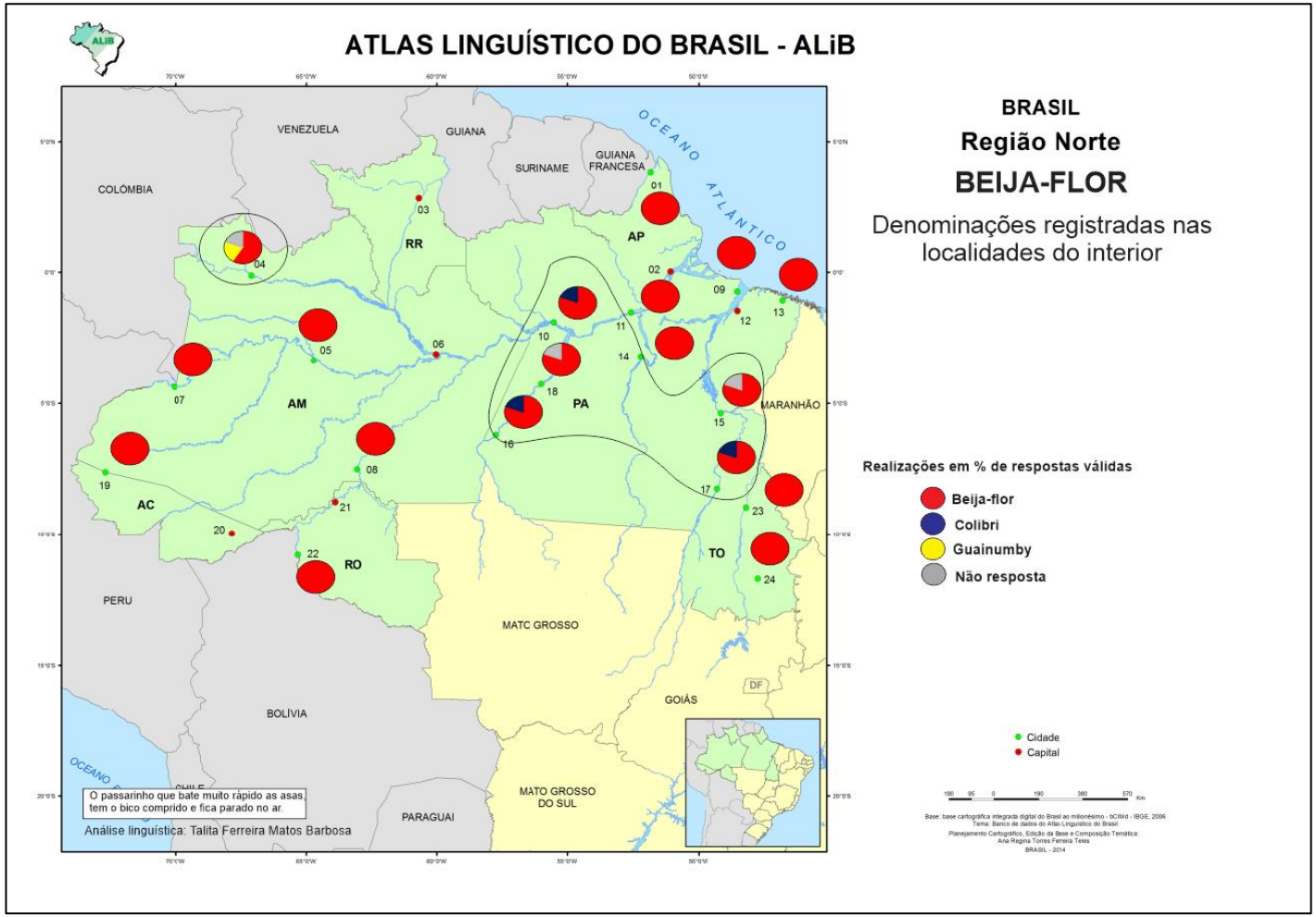


Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Os dados apresentados por meio dos gráficos apontam uma variante não documentada nas capitais: *guainumby.* A forma lexical só foi identificada na região Norte, no Estado do Amazonas. As variantes *beija-flor, cuitelo* e *colibri* seguem a mesma ordem de produtividade das capitais. Contudo, observa-se por meio da comparação entre os gráficos da região Norte *capital* x *interior* que Macapá, capital do Amapá, registrou a variante *colibri* com 2% de produtividade, mas não houve ocorrências nas localidades do interior.

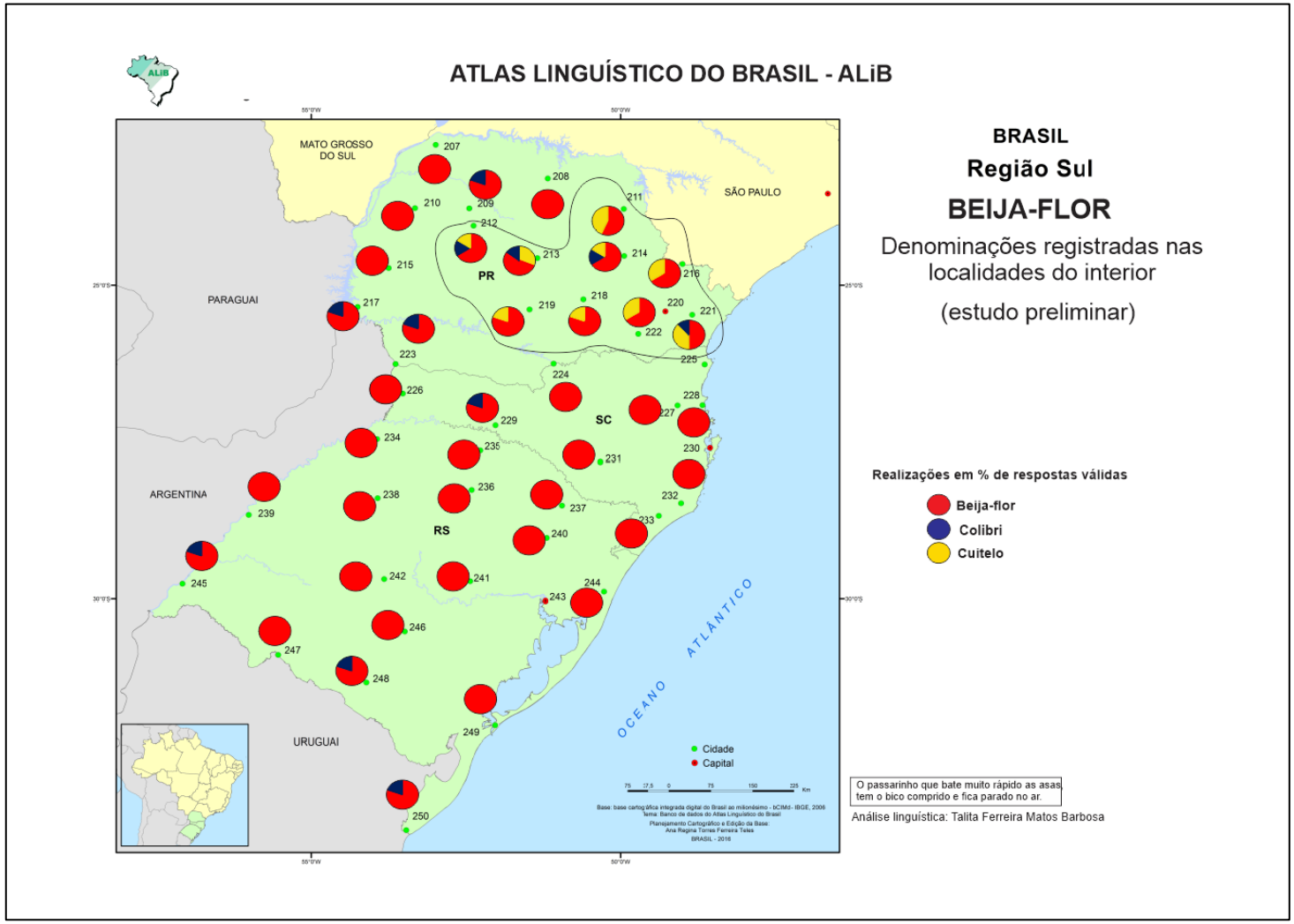
Já em Belém, capital do Estado do Pará, nenhum registro foi encontrado para a variante *colibri*, contudo, nas localidades do interior essa forma lexical obteve 6% de produção. A variante *beija-flor* surge como ocorrência única no interior dos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Tocantins. As localidades do interior da região Sul seguem as mesmas tendências observadas capitais. A unidade lexical *cuitelo* permanece circunscrita ao Estado do Paraná, embora *beija-flor* e *colibri* continuem com maior índice de ocorrência. A seguir, as Figuras 11 e 12 reúnem cartas lexicais relativas aos dados do interior dos Estados nas regiões Norte e Sul do Brasil.

Figura 11 – Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Figura 12 – Denominações para *a ave que bate as asas bem rápido* em localidades do interior da região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Os dados apresentados por meio dos gráficos e das cartas linguísticas apontam a supremacia da unidade lexical *beija-flor* em detrimento de *cuitelo* e *colibri*. Ainda, pode-se observar a isoléxica que compreende apenas o estado do Paraná. Fato é que a variante *cuitelo/cuitelinho* está desaparecendo do falar dos habitantes do Estado do Paraná. Confirma-se tal hipótese pelos estudos realizados por Isquerdo (2012) em relação aos dados documentados por Aguilera (1987, 1994) nas pesquisas que deram origem ao EALLO (1987) - Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um atlas linguístico de Londrina, e ao Atlas Linguístico do Paraná (ALPR) (1987). À época, os atlas evidenciaram o seguinte quadro:

Tabela 3 – O uso da variante *cuitelo* no Estado do Paraná.

ATLAS LINGUÍSTICO		
EALLO (1987)	ALPR (1990)	ALiB (2018)
33,4%	40%	18%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Projeto ALiB, EALLO (1987) e (ALPR) (1987).

Nota-se pelos dados da Tabela 3 uma queda significativa quanto ao uso da forma *cuitelo* para nomear o pássaro em questão na faixa dos 30 anos que separam o EALLO (1987) do ALiB (2018). Nos anos 90 o percentual para a variante alçou significativos 40%, contra 18% na atualidade.

O ALERS – Atlas Linguístico-Etnográfico da região Sul (2001), também registra o item lexical *cuitelo* apenas na fala paranaense. A carta 068 desse atlas, registra o item lexical *beija-flor* como forma categórica tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina. Em contraste aos dados encontrados no Banco de dados do Projeto ALiB, o ALERS não registra outra variante além de *beija-flor* e *cuitelo* enquanto o presente estudo apresenta a variante *colibri* em 11 localidades pesquisadas.

O designativo *colibri* foi registrado em ambas as regiões do país, embora em maior escala no falar sulista. O item lexical g*uainumby* de base tupi foi encontrado apenas no falar amazônico que concentra a maior população indígena no Brasil, o que pode justificar o registro da variante no Estado do Amazonas.

Ao ser questionada pelo inquiridor, a informante 2 da Faixa Etária I (18 a 35 anos) de São Gabriel da Cachoeira/002/AM, esclareceu que sabia nomear o referido pássaro apenas na “Língua Geral”, língua falada no Brasil do final do século XVII ainda viva como língua oficial da referida cidade onde foi registrada. Essa afirmação da informante aponta para a conservação lexical ao longo do tempo.

4.1.3 Análise léxico-semântica

Para fundamentar a análise semântica dos itens lexicais catalogados nas duas regiões em estudo, foram consultados quatro dicionários, sendo três de língua portuguesa – Silva (1813), Houaiss (2001), Aulete (2006) – uma obra voltada para a língua indígena – Tibiriçá (1984) – e, por fim duas obras de língua espanhola – DRAE - Diccionario de la Real Academia Española (2013) e o DAMER - Diccionario de americanismos (2010). O Quadro 8 indica a dicionarização das variantes lexicais em análise, sendo D (dicionarizada), e DOA (dicionarizada com outra acepção).

Quadro 8 – Dicionarização das variantes documentadas como resposta para a questão 065/QSL.

OBRAS LEXICOGRÁFICAS						
PORTUGUÊS				ESPANHOL		INDÍGENA
Item lexical	Silva (1813)	Houaiss (2001)	Aulete (2006)	DRAE (2013)	DAMER (2010)	Tibiriçá (1984)
Beija-flor		D	D			
Colibri		D	D	D	D	
Cuitelo	D	D	D			
Guainumby						D

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (1813), Aulete (2006), Houaiss (2001), DRAE(2013), DAMER (2010) e Tibiriçá (1984).

AULETE (2006)

De acordo com Aulete (2006), o item lexical *beija-flor,* se refere a um pássaro “de asas longas, bico fino, e língua muito cumprida usada para retirar o

néctar das flores", a obra ainda se refere a ave como *"binga, chupa-mel, colibri, cuitelinho, cuitelo, guainumby".*

HOUAISS (2001)

O item lexical *cuitelo,* documentado na região Sul é classificado por Houaiss (2001) como um regionalismo dessa região, pois representa uma particularidade lexical da região geográfica. A mesma obra lexicográfica aponta para um aspecto importante sobre a etimologia dessa variante: *cuitelo* tem sua origem no latim *cutelos,* que significa "pequena faca". E, o dicionário ainda ressalta a contribuição de Nascentes (1953), para o dialetólogo, o bico da ave teria sido comparado a um cutelo arqueado, por isso os indivíduos assim o nomearam.

DRAE (2013)

Os dicionários de base espanhola apresentam a seguinte definição para a forma lexical *colibri*: "Ave americana de la familia de los troquílidos, algunas de cuyas especies son extremadamente pequeñas, capaz de mantenerse suspendida en el aire mientras vuela para libar el néctar de las flores, y de plumaje colorido y brillante"[14].

A origem da unidade lexical *colibri* de acordo com Houaiss (2001) e a obra lexicográfica DRAE (2013) atribuem ao item lexical a origem indígena, mais especificamente a uma das línguas dos caraíbas, uma etnia indígena que habita na Colômbia, o norte do Rio Amazonas e o vale do Rio Xingu. A hipótese se confirma, pois as ocorrências registradas para a variante léxica na região Norte se realizaram nas proximidades principalmente do rio Amazonas e do rio Xingu. Na região Sul, a maior frequência da variante está próximo aos países de origem latino americana como Uruguai, Argentina e Paraguai.

TIBIRIÇÁ (1984)

[14] Pássaro americano da família dos troquídeos. Algumas espécies são extremamente pequenas, capazes de ficar suspensas no ar enquanto voam para obter o néctar de flores, possuem plumagem colorida e brilhante.

A variante *guainumby* foi dicionarizada por Tibiriçá (1984), que se limita a definir o tem lexical como sinônimo de “*beija-flor*” motivo pelo qual a variante de origem tupi foi considerada válida como resposta.

PÁSSAROS

4.2 ... a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa (QSL/066)

4.2.1 Análise diatópica – Capitais

A ave em questão, de acordo com Voss (1984), se destaca por ser uma espécie considerada típica de ambientes urbanizados, trata-se de uma ave que não apresenta dimorfismo sexual, ou seja, não possui diferenças físicas marcantes entre macho e fêmea. Caracteriza-se também por seu ninho ser constituído de barro e de palha e ter formato de forno. Em tempo, a ave tem seu nome científico originado na língua latina, *furnarius* = forno de padaria; *rufus* = vermelho, características do ninho e da aparência do animal. A coleta de dados nos inquéritos realizados nas capitais das regiões Norte e Sul, reuniu 72 ocorrências para duas formas lexicais como se pode observar na Tabela 4:

Tabela 4 – Denominações para a *ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* nas capitais das regiões Norte e Sul

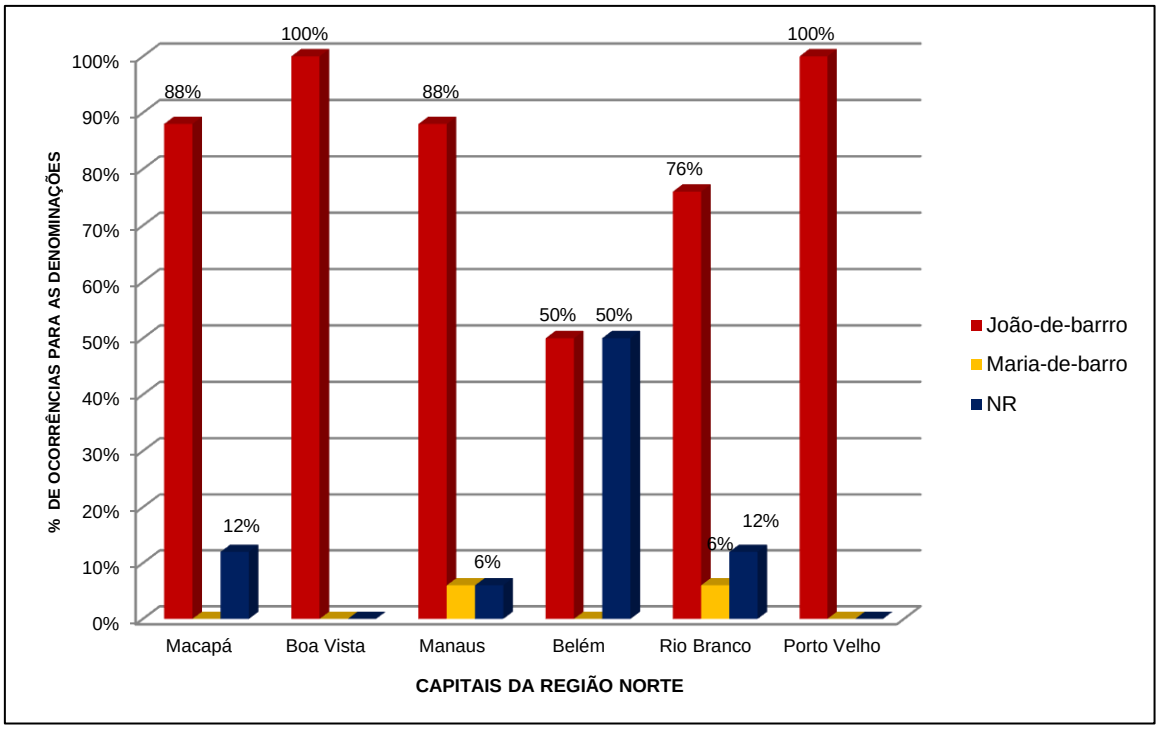
Item lexical	REGIÃO NORTE		REGIÃO SUL	
	Ocorrências	Percentual	Ocorrências	Percentual
joão-de-barro	36	85%	24	100%
NR	10	14%		
maria-de-barro	2	1%		
TOTAL	48	100%	24	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Os dados oriundos das capitais das regiões Norte e Sul demonstram que o item lexical *joão-de-barro* é o mais produtivo entre as duas regiões geográficas. Na região Sul, percebe-se que *joão-de-barro* é forma categórica, motivo pelo qual não recebeu tratamento quantitativo. Já nas capitais da região Norte, em menor proporção, surge o item lexical *maria-de-barro* com duas ocorrências, superado pelo número de *não resposta* (NR) com 10 ocorrências.

Em continuidade, visualizam-se por meio do Gráfico 5 a produtividade das variantes, em dados percentuais, de acordo com a capital em que foram registradas.

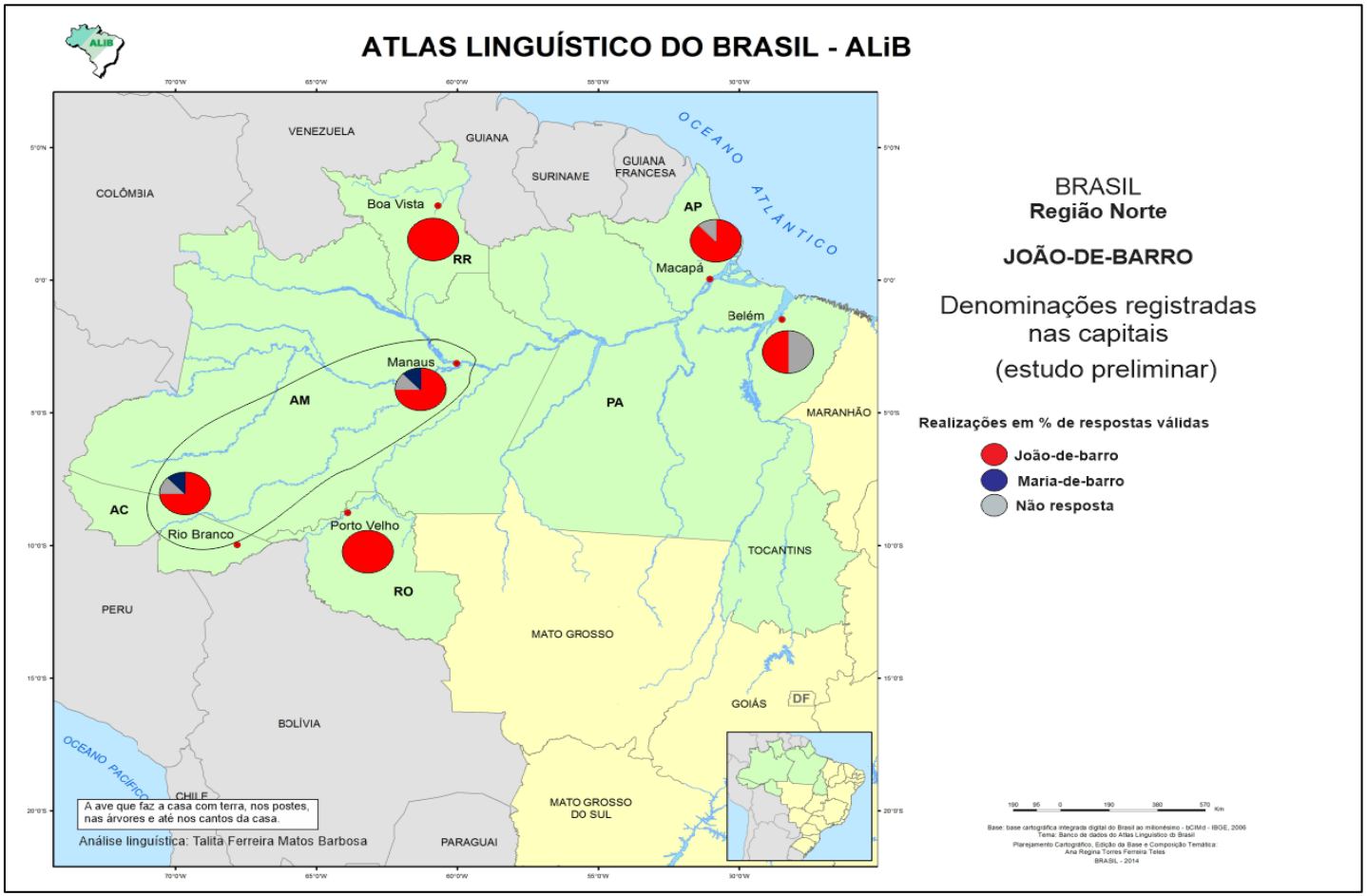
Gráfico 5 – Produtividade das denominações para a *ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em capitais da região Norte do Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Nota-se que o item lexical *joão-de-barro* está entre a grande maioria dos informantes naturais dessas capitais da região Norte do país. Em três delas: Porto Velho/RO, Boa Vista/RR e Macapá/AP, a forma lexical foi categórica, apenas a terceira registrou 12% de *não resposta.* Um alto índice de ausência de resposta foi auferido também em Belém/PA, metade dos informantes não soube responder a pergunta do QSL, seguido de Rio Branco/AC (12%) e Manaus/AM (6%). Apenas Manaus/AM e Rio Branco/AC registraram uma forma lexical distinta: *maria-de-barro*, em menor proporção à variante padrão. A Figura 13, a seguir apresenta a carta lexical com a distribuição espacial das variantes registradas.

Figura 13 – Denominações para a *ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* nas capitais da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Visualiza-se que o item lexical *maria-de-barro* foi apurado apenas nas capitais do Amazonas e do Acre formando uma isoléxica, as respostas para a variante em questão foram fornecidas pelo informante 3 da Faixa Etária II (50 a 65), de Rio Branco, e pela informante I da Faixa Etária I, de Manaus. A seguir o tópico 4.4.2 analisa as variantes encontradas para o mesmo conceito nas localidades do interior das regiões em questão.

4.2.2 Análise diatópica – Localidades do interior

Nas localidades do interior dos Estados das regiões Norte e Sul foi registrado um maior número de variantes para responder a pergunta: “como se chama a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa?” (065/QSL). Foram registradas 235 respostas para responder ao questionamento, resultando em seis formas lexicais: *joão-de-barro, barreiro, forneiro, joana-de-barro, pedreiro e maria-de-barro*, para tanto foi necessário o agrupamento lexical de algumas unidades léxicas como apresenta o Quadro 9.

Quadro 9 – Agrupamento das variantes documentadas como resposta para a questão 066/QSL

Agrupamentos lexicais	**Itens agrupados**
João-de-barro	joão-de-barro, jão-de-barro, juão-de-barro.
Forneiro	forneiro, fornero, fornera.
Barreiro	barreiro, barreira, barrenho, barrerinha.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

A produtividade das respostas obtidas para a pergunta 066/QSL nas localidades do interior do Norte e do Sul podem ser visualizadas por meio da Tabela 5, a seguir:

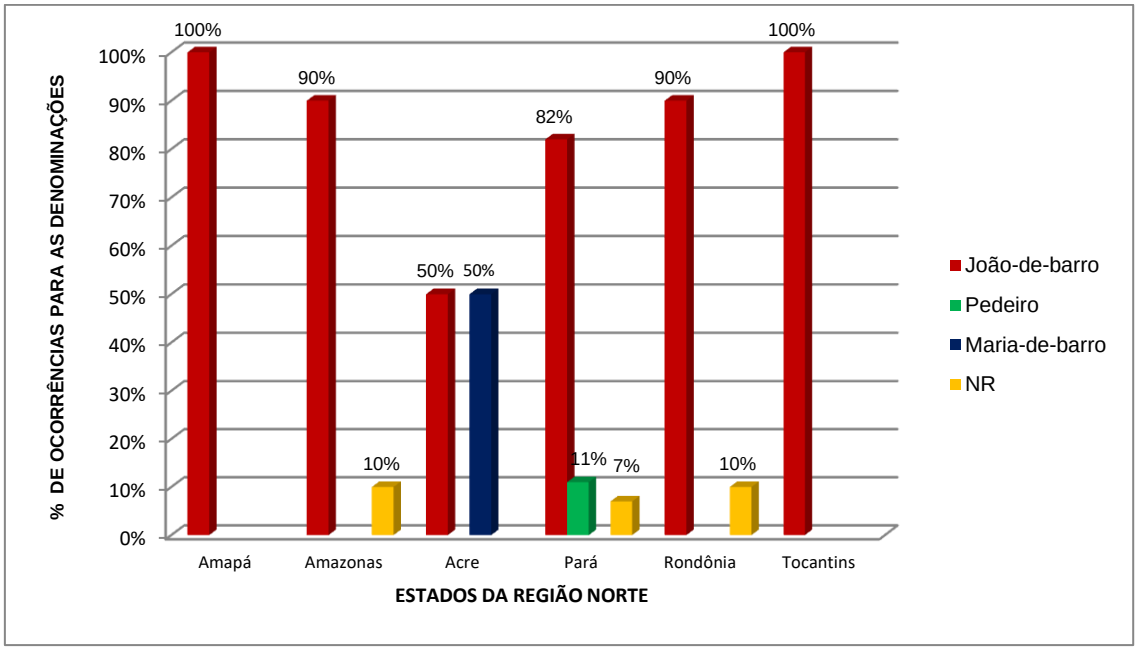
Tabela 5 – Denominações para a *ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul

Item lexical	REGIÃO NORTE		REGIÃO SUL	
	Ocorrências	Percentual	Ocorrências	Percentual
joão-de-barro	45	87%	150	82%
barreiro			11	9%
forneiro			07	3%
joana-de-barro			02	1%
pedreiro	03	2%	01	1%
maria-de-barro	02	1%		
NR	11	10%	03	4%
TOTAL	61	100%	174	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

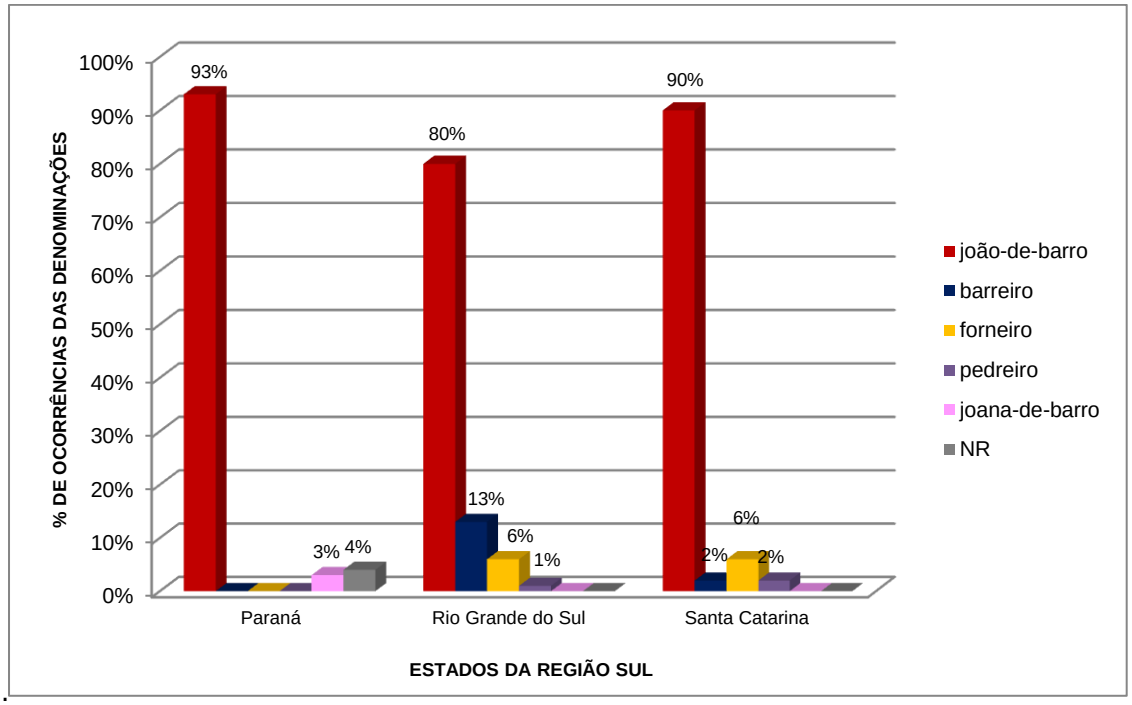
Percebe-se que os dados obtidos nas localidades do interior seguem a tendência observada nas capitais, tendo *joão-de-barro* como mais produtivo em detrimento a outras formas lexicais. Foram registradas na região Norte 45 e na região Sul 150 ocorrências dessa variante. É possível observar também que embora a forma lexical *joão-de-barro* tenha sido categórica nas capitais, os informantes do interior dos Estados forneceram além da variante citada outras quatro, a saber: *barreiro* (9%), *forneiro* (3%), *joana-de-barro* (1%) *e pedreiro* (1%). Os Gráficos 6 e 7 apresentam a distribuição percentual dessas variantes conforme os Estados das regiões.

Gráfico 6 – Produtividade das denominações para a *ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Gráfico 7 – Produtividade das denominações para a *ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Sul do Brasil



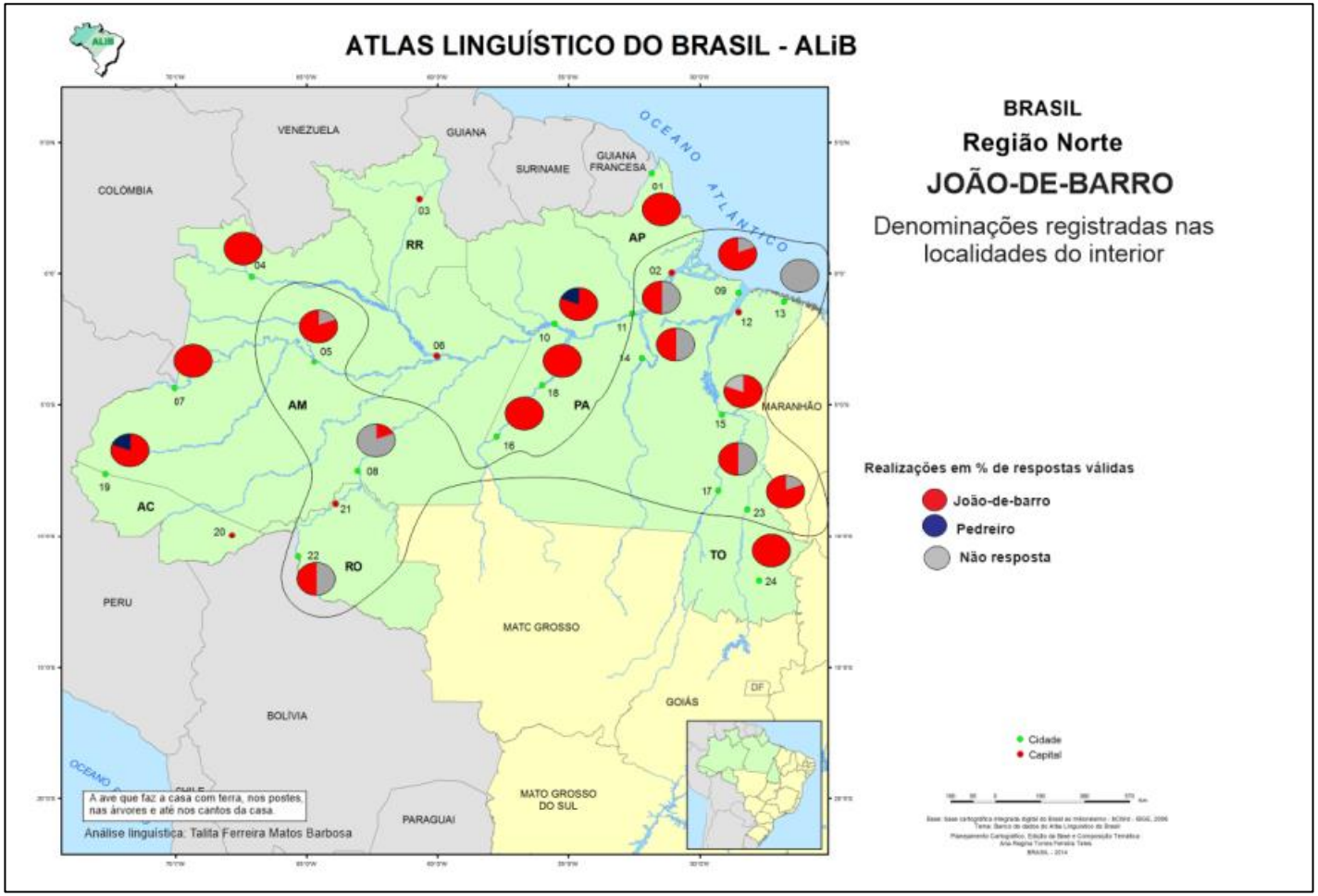
.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

O Gráfico 6 aponta que nas localidades do interior dos Estados do Amapá, Amazonas, Rondônia e Tocantins a forma lexical *joão-de-barro* é categórica, apenas o Acre e o Pará registram uma variante para o conceito em causa. No Acre *maria-de-barro* ocorre em igualdade com a forma já difundida *joão-de-barro*, já no Estado do Pará, a forma lexical encontrada é *pedreiro*, com registros de 11%.

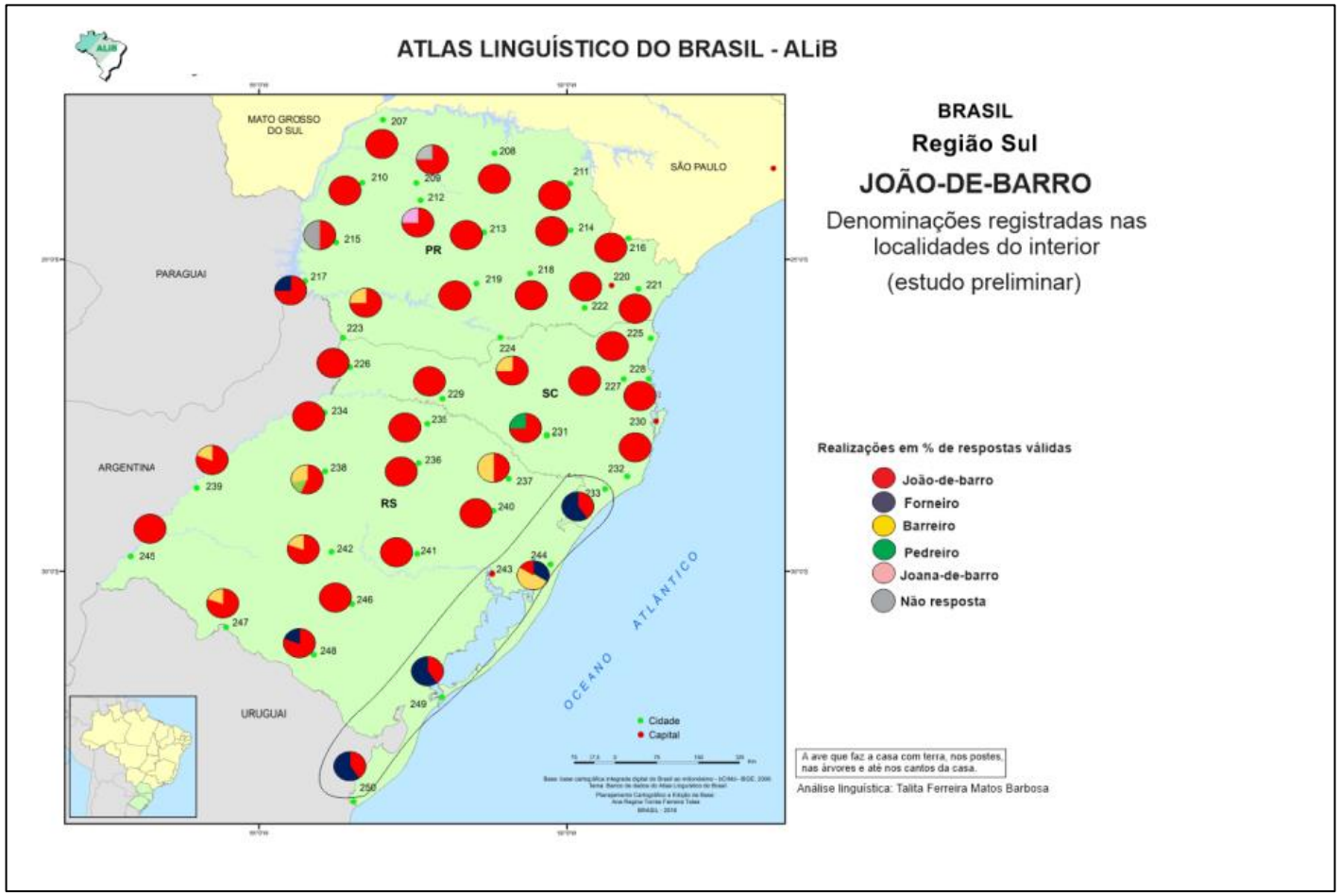
As localidades do interior dos Estados da região Sul registraram maior número de formas lexicais para nomear o pássaro em questão, contudo, nenhuma delas superou a forma lexical *joão-de-barro* com 97% no Paraná, 80% no Rio Grande do Sul e 90% em Santa Catarina. Os itens lexicais *forneiro* e *barreiro* foram localizados apenas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, com percentuais de 6% para *forneiro* nos dois Estados, 13% para *barreiro* no Rio Grande do Sul e 2% em Santa Catarina. Por fim, *joana-de-barro* foi objeto de resposta apenas no Paraná com 3%.

Figura 14 – Denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Figura 15 – Denominações para *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* em localidades do interior da região Sul do Brasil

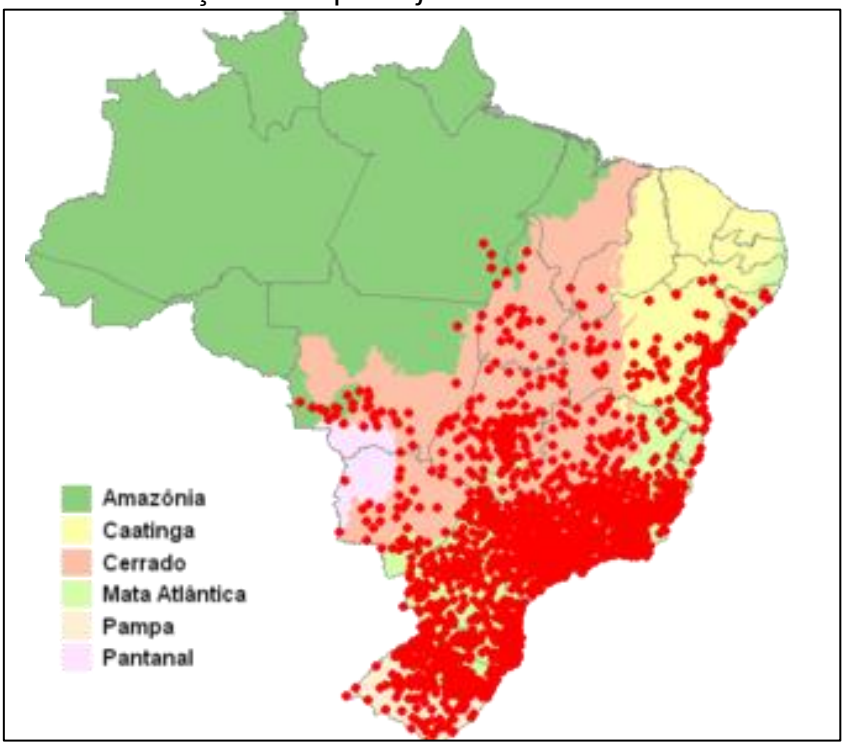


Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Nota-se que o índice de *não resposta* por localidade na região Norte é alta em relação às localidades da região Sul. Em Bragança/013/PA, por exemplo, nenhum dos informantes souberam responder pergunta, em Conceição do Araguaia/017/PA apenas os informantes 3 e 4 da Faixa Etária II (50 a 65 anos) forneceram resposta. Em Altamira/014/PA apenas os informantes masculinos da Faixa Etária I e II responderam ao questionamento enquanto em Almeirim/011/PA também os informantes 3 e 4 da Faixa Etária II (50 a 65 anos) forneceram resposta. Os dados demonstram que apenas os falantes com idade mais avançada souberam nomear o pássaro em questão.

O alto índice de *não resposta* na região Norte pode ser explicado pelo fato de a ave não habitar em regiões com grandes áreas florestais. Visualiza-se o mapa de registros da espécie no território brasileiro:

Figura 16 – Distribuição da espécie *joão-de-barro* nos biomas brasileiros



Fonte: Santiago (2006, p.15).

Percebe-se que a incidência do animal na região Sul é extremamente superior a região Norte do Brasil. Fato que pode ter motivado o maior número de formas lexicais para nomear o pássaro. A ave também é encontrada de acordo com Santiago (2006), no Paraguai, no Uruguai e na Bolívia, sendo

considerada ave símbolo da Argentina. Nesses países de língua espanhola o pássaro recebe o nome de *hornero* do qual provavelmente tenha surgido a forma *forneiro* no português.

A faixa leste litorânea da região Sul apresenta um número significativo dessa forma lexical. Começando pelo Sul por Bagé/248/RS passando pelo Chuí/250/RS, (localidades que fazem fronteira com o Uruguai), seguindo ao norte do Estado em direção a Osório/244/RS até a fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina em Criciúma/233/SC.

O mesmo ocorre com a Carta Lexical 071 no ALERS (2001) em relação a distribuição da variante na faixa litorânea da região Sul. Em comparação com os dados registrados no ALERS, a única forma lexical não encontrada no Banco de dados do Projeto ALiB (2018) foi *joão-barreiro*, as demais formas *forneiro* e *barreiro* foram identificadas em ambos os estudos. As variantes *maria-de-barro, joana-de-barro e pedreiro* não foram registradas pelo ALERS, apenas nas localidades da rede de pontos do Projeto ALiB.

Os comentários realizados pelos informantes também fornecem outras pistas como justificativa do uso de algumas formas lexicais, no caso de *forneiro* outra possibilidade de justificativa pode ser encontrada no comentário feito pela informante 2 da Faixa Etária I (18 a 30 anos) que reside em Chuí/250/RS. De acordo com a informante a ave é assim denominada:

> INF- porque sua casa parece com os fornos feitos de barro.
> (Informante 2 feminina, Faixa Etária I – Chuí/250/RS)

Já para a variante *barreiro* registrado em seis localidades do Rio Grande do Sul, uma em Santa Catarina e no Paraná o informante 1 da Faixa Etária I (18 a 30 anos) alega que o pássaro:

> INF- É conhecido por esse nome devido sua cor marrom, por usar barro pra construir a casa.
> (Informante 1 masculino, Faixa Etária I – Ijuí/238/RS)

O mesmo informante ainda justifica o uso de *pedreiro* como forma lexical para nomear a ave em questão, para ele:

> INF- Dá esse nome pelo fato de que este pássaro constrói sua própria casa, e seu bico é considerado como

> se fosse a colher (pá) que o pedreiro (homem) utiliza em seu serviço de construção.
> (Informante 1 masculino, Faixa Etária I – Ijuí/238/RS)

Por fim, para justificar sua primeira resposta como joão-de-barro o mesmo informante do ponto 238 afirma que:

> INF- Dentre pedreiro e barreirinha esse é o nome predominante (*joão-de-barro*).
> (Informante 1 masculino, Faixa Etária I – Ijuí/238/RS)

Realizada a análise diatópica das variantes encontradas nas capitais e nas localidades do interior das regiões Norte e Sul, no próximo tópico verifica-se a questão semântica dos dados.

4.2.3 Análise léxico-semântica

Como já pontuado, para nomear *a ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa* foram identificadas seis designações. O Quadro 10 apresenta o controle da dicionarização dessas unidades lexicais de acordo com os seis dicionários consultados para esta etapa da análise dos dados.

Quadro 10 – Dicionarização das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 066/QSL

OBRAS LEXICOGRÁFICAS						
PORTUGUÊS				ESPANHOL		INDÍGENA
Item lexical	Silva (1813)	Houaiss (2001)	Aulete (2006)	DRAE (2013)	DAMER (2010)	Tibiriçá (1984)
joão-de-barro		D	D			
forneiro	DOA	D	D	D	D	
barreiro	DOA	D	D			
pedreiro	DOA	D	D			
joana-de-barro		D	D			
maria-de-barro		D	D			

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (1813), Aulete (2006), Houaiss (2001), DRAE(2013), DAMER (2010) e Tibiriçá (1984).

HOUAISS (2001)/ AULETE (2006)

De acordo com Houaiss (2001) o item lexical *joão-de-barro* nomeia um "designativo comum às aves campestres representadas no Brasil por cinco spp., de plumagem ferrugínea;" ao conceituar a ave em questão, o autor apresenta outros tipos de variante, como é o caso de "*amassa-barro; maria-de-barro e pedreiro*", Houaiss (2001) ainda apresenta uma característica importante que interfere na nomeação do pássaro, segundo o autor "algumas espécies constroem sua casa em forma de forno, o que origina vários nomes populares" como é o caso de *forneiro/forneira*. As obras lexicográficas de Houaiss (2001) e de Aulete (2006) ainda remetem ao designativo *joão-de-barro* todas as variantes encontradas por este estudo: *barreiro/barreira*, *forneiro/forneira*, *joana-de-barro*, *pedreiro* e *maria-de-barro*.

DRAE (2013)

De acordo com o Diccionario de la Real Academia Española (DRAE), hornero é comum a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, considerada ave símbolo da Argentina, é definida como "pajáro de color pardo acanelado, menos el pecho, quees blanco, y la cola, que tira a rojiza. Hace s unido de barro y em forma de horno"[15]. E, ainda para a variante hornera o dicionário apresenta a definição "f. mujer del hornero".

Após as considerações feitas a respeito das perguntas 065/QSL e 066/QSL relacionadas a *pássaros*, o tópico a seguir apresenta denominações referentes a *parte do corpo de animais*.

[15] Pássaro de cor marrom, menos o peito que é branco e a cauda que possui cor vermelha. Une o barro em forma de forno. (TN)

PARTE DO CORPO DOS ANIMAIS

4.3... *a parte com que o boi espanta as moscas*? (QSL/081)

4.3.1 Análise diatópica – Capitais

Nas capitais das regiões geográficas em questão, foi apurada apenas uma denominação para *a parte com que o boi espanta as moscas*, como demonstra a Tabela 6:

Tabela 6 – Denominações para a *parte com que o boi espanta as moscas* nas capitais das regiões Norte e Sul do Brasil

Item lexical	Região Norte		Região Sul	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Rabo	48	100%	28	100%
Total	48	100%	28	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

A forma lexical *rabo* difundida em todo país configura-se como forma categórica na fala dos habitantes das capitais das regiões Norte e Sul do Brasil, motivo pelo qual não recebeu análise quantitativa (gráfico). A seguir, os dados das localidades do interior demonstram distinções na maneira de nomear essa parte do corpo do boi.

4.3.2 Análise diatópica – Interior

Para nomear *a parte com que o boi espanta as moscas* nas localidades do interior foram registradas três unidades lexicais, contabilizando 77 ocorrências na região Norte e 180 na região Sul. Na Tabela 6 são apresentadas as porcentagens correspondentes a cada item lexical documentado.

Tabela 7 – Denominações para *a parte com que o boi espanta as mocas* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil.

Item lexical	Região Norte		Região Sul	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Rabo	74	97%	134	80%
Cauda	04	3%	03	2%
Cola			43	18%
Total	78	100%	180	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

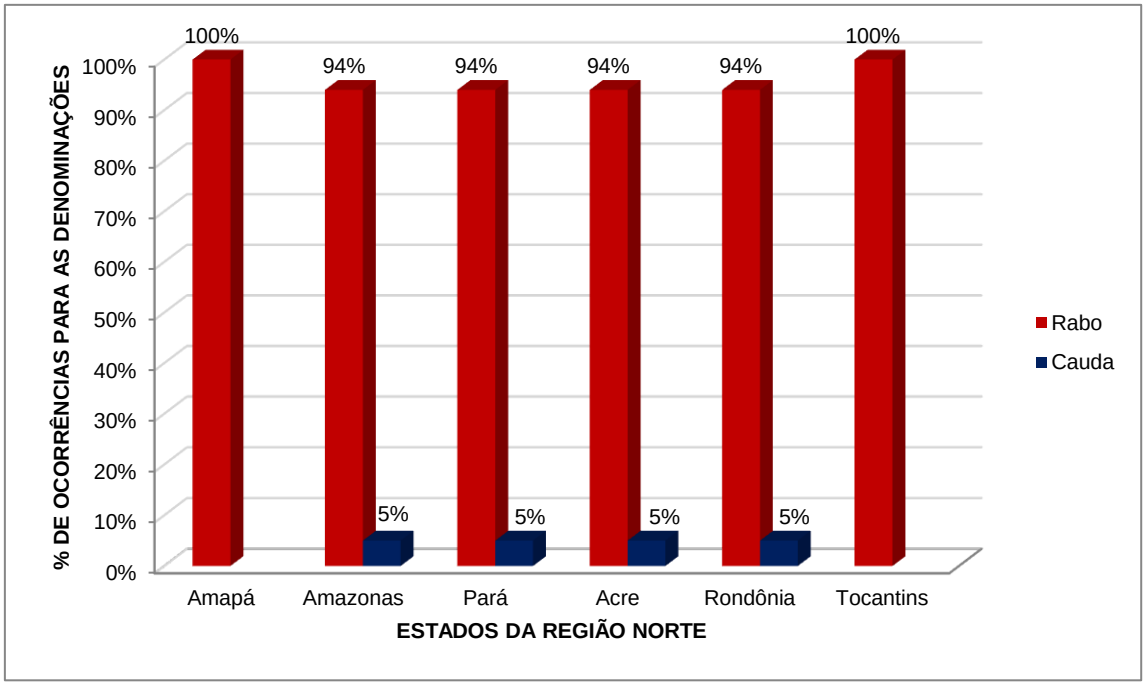
Os dados distribuídos na Tabela 7 pontam para diferenças pontuais entre as duas regiões. Vê-se que a região Norte produziu dois itens lexicais para nomear *a parte com que o boi espanta as moscas*: *rabo* e *cauda*, enquanto na região Sul foram registrados três itens léxicos: *rabo*, *cauda* e *cola*.

Apesar de apresentar um maior número de formas lexicais para nomear o conceito em relação às capitais, a variante mais produtiva entre os Estados permanece *rabo* com 97% de maior produtividade na região Norte e, 80%, na região Sul. Em segundo lugar, na região Sul tem-se a variante *cola* com 18%, item lexical circunscrito apenas à região Sul do país, o que sugere um traço distinto na norma lexical dessa região brasileira.

Com apenas três ocorrências na região Sul e quatro na região Norte, surge o item lexical *cauda*, que alcançou 3% de registros na região Norte e 2% na região Sul do país.

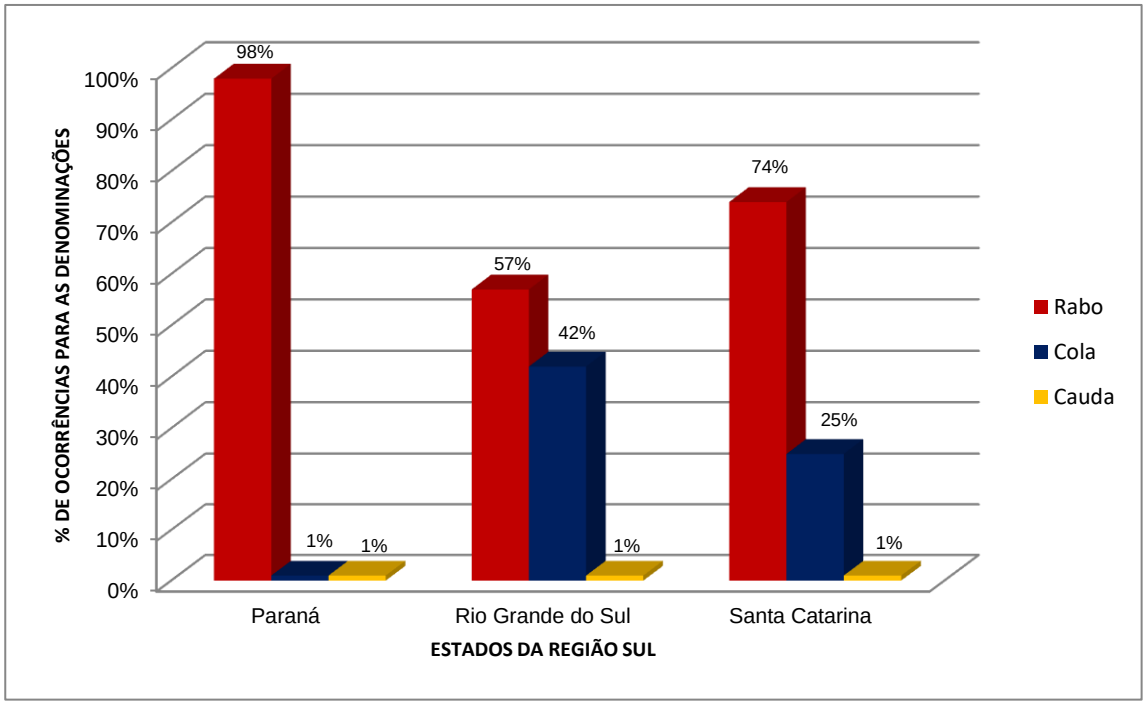
Na sequência, os gráficos 8 e 9 apresentam em dados percentuais as denominações para *a parte com que o boi espanta as moscas* nas localidades do interior da região Norte e Sul do Brasil.

Gráfico 8 – Produtividade das denominações para a parte com que o boi espanta as moscas no interior da região Norte do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

Gráfico 9 – Produtividade das denominações para a parte com que o boi espanta as moscas no interior da região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

Verifica-se, a partir dos dados registrados no Gráfico 8, como se comportam os dados em cada Estado da federação que compõe a região Norte do Brasil. Constata-se que o item lexical *rabo* é a variante mais produtiva em todas as localidades, tendo atingido 100% de produtividade nos Estados do Amapá e do Tocantins.

As demais localidades, por sua vez, registraram a variante *cauda* para nomear a parte do corpo do boi em análise em menor proporção de registros, essa unidade léxica obteve a mesma frequência de 5% no Amazonas, no Pará, no Acre e em Rondônia, enquanto *rabo* que se fixa como forma predominante, atingiu 95% de registro nos demais Estados.

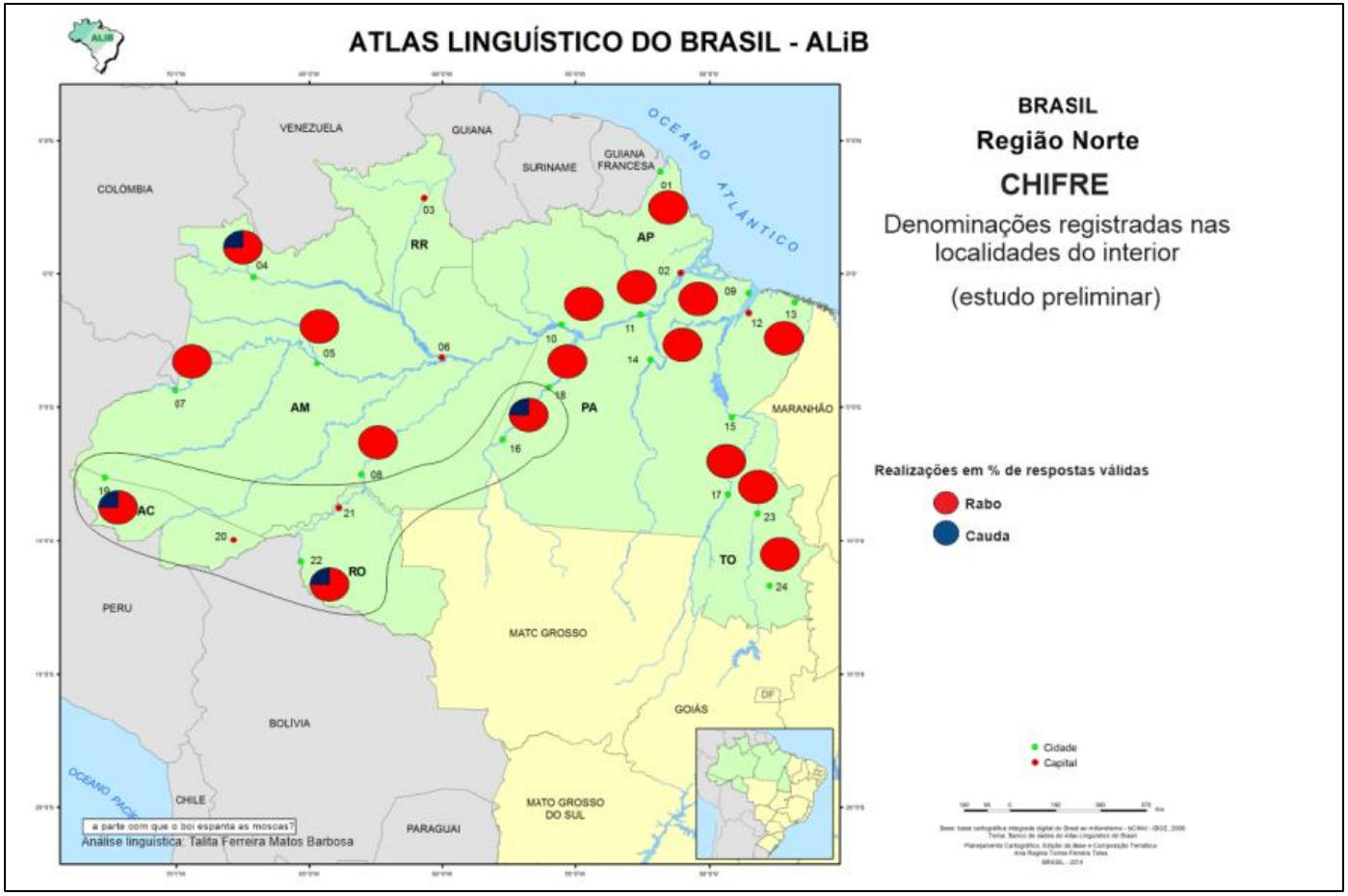
Dentre os Estados que compõe a região Sul, observou-se no Gráfico 9 uma expressiva ocorrência do item lexical *rabo* no Estado do Paraná em relação às variantes *cola* e *cauda* ambas com 1% de frequência.

O Estado de Santa Catarina, por seu turno, apresentou uma proporção de registros do designativo *cola* mencionado por 25% dos informantes. Entretanto, a unidade lexical *rabo* também predominou nesse Estado com 74%. O designativo *cauda*, assim como no Paraná, obteve 1% de produtividade, índice registrado no Estado do Rio Grande do Sul.

O maior índice de registro da unidade léxica *cola* foi auferido no Estado do Rio Grande do Sul, onde 42% dos informantes usaram essa variante para nomear *a parte com que o boi espanta as moscas*. Contudo, *chifre* ainda se mantém com maior frequência entre os entrevistados com 57%.

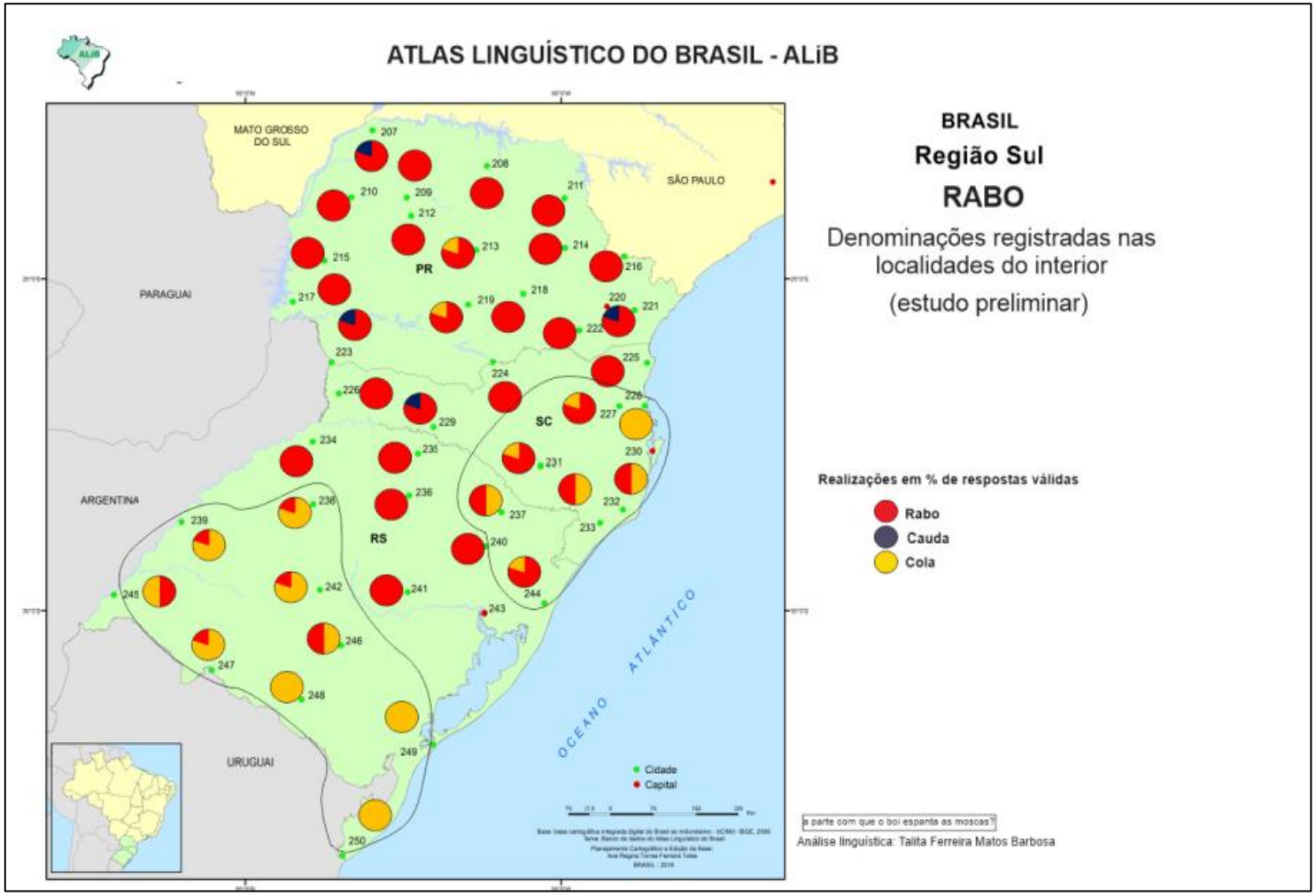
Na continuidade desse tópico, as Figuras 3 e 4 apresentam as cartas linguísticas que contém o mapeamento das unidades léxicas registradas como nomeação do conceito contemplado pela pergunta 081/QSL.

Figura 17 – Denominações para *a parte com que o boi espanta as moscas* em localidades do interior da região Norte do Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Figura 18 – Denominações para a parte com que o boi espanta as moscas em localidades do interior da região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Na região Norte, o registro da variante lexical *cauda* ocorreu em apenas em quatro localidades: São Gabriel/AM/004, Jacareacanga/PA/016, Cruzeiro do Sul/AC/019 e Guajará Mirim/RO/022, com apenas um registro em cada localidade, mencionada pelos informantes masculinos da Faixa Etária II (50 a 65 anos).

Já na região Sul nota-se que o item lexical *cola* obteve registro apenas em duas localidades paranaenses: Cândido de Abreu/PR/213 e Guarapuava/PR/219. Essa variante ganha maior força no Estado de Santa Catarina, região que compreende a *área de transição* postulada por Koch (2000) e referendada por Altenhofen (2001).

Em Santa Catarina, percebe-se a presença de uma área dialetal na porção leste do Estado. Os dados apontam para a concordância de duas áreas linguísticas que dividem o Estado na direção Oeste-Leste. Margotti e Vieira (2006, p. 248-249) explicam que “são relevantes para a variação do português falado em Santa Catarina as contingências impostas pelas características topográficas, destacando-se as dificuldades de intercâmbio entre o litoral e as demais regiões, devido à Serra Geral”.

Percebe-se que os maiores índices para o item lexical *cola* são encontrados na porção leste do Estado catarinense mais precisamente na zona lateral açoriano-catarinense, postulada por Altenhofen (2001). Em todo o Estado apenas uma localidade da parte Oeste registrou o item lexical *cauda*: Concórdia/SC/229.

Comparando os dados documentados pelo Projeto ALiB com os da carta 078 do Atlas Linguístico–Etnográfico da Região Sul – ALERS (ALTENHOFEN; KLASSMAN, 2011), verifica-se certa similaridade na distribuição das variantes. No ALERS, assim como no ALiB, o item lexical *rabo* alçou maior grau de ocorrência (mais de 70% das respostas) em toda a região, sendo distribuída em maior proporção nos Estados do Paraná, Santa Catarina e na porção norte e noroeste do Rio Grande Sul.

Os dados do ALiB registraram a variante *cola* no Oeste do Estado de Santa Catarina, o que não ocorreu no ALERS. Nota-se por meio do trabalho de Rocha (2008), que o ALERS não obteve registros para a variante, sendo *rabo* a principal escolha feita pelos informantes.

O trabalho realizado por Rocha (2008) demonstrou também que o item lexical *cola* é mais produtivo na região sul rio-grandense. Naquela ocasião, a variante *cola* obteve 60% das respostas ao QSL do ALERS. De acordo com a autora, a variante se localiza "em toda a faixa fronteiriça sul do Estado e parte da faixa oeste, atingindo também alguns pontos do Centro, Leste e Norte" (ROCHA, 2008, p. 79), dados similares aos do ALiB.

4.3.4 Análise léxico– semântica

A fim de verificar se as formas lexicais extraídas do Banco de Dados do Projeto ALiB que nomeiam o conceito estudado, foram consultadas diferentes obras lexicográficas como Quadro 11 apresenta:

Quadro 11 – Dicionarização das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 081/QSL

OBRAS LEXICOGRÁFICAS						
PORTUGUÊS				ESPANHOL		INDÍGENA
Item lexical	Silva (1813)	Houaiss (2001)	Aulete (2006)	DRAE (2013)	DAMER (2010)	Tibiriçá (1984)
Rabo	D	D	D			
Cauda	D	D	D	D		
Cola	D	D	D	D	D	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (1813), Aulete (2006), Houaiss (2001), DRAE(2013), DAMER (2010) e Tibiriçá (1984).

Silva (1813)

O item lexical *rabo* está definido por Silva (1813) como *cauda* que significa o "cabelo dos quadrupedes no extremo da anca". A obra ainda atribui significação a forma lexical *cola*, registrada como *cólla* e definida como *cauda* que por sua vez é definida como cabo, rabo dos animais.

DRAE (2013)/ DAMER (2010)

Os dicionários DRAE (2013) e DAMER (2010) atribuem ao verbete *cola* a origem latina *coda* e o definem como *cauda*: “extremidad posterior del cuerpo y de la columna vertebral de algunos animales”.[16] O dicionário não registra o item lexical *rabo*.

Houaiss (2001)/Aulete (2006)

As obras lexicográficas tratam do termo *cola* assim como Silva (1813) trataram, oriundo do latim vulgar *coda.* Aulete (2006) acrescenta ainda a informação “pelo espanhol”, o que explica a quantidade de registros para a variante nas localidades que fazem fronteira com outros países hispano-americanos, nesse sentido os autores registram *cola* com denotação a *cauda*, *rabo* que por sua vez é definido como prolongamento da coluna vertebral de alguns animais: *cauda*.

[16] Extremidade posterior do corpo e da coluna vertebral de alguns animais. (TN)

PARTES DO CORPO DE ANIMAIS

4.4 O que o boi tem na cabeça? (QSL/077)

4.4.1 Análise diatópica – Capitais

Para nomear *o que o boi tem na cabeça*, foram registradas quatro formas lexicais: *chifre, guampa, aspa* e *galho.* A Tabela 8 apresenta o número de ocorrências das mesmas bem como o percentual:

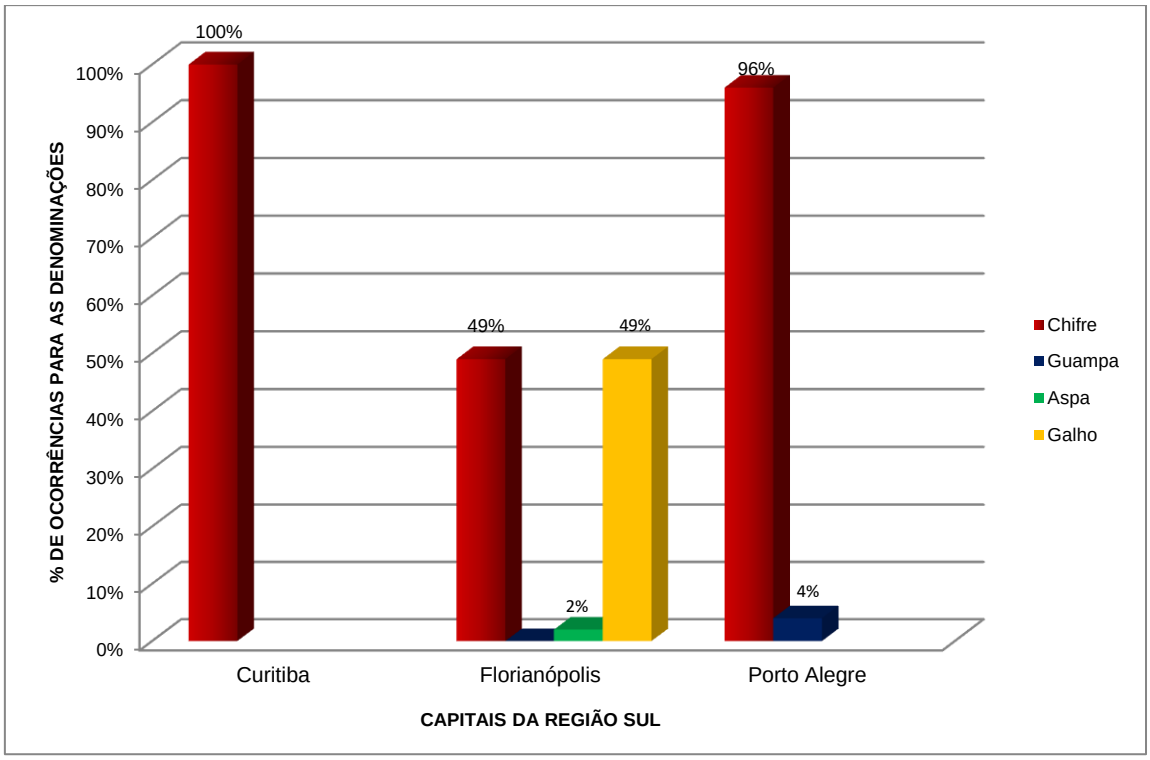
Tabela 8 – Denominações para *a o que o boi tem na cabeça* nas capitais das Norte e Sul do Brasil

Item lexical	Região Norte		Região Sul	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Chifre	48	100%	21	70%
Guampa			03	10%
Aspa			01	3%
Galho			05	17%
Total	48	100%	30	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

Os dados da Tabela 8 demonstram que a forma lexical *chifre* é categórica nas capitais da região Norte do Brasil, motivo pelo qual não recebeu tratamento quantitativo (gráfico). A região Sul registrou, além de *chifre,* as variantes: *guampa*, *aspa* e *galho.* Com maior número de ocorrências situa-se *galho* (17%), seguida de *guampa* (10%) e finalizando, com *aspa* (3%) em um total de 30 ocorrências. O Gráfico 10 apresenta essa produtividade com dados percentuais de cada capital da região Sul:

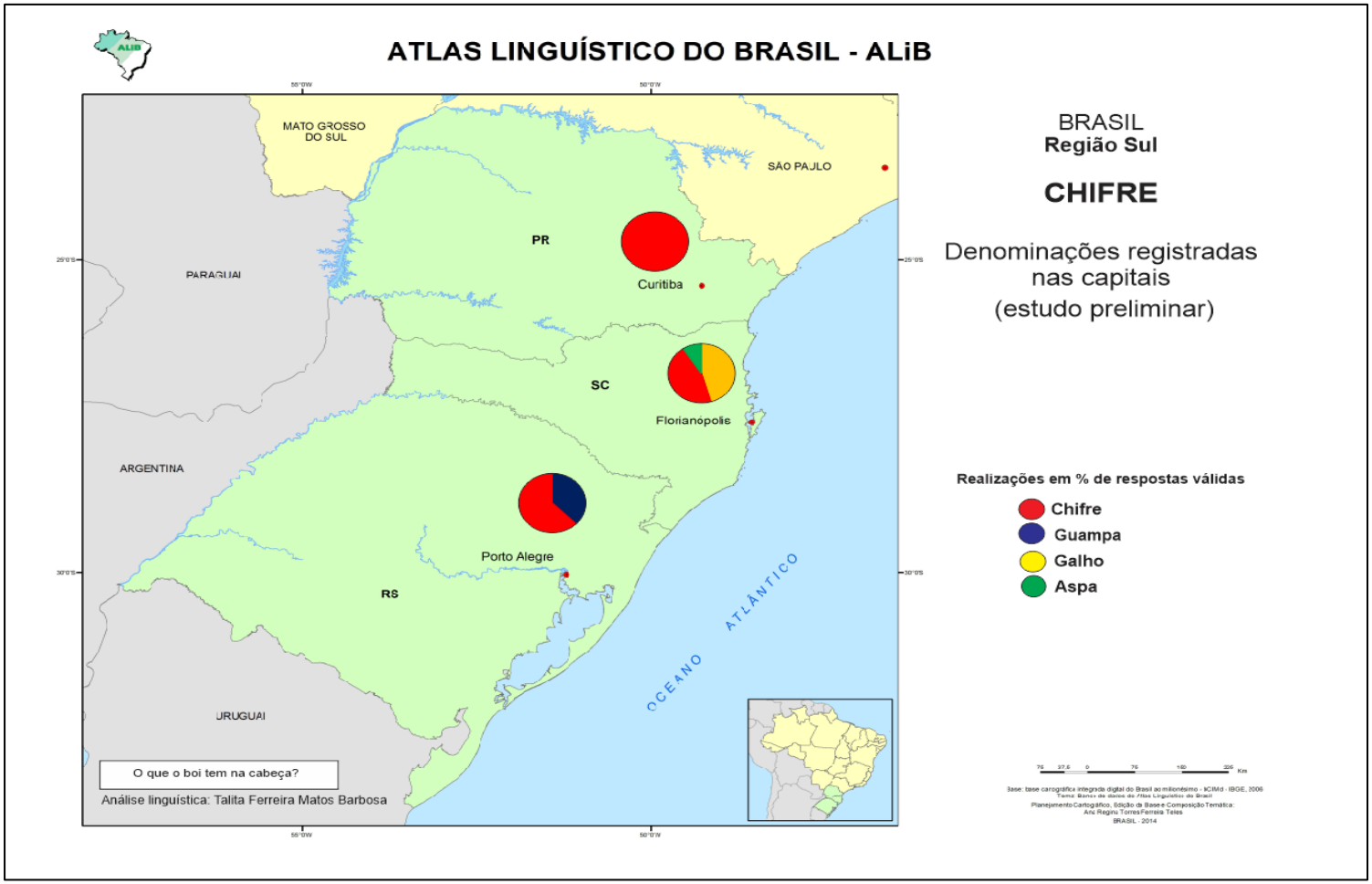
Gráfico 10 – Denominações para o que o boi tem na cabeça nas capitais da região Sul do Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

Com base nos dados apresentados pelo Gráfico 10 verifica-se que o item lexical *chifre* assim como nas capitais da região Norte foi forma categórica em uma capital da região Sul, Curitiba. Em Porto Alegre o item lexical *chifre* não alçou 100% por conta da variante *guampa,* registrada apenas nessa capital com 4% de produtividade, por sua vez, Florianópolis registrou duas variantes além de *chifre*: *aspa* e *galho*. Nota-se pelos dados do gráfico que *chifre* e *galho* alçaram o mesmo percentual de registros (49%). Nessa capital também houve registro de aspa com 2% de ocorrência. A Figura 19 apresenta a distribuição diatópica dos dados em análise.

Figura 19 – Denominações para *o que o boi tem na cabeça* nas capitais da região Sul do Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

A Figura 19 demonstra as particularidades existentes entre as capitais da região Sul do Brasil quanto à forma de nomear *o que o boi tem na cabeça*. A unidade lexical c*hifre* está presente na fala da maioria dos informantes das três capitais. Em Florianópolis e em Porto Alegre houve o registro de outras unidades lexicais: *galho e aspa* na capital catarinense e *guampa* na capital gaúcha.

A capital de Santa Catarina obteve quatro registros da unidade lexical *galho*, produzidos por dois informantes da Faixa Etária I e dois informantes da Faixa Etária II. Já o item lexical *aspa* teve apenas uma ocorrência nessa capital, resposta fornecida pelo informante 1, da Faixa Etária I (18 a 30 anos).

Em Porto Alegre, o designativo *guampa* foi produzido apenas pelos informantes 3 e 8 da Faixa Etária II (50 a 65 anos). A seguir são discutidos os dados para o mesmo conceito oriundo das localidades do interior da rede de pontos do Projeto ALiB nas regiões Norte e Sul do Brasil.

4.4.2 Análise diatópica – Localidades do interior

No universo do *corpus* pesquisado – denominações para *o que o boi tem na cabeça* – foram computadas cinco variantes lexicais validadas em um total de 267 respostas, são elas: *chifre, guampa, aspa, corno* e *galho*. Como houve variantes morfofonêmicas relacionadas às unidades lexicais chifre e galho, houve necessidade de o agrupar as variantes como apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 – Agrupamento das variantes documentadas como resposta para a questão 077/QSL/ALiB

Agrupamentos lexicais	**Itens agrupados**
Chifre	chifre, chifrudo.
Galho	galho, gaio, gaiada, gaieiro.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

A Tabela 9 a seguir, informa a produtividade das variantes lexicais identificadas em localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil para nomear o conceito expresso na pergunta 077/QSL.

Tabela 9 – Denominações para *o que o boi tem na cabeça* nas localidades do interior das regiões Norte e Sul do Brasil

Item lexical	Região Norte		Região Sul	
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Chifre	72	100%	140	71%
Guampa			42	23%
Aspa			09	4%
Corno			02	1%
Galho			02	1%
Total	72	100%	195	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018)

Com base nas informações fornecidas pela Tabela 9, pode-se observar que o item lexical *chifre* é o mais produtivo em ambas as regiões com índices de ocorrência de 71%, na região Sul, e 100%, na região Norte. Já a unidade lexical *guampa* foi citada 42 vezes pelos informantes sulistas, alcançando o segundo lugar nas respostas mais produtivas na região Sul, seguida de *aspa* (4%), *corno* e *galho* (1%).

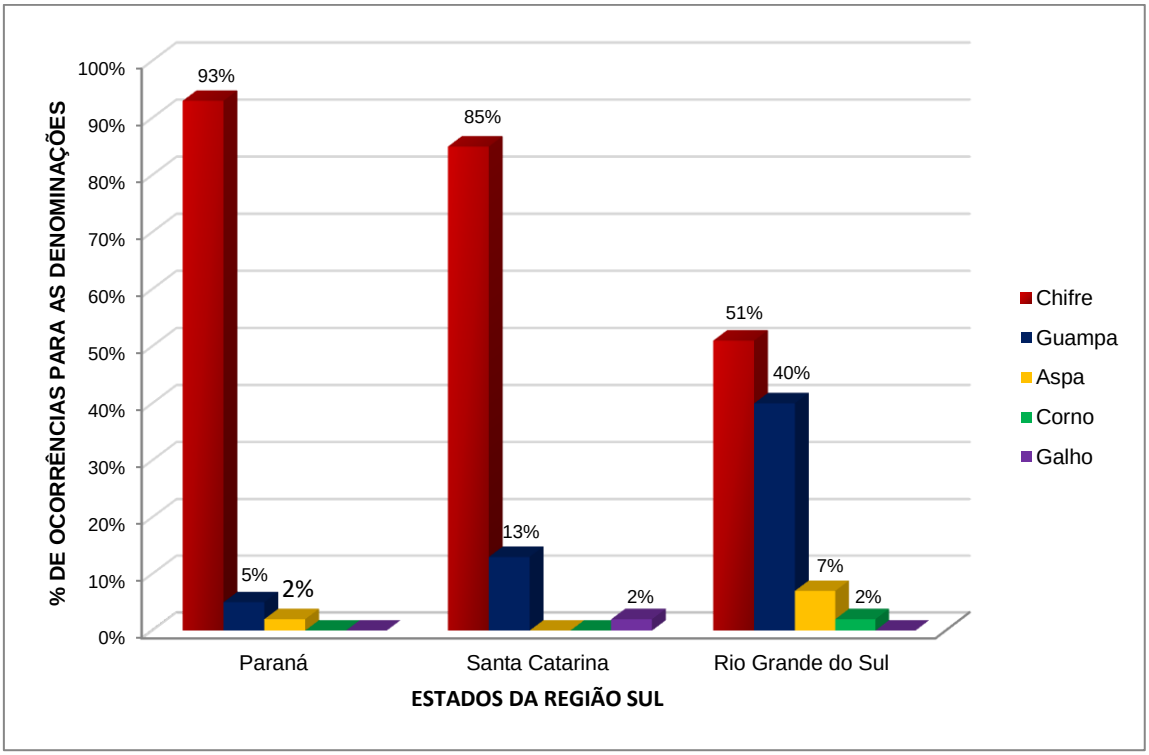
Os dados lexicais apresentados demonstram certa disparidade entre os dados das duas regiões. Enquanto na região Norte, o item lexical *chifre* aparece isolado, na região Sul, há cinco variantes para nomear o mesmo conceito.

Chifre é forma categórica na região Norte do Brasil tanto nas capitais quanto no interior como nomeação do conceito em causa, motivo pelo qual não recebeu tratamento quantitativo. É importante ressaltar que a economia da região Norte é voltada principalmente para o extrativismo vegetal e mineral, não a agropecuária que embora pertença ao setor primário da economia da

região, é praticada apenas nos Campos de Hileia[17], em Roraima e na Ilha de Marajó e no Acre, pois a grande floresta amazônica não é propícia à criação de gado.

Na sequência, o Gráfico 11 demonstra em dados percentuais das denominações para *o que o boi tem na cabeça* nas localidades do interior da região Sul do Brasil.

Gráfico 11 – Produtividade das denominações para *o que o boi tem na cabeça* no interior das localidades da região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB (2018).

Na região Sul, o conjunto de variantes lexicais expostas por meio do Gráfico 11, mostra que, embora *chifre* seja a variante mais produtiva, há outras formas de nomear a parte do boi contemplada pela pergunta em análise.

No Paraná houve registro de três variantes distintas para nomear o que o boi tem na cabeça, embora a mais produtiva seja *chifre* com 93% de ocorrências, seguida de *guampa* com 5% e a de menor produção, *aspa*, item

[17] Os Campos de Hileia são formações que aparecem como campos limpos em meio à floresta Amazônica, principalmente ao norte e na ilha de Marajó.

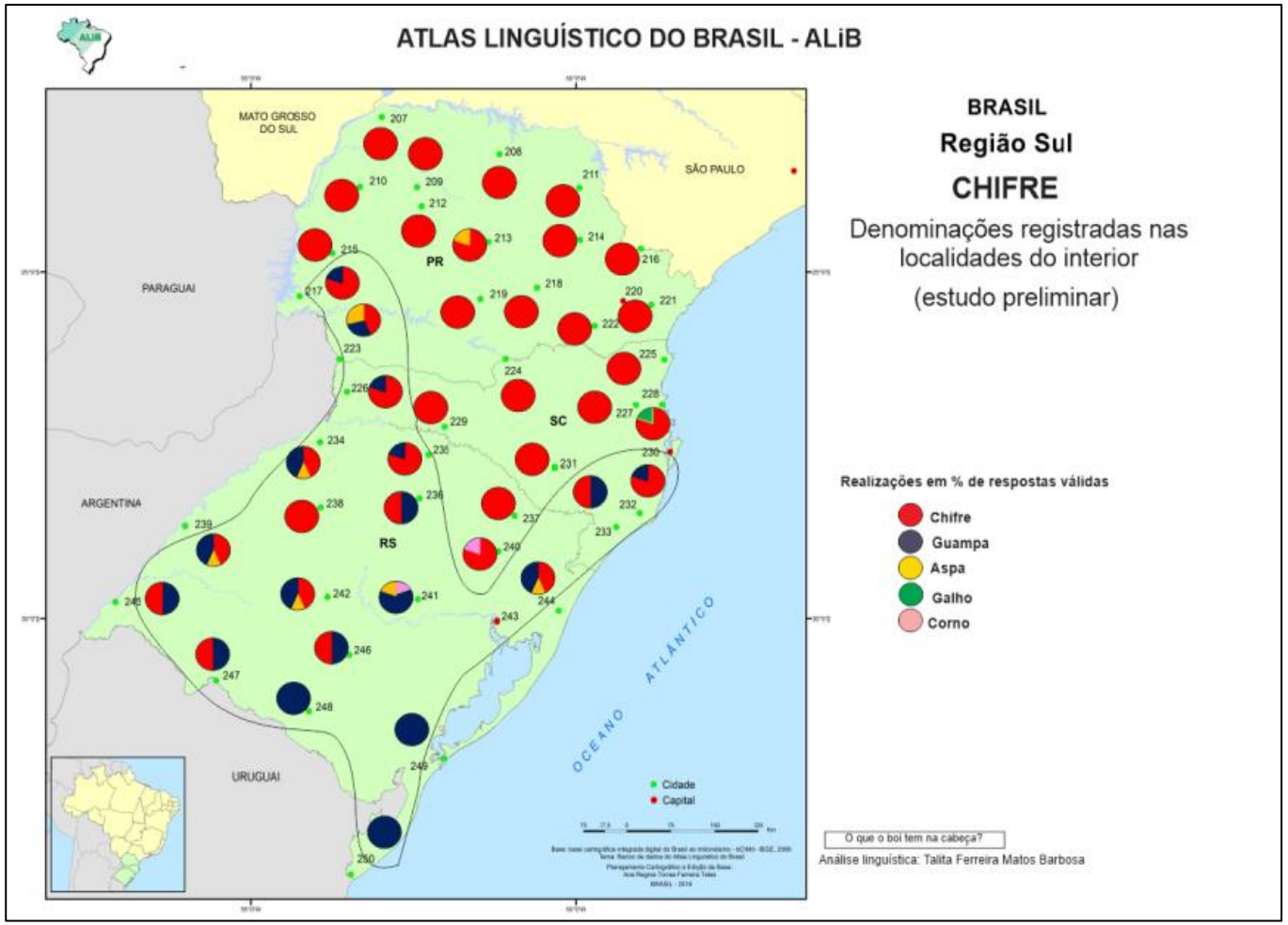
lexical com 2% de registro. Apenas na capital do Estado, Curitiba, o item lexical *chifre* foi categórico, única forma de nomear a parte do boi em questão.

No Estado de Santa Catarina, o item lexical *chifre* também alçou primeiro lugar de ocorrências com 85% de frequência, seguido de *guampa* com 13%. Dentre as localidades pesquisadas, apenas no interior de Santa Catarina houve a menção do item léxico *galho* com 2% de ocorrência, dados distintos dos apresentados na capital do Estado, Florianópolis, que registrou *galho* e *chifre* ambos com 49% de registro.

Por fim, no interior do Rio Grande do Sul, a variante *chifre* alcançou 51% e *guampa* 40% de produtividade. Em terceiro lugar aparece *aspa* com 7% de produtividade e, por fim, o item lexical *corno* com apenas 2% de frequência com registro apenas no Rio Grande do Sul. A capital do Estado, Porto Alegre, houve apenas o registro de *chifre* e *guampa* para nomear o conceito em causa.

A Figura 20 traz a distribuição das variantes lexicais documentadas como nomeação da parte que o boi tem na cabeça (077/QSL/ALiB) nas localidades do interior da região Sul do Brasil.

Figura 20 – Denominações para *o que o boi tem na cabeça* nas localidades do interior da região Sul do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do Projeto ALiB (2018).

Do ponto de vista diatópico, é possível observar pelo conteúdo da Figura 7 que *chifre* alçou 100% de produtividade em quatorze, das dezessete localidades que fazem parte da rede de pontos do ALiB no Estado do Paraná. Em apenas três cidades foram registradas outras variantes para o conceito em questão. Em São Miguel do Iguaçu/PR/217 e Barracão/PA/223 os informantes mencionaram, respectivamente, o item lexical *guampa*. Em Cândido de Abreu/PR/213 e em Barracão/PR/223, as informantes femininas, da Faixa Etária II citaram como resposta o item lexical *aspa*.

> (01) INQ – O que o boi tem na cabeça?
> INF– *Chifre*.
> INQ – Tem outro nome?
> INF– *Aspa*.
> INQ– Qual é o mais comum?
> INF– Aqui... alguns dizem: olha aquele boi tem uma *aspa* grande, outros diz aquele boi tem um *chifre* grande, aqui tanto faz.
> (Informante 4 feminina, Faixa Etária II–Barracão/PR/223)

Já em Santa Catarina, é possível observar também a predominância de *chifre* em detrimento de *guampa* e *galho*, esta última foi citada em Itajaí/228/SC pelo informante masculino e pela informante feminina da Faixa Etária I.Já *guampa* foi auferida em três pontos, são eles: São Miguel do Oeste/SC/226 que faz fronteira com a Argentina e com o Paraná (Barracão/PR/223) onde também foi catalogada a variante. Também em Tubarão/SC/232 e Criciúma/SC/233 localizadas ao sudoeste de Santa Catarina próximas do Rio Grande do Sul, Estado onde há grande concentração da variante *guampa*.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, concentra maior número de localidades com registro das variantes *guampa* e *aspa* entre os Estados que formam a região Sul. Apenas duas localidades dentre as dezesseis que integram a rede de pontos do Projeto ALiB nesse Estado no Estado registraram 100% de respostas com o item lexical *chifre:* Vacaria/RS/ 237 e Ijuí/RS/238.

Em contrapartida em três localidades do Rio Grande do Sul registraram a variante *guampa* com 100% de ocorrência: Bagé/RS/248, São José do Norte/RS/249/ e Chuí/RS/250 no extremo Sul do Brasil, fronteira com o Uruguai, o que pode evidenciar um caso de influência de contato linguístico.

O designativo *aspa,* embora em menor proporção, foi auferido em Três Passos/RS/234, Ijuí/RS/238, Santa Cruz do Sul/RS/241, Santa Maria/RS/242 e Osório/RS/244, enquanto o item lexical *corno* foi registrado apenas em Flores da Cunha/RS/240 e Santa Cruz do Sul/RS/241.

É possível observar que as unidades lexicais *guampa* e *aspa* aparecem em toda faixa fronteiriça, compreendendo o extremo sul do Rio Grande do Sul, as localidades que fazem fronteira com a Argentina e o Uruguai até o oeste do Estado do Paraná. A disseminação dessas variantes pode ser explicada por fatores sócio históricos que compreendem o período de ocupação da região.

Como assinalado no Capítulo 3, os dados revelam a influência dos tropeiros castelhanos que faziam parte das tropas que vendiam gado e outros produtos em diferentes Estados da Federação. De acordo com Altenhofen (2005), o contato direto entre paulistas, gaúchos e castelhanos favoreceu o empréstimo linguístico de itens lexicais do espanhol, logo, é um dos principais determinantes das variantes léxicas do português que formam a norma lexical dos falantes da região Sul.

Os dados da carta linguística 079 correspondente às localidades da região Sul do ALERS (2001), confirmam as hipóteses elaboradas por Altenhofen (2005) com base nos estudos de Koch (2000). Os dados demonstram a *área de transição* entre o Estado de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Observa-se que a porção norte assemelha-se a região paranaense, enquanto a parte sul possui maior afinidade com o Rio Grande do Sul.

Ainda na esteira de Altenhofen (2005), pode-se verificar o *feixe paranaense* na zona lateral norte do Estado, localidades que apresentaram 100% de produção para o designativo *chifre* e ausência dos itens lexicais *guampa* e *aspa,* isto se dá pela recente colonização da área caracterizada como Paraná moderno.

A distribuição diatópica das variantes que nomeiam *o que o boi tem na cabeça* demonstrou, em algumas localidades, distinções entre o falar dos informantes da região Norte e os da região Sul, excetuando-se o item lexical *chifre* mais produtivo em ambas as regiões. Particularidades lexicais foram

identificadas frutos de interferências sócio históricas que são determinantes na formação da norma lexical de uma região.

O item 4.6.3 analisa os item lexicais encontrados no levantamento de dados com base em obras lexicográficas que embasaram a validação das respostas.

4.4.3 Análise léxico–semântica

Como já demonstrado ao longo deste trabalho, a análise semântica dos itens lexicais catalogados nas duas regiões em estudo, foram consultados seis dicionários, sendo três de língua portuguesa – Silva (1813), Houaiss (2001) e Aulete (2006) – uma obra voltada para a língua indígena – Tibiriçá (1984) e, por fim duas obras de língua espanhola – Diccionario de la Real Academia Española (DRAE) (2013) e o Diccionario de americanismos (DAMER) (2010) .

Quadro 14 – Dicionarização das variantes lexicais documentadas como resposta para a questão 077/QSL

OBRAS LEXICOGRÁFICAS						
PORTUGUÊS				ESPANHOL		INDÍGENA
Item lexical	Silva (1813)	Houaiss (2001)	Aulete (2006)	DRAE (2013)	DAMER (2010)	Tibiriçá (1984)
Corno	D	D	D	DOA	DOA	
Chifre	D	D	D			
Guampa		D	D	D	D	
Galho	DOA	D	D			
Aspa	DOA	D	D	DOA	DOA	

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silva (1813), Aulete (2006), Houaiss (2001), DRAE(2013), DAMER (2010) e Tibiriçá (1984).

Silva (1813)/Houaiss (2011)/ Aulete (2006)

As obras lexicográficas de língua portuguesa contemplaram todos os itens lexicais documentados como denominação para *chifre*. A obra lexicográfica de Silva (1813), no século XIX, define *chifre* como *corno,* na acepção de ponta dura, oca ou sólida que trazem na fronte alguns animais

como o boi. *Corno* é um item lexical de uso antigo que se mantém no Sul do país. Provavelmente uma herança luso na norma lexical do Sul do Brasil em razão da história social da região, como apontado no Capítulo 2.

Por *corno* Aulete (2006) define cada um dos apêndices ósseos da cabeça de alguns animais como bois, cabras, veados, entre outros. A obra ainda apresenta variações para a forma lexical como: *aspa, binga, chavelho, galho, guampa, guampo.*

DRAE (2013)/ DAMER (2010)

As obras lexicográficas atribuem o uso do designativo *guampa* aos países: Argentina, Uruguai e Paraguai e o definem como prolongación ósea que tienen algunos animales en la región frontal.[18]

[18] Prolongação óssea que alguns animais tem na região frontal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do princípio de que a língua é parte integrante da sociedade, entende-se que ela não pode ser estudada em dissociação com o contexto situacional, a cultura e a história dos falantes que a utilizam. Por meio do léxico, é possível observar com clareza particularidades de uma sociedade no que se refere à história, à cultura, à ideologia e a aspectos do ambiente físico. Consequentemente, os estudos sobre dados lexicais são uma importante fonte não apenas do ponto de vista linguístico como também cultural, histórico e geográfico.

Nesse viés, este estudo buscou vincular as denominações obtidas por meio das perguntas: 065/QSLS - a *ave que bate as asas bem rápido e pode até ficar parada no ar*; 066/QSL – *ave que faz a casa com terra, nos postes, nas árvores e até nos cantos da casa*; 077/QSL – o *que o boi tem na cabeça? e* 081/QSL – *a parte com que o boi espanta as moscas* a questões históricas e sociais das regiões Norte e Sul do Brasil, em especial a forma de povoamento.

Considerando as regiões geográficas do Brasil selecionadas para o estudo, Norte e o Sul, verificou-se características da norma regional que ora se assemelham ora se distinguem, como evidenciaram as respostas fornecidas para nomear a *parte com que o boi espanta as moscas,* que motivou a documentação de três variantes: *rabo, cauda* e *cola*.

A análise desses dados demonstrou que o item lexical *rabo* é mais produtivo em ambas as regiões. Entretanto, nas localidades sulistas foi produtivo o item lexical *cola,* oriundo do espanhol, como forma de nomear o referente em questão.

Caso semelhante ocorreu com a questão 077/QSL que buscou denominações para *o que o boi tem na cabeça.* Na região Norte, o item lexical *chifre* foi categórico, enquanto na região Sul foram registrados *guampa* e *corno*, além da unidade lexical *chifre*.

As perguntas 065/QSL e 066/QSL evidenciaram também como formas mais produtivas os itens lexicais *beija-flor* e *joão-de-barro*, contudo, outros itens lexicais que fazem parte do repertório lexical regional apareceram, na região

Norte, embora como ocorrência única a unidade lexical *guainumby* e na região Sul, o item lexical *cuitelo*, circunscrito ao Estado do Paraná.

Diferente do que pensou-se no início da pesquisa, a região Sul obteve maior produtividade de variantes para nomeação dos conceitos estudados do que a região Norte que abriga a maior floresta do mundo. Essa disparidade de variantes pode ser explicada pelo teor das questões. Como foi observado, a região Sul tem sua história econômica voltada para a pecuária, visto o movimento dos tropeiros, fato que influencia a nomeação das partes dos animais.

Já com relação aos pássaros, percebeu-se que pelo fato de não habitar em regiões com grandes áreas florestais o item lexical *joão-de-barro* auferiu um alto índice de não resposta, enquanto a região Sul atribuiu quatro variantes para o pássaro, por ser um local onde ele tem maior incidência.

Com isso foi possível alcançar os objetivos específicos que este estudo pretendeu, ao analisar as unidades lexicais apuradas como resposta para as perguntas selecionadas nos níveis diatópico e semântico; ao contrapor os dados nas duas regiões com vistas estabelecendo paralelos em relação lexical; também foi possível averiguar mudanças ou manutenções lexicais como o caso do item lexical *cuitelo* e, finalmente contribuir com o conhecimento da variedade lexical do português brasileiro relacionado à área semântica *fauna.*

Por fim, os resultados apresentados neste trabalho, relativos às análises das respostas obtidas pelas quatro questões do Questionário Semântico Lexical - QSL apontam para diferenças entre a norma lexical das duas regiões geográficas em estudo, demonstrando traços regionais que representam cada uma delas relacionados a forte influência de fatores como a história social, as bases étnicas, os ciclos de povoamento na definição da norma lexical regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Atlas Linguístico do Brasil. Vol. 2 (cartas Linguísticas). Londrina: EDUEL, 2014b.

AULETE, Caldas. Aulete Digital – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, vs online, disponível em: <http://www.aulete.com.br/> acesso em: 17 jul 208.

ALERS-Cartas Semântico-Lexicais: Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): Cartas Semântico-Lexicais. Org. por Altenhofen, Cléo V.; Klassmann, Mário S. em coautoria com Agostini, Basílio; Altenhofen, Cléo V.; Furlan, Oswaldo; Klassmann, Mário; Koch, Walter (†); Margotti, Felício Wessling; Mercer, José Luiz da Veiga; Vieira, Hilda Gomes (†). Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

ALTENHOFEN, C. Áreas linguísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolinguísticas do ALERS. In: AGUILERA, V. de A. (Org.). A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: Eduel, 2005. p.177-208.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do Alers. In: ANDRESEN, Paulino (org). Variação e mudança no português da Região Sul. Pelotas: EDUCAT, 2001. p. 115-145.

AMARAL, Amadeu. O Dialeto Caipira. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976 [1920].

ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Diccionario de americanismos*. Disponível em http://lema.rae.es/damer/. Acesso em: jul 18.

BARROS, Maria. Cândida et. al. A Língua geral como identidade construída. In. *Revista de Antropologia* v. 39, n. 1. São Paulo: USP, 1996.

BARBADINHO NETO, Raimundo (Org.). Estudos filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003. v. I. 748 p. ilus. (Coleção Antônio de Morais Silva, Estudos de Língua Portuguesa).

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo *Teoria Linguística*: teoria lexical e linguística computacional. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001b, p. 131-144.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires Pinto de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *Léxico e vocabulário fundamental*. Alfa, São Paulo, 40: 27-46, 1996.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. *Teoria Linguística* (teoria lexical e linguística computacional). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BORGES, Luiz Carlos. *A instituição de línguas gerais no Brasil*. In: ORLANDI, Eni Puccineli. (Org). *História das ideias linguísticas*. Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. P. 199-222.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Reflexões sobre a Dialectologia. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *Estudos geolingüísticos e dialetais sobre o português*. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p. 13-31.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. O Projeto ALiB e sua trajetória. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Orgs.). *Documentos 2*: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. P. 27-34.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Questionário linguístico 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

COSERIU, Eugênio. O homem e sua linguagem. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

COSERIU, Eugênio. *Teoria da linguagem e lingüística geral.* Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Rio Amazonas*. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 95 (2 vols.), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. 1975

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A variação do léxico em situação interétnica no português do Brasil. O indígena e o africano. In: Anais do I Encontro de Filologia Românica. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem*: *a revolução popular da Amazônia*. Belém: Conselho estadual de cultura, 1985.

DIEGUES Júnior Manuel. Regiões culturais do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação, 1960.

EDELWEISS, Frederico. *Estudos Tupi-Guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1969.

ELIA, Silvio. *Sociolinguística (uma introdução)*. Rio de Janeiro: Padrão; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós.* São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *A Dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GECKELER, Horst. Semántica estrutural y teoría del campo léxico. Madrid: Gredos, 1971

GOMES, Flávio Alcaraz. *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. São Paulo: Cultural editora, 1972.

GRENAND, Françoise et alii, Pequeno Dicionário da Língua Geral. Manaus, Secretaria da Educação do Estado do Amazonas (SEDUC), 1989.

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. 3. ed. Tradução e adaptação de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Área Territorial Brasileira. *Resolução nº 1 da Presidência do IBGE, de 15/01/2013*. 15 de janeiro de 2013. Consultado em 11 de setembro de 2017.

ISQUERDO, Aparecida Negri; TELLES, Regina. *A rede de pontos*. In.: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. *Atlas linguístico do Brasil*. Vol. I. Londrina: Eduel, 2014.

ISQUERDO, Aparecida Negri; ROMANO, Valter Pereira. Discutindo a dimensão sociolinguística do projeto ALiB: uma reflexão a partir do perfil dos informantes. Alfa, São Paulo, 56 (3): 891-916, 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Brasileirismos, regionalismos e americanismos: desafios e implicações para a lexicografia brasileira. In: GUEDES, Marymarcia;

BERLINCK, Rose de Andrade; Murakawa, Clotilde de Almedia Azevedo (orgs) *Teoria e análise linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006a, p. 11-27.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Lexicografia e geolinguística: interfaces. In: MARTINS, Evandro Silva; CANO, Waldenice Moreira; FILHO, Waldenor Barros Moraes (orgs) *Léxico e morfofonologia: perspectivas e análises*. Uberlândia: EDUFU, 2006b, p. 113-134.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Os atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. In: MOTA, Jacyra Andrade (org.). *Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 67-96.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico em tempo e espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, p.165-181.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O léxico do “soldado da borracha”: uma deriva de valores. *Alfa*: revista de linguística. São Paulo, v. 38, 1994, p. 181-189.

KOCH, Walter. O povoamento do território e a formação de áreas lingüísticas. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.).Estudos de geolingüística do português americano. Frankfurt a M. : TFM, 2000.p. 55-69.

LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas*: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacira Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p.15-34

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. *O Português do Brasil: Brasileirismos e Regionalismos*. Araraquara, 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL. Disponível em: <http://www.alib.ufba.br/ metodologia.asp>. Acesso em 26 jul 2018.

RIBEIRO, Darcy.*O povo brasileiro*.*A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: 1990.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa. Brinquedos e brincadeiras infantis na área do Falar Baiano. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ROMANO, Valter. Em busca de falares a partir de áreas lexicais no. Centro-Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de ciências Humanas, Programa de pós-Graduação em Estudos de Linguagem, 2015.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 22ª ed. Madrid, 2013. Disponível em: http://www.rae.es/recursos/diccionarios/drae Acesso em: 15. jul.2016.

ROCHA, Patrícia Graciela da. O português de contato com o espanhol no Sul do Brasil: empréstimos lexicais. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SANTOS, Haroldo Pacheco da Silveira. Colonização açoriana. Ágora, v. 8, n. 19, 1994. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/15032>. Acesso em: 14 Maio 2018.

SAPIR, Edward de. *Linguística como ciência.* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, F. de. Curso de lingüística geral. (orgs.) BALLY, Charles e SECHEHAYE, Albert. [trad.] Antônio Chelin, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

SCHAFF, Adam*. Linguagem e conhecimento.* Coimbra: Livraria Almedina, 1964.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialectológicos*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SANTIAGO, Rodrigo. Girardi. João-de-barro (Furnarius rufos). Biblioteca Digital de Ciências, 08 dez. 2006. Disponível em: <https://www.lte.ib.unicamp.brbdc/visualizarMaterial.php?idMaterial=381> Acesso em: 07 ago. 2017.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

TIBIRIÇÁ, Luís Caldas. *Dicionário tupi-português*. São Paulo: Traço, 1984.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História regional (Rondônia*). 4. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

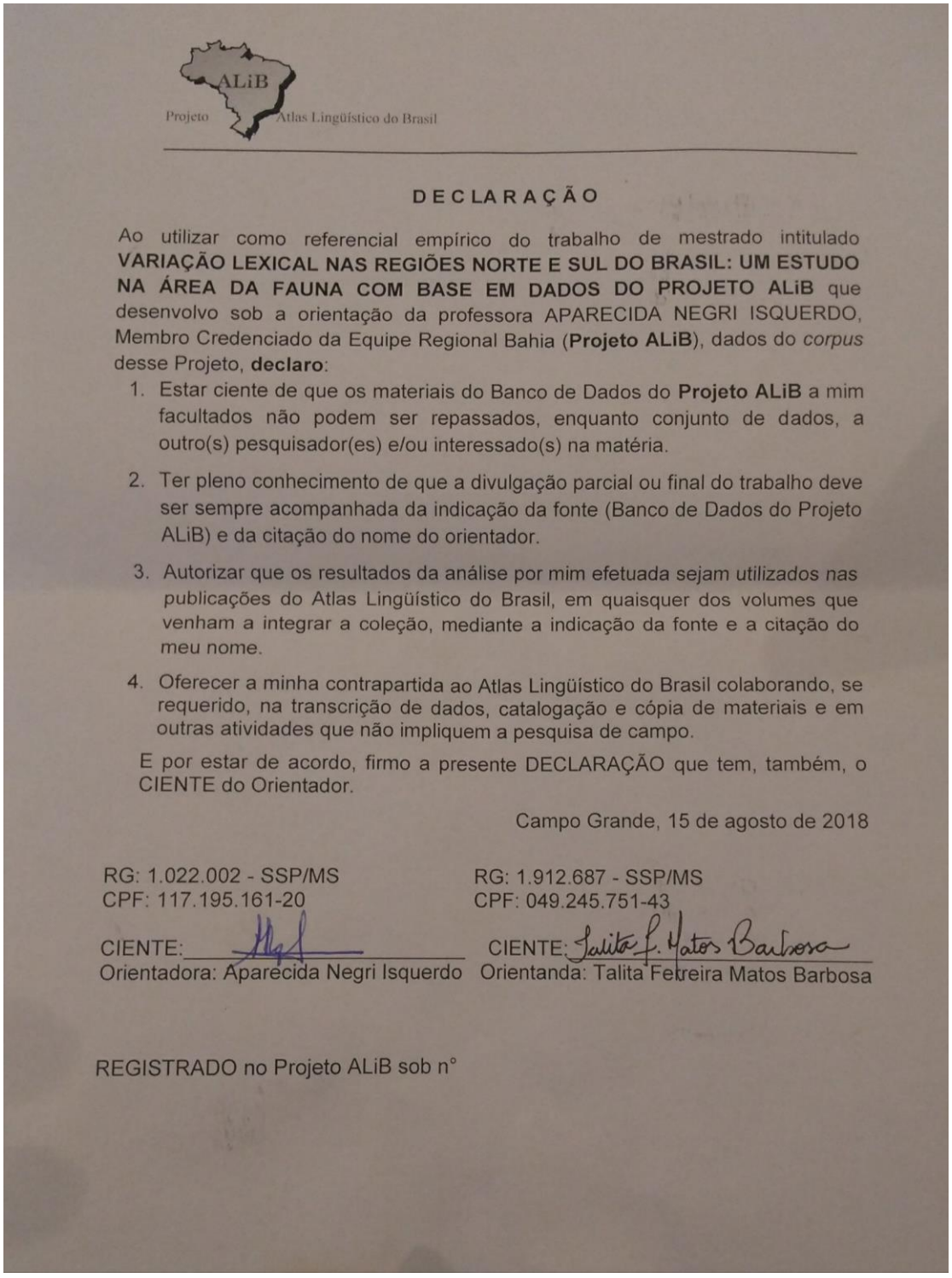
VALIM, Ana. *Migrações*: da perda da terra à exclusão social. São Paulo: Atual, 1996.

WEEDWOOD, Bárbara. História concisa da lingüística. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, Marvin. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1975].

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência* (1850-1920), São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993.

ANEXOS



ALiB
Projeto Atlas Linguístico do Brasil

DECLARAÇÃO

Ao utilizar como referencial empírico do trabalho de mestrado intitulado **VARIAÇÃO LEXICAL NAS REGIÕES NORTE E SUL DO BRASIL: UM ESTUDO NA ÁREA DA FAUNA COM BASE EM DADOS DO PROJETO ALiB** que desenvolvo sob a orientação da professora APARECIDA NEGRI ISQUERDO, Membro Credenciado da Equipe Regional Bahia (**Projeto ALiB**), dados do *corpus* desse Projeto, **declaro**:

1. Estar ciente de que os materiais do Banco de Dados do **Projeto ALiB** a mim facultados não podem ser repassados, enquanto conjunto de dados, a outro(s) pesquisador(es) e/ou interessado(s) na matéria.
2. Ter pleno conhecimento de que a divulgação parcial ou final do trabalho deve ser sempre acompanhada da indicação da fonte (Banco de Dados do Projeto ALiB) e da citação do nome do orientador.
3. Autorizar que os resultados da análise por mim efetuada sejam utilizados nas publicações do Atlas Lingüístico do Brasil, em quaisquer dos volumes que venham a integrar a coleção, mediante a indicação da fonte e a citação do meu nome.
4. Oferecer a minha contrapartida ao Atlas Lingüístico do Brasil colaborando, se requerido, na transcrição de dados, catalogação e cópia de materiais e em outras atividades que não impliquem a pesquisa de campo.

E por estar de acordo, firmo a presente DECLARAÇÃO que tem, também, o CIENTE do Orientador.

Campo Grande, 15 de agosto de 2018

RG: 1.022.002 - SSP/MS
CPF: 117.195.161-20

CIENTE: _____
Orientadora: Aparecida Negri Isquerdo

RG: 1.912.687 - SSP/MS
CPF: 049.245.751-43

CIENTE: Talita F. Matos Barbosa
Orientanda: Talita Ferreira Matos Barbosa

REGISTRADO no Projeto ALiB sob n°